

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ELLEN LUCY MOREIRA VIANA

**A CONSTRUÇÃO CÊNICA NA PERSPECTIVA DA ABORDAGEM
HISTÓRICA E SOCIOCULTURAL: o caso dos pregoeiros de São Luís**

São Luís

2020

ELLEN LUCY MOREIRA VIANA

**A CONSTRUÇÃO CÊNICA NA PERSPECTIVA DA ABORDAGEM
HISTÓRICA E SOCIOCULTURAL: o caso dos pregoeiros de São Luís**

Dissertação apresentada Mestrado Profissional do
Ensino de História da Universidade Estadual do
Maranhão como requisito para obtenção do título
de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro
Silva.

São Luís

2020

Viana, Ellen Lucy Moreira.

A construção cênica na perspectiva da abordagem histórica e sociocultural: o caso dos pregoeiros de São Luís. / Ellen Lucy Moreira Viana. – São Luís, 2020.

138--f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva.

1. Ensino de História. 2. Memória. 3. Pregoeiro. 4. Performance. 5. Pregão I.
Título

CDU 94:658.715(812.1)

ELLEN LUCY MOREIRA VIANA

**A CONSTRUÇÃO CÊNICA NA PERSPECTIVA DA ABORDAGEM HISTÓRICO E
SOCIOCULTURAL: o caso dos pregoeiros de São Luís**

Dissertação apresentada Mestrado Profissional do
Ensino de História da Universidade Estadual do
Maranhão como requisito para obtenção do título de
Mestre.

Aprovada: 14/07/2020

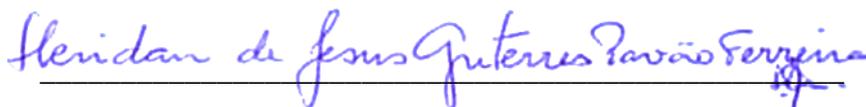
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva (Orientador)
(PPGHIST/UEMA)



Dr^a. Elizabeth Sousa Abrantes (Arguidora)
(PPGHIST/UEMA)



Dr^a. Heridan de Jesus Guterres Pavão Ferreira (Arguidora)
(PPGFOPRED/UFMA)

Dr^a Ana Lívia Bomfim Vieira (Suplente)
(PPGHIST/UEMA)

São Luís

2020

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, uno e soberano em minha vida, aos meus pais e a minha maravilhosa e abençoada família.

AGRADECIMENTOS

“Quando não souberes para onde ir, olha para trás e sabe pelo menos de onde vens” (Provérbio africano).

Não foi fácil chegar até aqui. Muitas lutas foram travadas para que eu conseguisse concluir esse trabalho. Foi uma longa viagem, desde o processo seletivo, os textos, as dúvidas, os caminhos a escolher. Vindo de outra formação (Licenciatura em Arte), tive que reaprender conceitos, abrir os olhos para novos conhecimentos e adequar-me a novas narrativas que a historicidade nos oportuniza.

“E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
das lições diárias de outras tantas pessoas.
É tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente
Onde quer que a gente vá.
É tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho
Por mais que pense estar...” (Caminhos do coração – Gonzaguinha.)

Foi ousadia abraçar um mestrado acumulando as tarefas do trabalho, da família e da vida pessoal. Esse caminho, foi trilhado solitariamente, durante as madrugadas, horário em que era possível estudar e avançar nas pesquisas.

Mas, é hora de agradecer o caminho trilhado. É hora de agradecer o apoio dos que torceram para meu sucesso e que colaboraram de uma forma ou de outra para que eu chegasse até o final dessa jornada. Sei que não é trabalho perfeito e que uma dissertação de mestrado é apenas um dos caminhos possíveis a serem trilhados. Mas, tenho a consciência de que foi uma escolha pautada em muita dedicação e aprendizado.

Agradeço ao meu orientador Professor Doutor Fabio Monteiro, pelos caminhos apontados e pela confiança no meu trabalho. Minha gratidão também às professoras Doutoras Heridan Guterres e Elizabeth Abrantes pela paciência e profissionalismo ao me indicarem caminhos, leituras e fontes.

Como cristã, não poderia deixar de reconhecer a mão de Deus na minha vida, nos momentos mais difíceis ele me sustentou e me deu forças para continuar a caminhar. E

foi também através da minha família e meus amigos que Deus me apoiou e me fez ver o quanto sou afortunada por ter pessoas tão especiais ao meu redor.

Agradeço aos meus pais, Francisco Viana e Nazaré Viana pelas lições que nenhuma Universidade seria capaz de me ensinar. Aos meus irmãos, sobrinhos, primos, tios e amigos, todo o meu amor e gratidão, sem vocês eu seria incompleta.

Agradeço a Universidade Estadual do Maranhão e à UEMANET e sua equipe, pela parceria na produção do material audiovisual que é fruto dessa pesquisa.

RESUMO

Esse trabalho explora a representação social atual dos pregoeiros, figura típica na cidade desde o século XIX até a década de 1990. Destaca-se a sua performance, linguagem e seus pregões, dentro de uma construção cênica, como características na arte de vender e persuadir. Quanto ao enfoque teórico, a pesquisa compreende o histórico sobre a vida dos pregoeiros e sua função social na economia local e também as razões para as mudanças do exercício dessa prática no contexto atual, além de apresentar conceitos relacionados ao ensino de História como memória, identidade e história local. O estudo baseou-se em pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, bem como em entrevistas individuais com os pregoeiros, personagens emblemáticos da história do comércio informal de São Luís. Constatamos que a profissão, apesar de sua prática ter diminuído, sofreu adaptações ao mercado e persiste ainda com performances renovadas e produtos do mercado atual. Destaca-se nesse contexto a importância da profissão, a relação deles com a população apresentando uma significativa transformação nos termos e significados sobre o tema. Além disso, aponta o desaparecimento de muitos desses personagens que, atrelados a produtos que não mais existem e que fizeram parte da economia local e marcaram a memória individual e coletiva da cidade. Motivo que ensejou a produção do videodocumentário, produto desta pesquisa, que consegue aliar o ensino de História à construção cênica, a partir da abordagem sobre os pregoeiros, em uma perspectiva histórica e sociocultural.

Palavras-chave: Ensino de História. Memória. Pregoeiro. Performance. Pregão.

ABSTRACT

This work explores the current social representation of the nailers, a typical figure in the city from the 19th century to the 1990s. His performance, language and trading posts, within a scenic construction, stand out as characteristics in the art of selling and persuading. As for the theoretical approach, the research includes the history of the life of the natives and their social function in the local economy, as well as the reasons for the changes in the exercise of this practice in the current context, in addition to presenting concepts related to the teaching of history as memory, identity and local history. The study was based on bibliographical research and field research, as well as on individual interviews with the natives, emblematic characters in the history of informal commerce in São Luís. We found that the profession, although its practice has diminished, has suffered adaptations to the market and still persists with renewed performances and products of the current market. In this context the importance of the profession stands out, their relationship with the population presenting a significant transformation in terms and meanings on the subject. Moreover, it points out the disappearance of many of these characters who, tied to products that no longer exist and were part of the local economy and marked the individual and collective memory of the city. This is the reason for the production of the videodocumentary, a product of this research, which manages to combine the teaching of history with scenic construction, from the approach on nailers, in a historical and sociocultural perspective.

Keywords: Teaching History. Memory. Criers. Performance. Informal trade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Escravo de ganho	48
Figura 2 - Anúncio do Jornal O Observador	52
Figura 3 - Anúncio do Jornal do Comércio	53
Figura 4 - Ambulantes de Debret/ Vendedor de carvão Debret	64
Figura 5 – Ambulantes no ônibus	65
Figura 6 - Pregoeiros antigos (vendedor de quebra-queixo e amolador)	70
Figura 7 - Pregoeiros de cuscuz de bicicleta	72
Figura 8 - O Laranjeiro	82
Figura 9 - Derresol	84
Figura 10 - O Carvoeiro	86
Figura 11 - Vendedor de banho cheiroso	88
Figura 12 - Vendedora de cocada	91
Figura 13 - Vendedor de banana	94
Figura 14 - Dona Corina, vendedora de pirulitos	99
Figura 15 - O sorveteiro	101
Figura 16 - Fábio, vendedor de cuscuz ideal	105
Figura 17 - Chegada do trem a estação	108
Figura 18 - Sorveteiro – “Bem ti vi”	116
Figura 19 - Dona Corina (pirulito)	117
Figura 20 - Seu Fábio Silva (cuscuz ideal)	117
Figura 21 - Gravações com Dona Corina	118
Figura 22 - Produção do pirulito e venda na praça	119
Figura 23 - Historiadora Elizabeth Abrantes	120
Figura 24 - Professor Historiador Antônio Guimarães de Oliveira	121
Figura 25 - Venda do sorvete	122
Figura 26 - Venda do Pirulito	123
Figura 27 - Venda do cuscuz ideal	123

LISTA DE SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN - Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PEVS - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - HISTÓRIA: registro, ensino e memória	17
1.1 Do livro (didático) de História	31
1.2 História local: memória e identidade	33
CAPÍTULO II - SÃO LUÍS: Cidade de histórias e memórias	37
2.1 De escravo de ganho a pregoeiro	48
CAPÍTULO III - A CONSTRUÇÃO CÊNICA: Pregão (paisagem sonora), Performance e linguagem	58
CAPÍTULO IV - PREGOEIROS: do passado ao presente	81
4.1 O pregoeiro hoje	10
CAPÍTULO V - O DOCUMENTÁRIO: ‘quem vai querê?’ histórias e memórias dos pregoeiros de São Luís	108
5.1 Do projeto para a execução do documentário	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

A memória nacional é fundamental para que haja conservação do patrimônio, sejam eles os monumentos, hinos oficiais, quadros, obras literárias e artísticas que expressam a versão consolidada de um passado coletivo de uma dada sociedade, por isso, precisa ser resguardada.

Esse trabalho tem como objetivo produzir mais uma forma de conhecimento abordando A construção cênica na perspectiva da abordagem histórico e sociocultural: o caso dos pregoeiros de São Luís”.

Tal iniciativa visa acrescentar memória aos fatos, destacando a importância de lembrarmos da atuação de tais personagens nessa construção. Chamamos a atenção para o fato de que não é raro encontrarmos poemas, versos, músicas, livros e outros gêneros textuais evidenciando a presença marcante dos pregoeiros em São Luís, servindo à população com mercadorias e encantando a cidade com seus pregões poéticos e persuasivos. Será abordada a importância da memória e sua revisitação, bem como o esforço para preservá-la através do aporte de vários teóricos, tais como Pierre Nora, Halwachs, entre outros.

Vale ressaltar que, o uso da memória tornou-se a forma mais prática de reconstruir uma História, observando-se assim, as diversas formas de narrativas do passado. Considera-se que a memória é seletiva, pois, é ela quem destaca o que deve ser lembrado e o que merece ser esquecido. Assim sendo, conforme afirma Paul Ricoeur (2008), a memória é vida e atravessa a existência humana conferindo-lhe significação, sentido e afetividade.

Nessa acepção, comprometer-se com as memórias e sua preservação é um dever de todos, assim como reconstruir e resguardar fatos e acontecimentos que marcam nossa trajetória é uma forma de perpetuar nossa história, ainda que essas sejam recontadas através de várias óticas. Memória é cheiro de passado, sentido e sentimento, ainda que muitas vezes doloroso. É uma construção, geralmente seletiva dos fatos individuais e coletivos de uma sociedade, onde estão inseridos o convívio familiar, social e cultural dos sujeitos.

Nossas memórias são históricas e nascem atreladas a diversos contextos e sobrevivem ao longo do tempo devido a sua conservação em lugares de memórias como museus, acervos diversos, bibliotecas, galerias e outros. Nesse contexto, tudo o que os grupos sociais fazem no passado, compõem a memória coletiva. Para Maurice Halwachs

(2006), a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p. 29-70).

É importante compreender que todos nós participamos desse enredo entre memória coletiva e memória individual e que, ao definir nossa identidade, passamos pelo processo da memória coletiva. Nessa interação é construído o sentido de pertencimento. Para Thompson (2002, p. 208), “recordar a própria vida é fundamental para nosso sentimento de identidade”, ou seja, a memória faz parte da (re) construção do sujeito, pois é através dela que o sujeito se identifica e situa no tempo e no espaço.

Desse modo, o passado da cidade de São Luís (capital do Maranhão), pode ser contado através das mais variadas óticas e narrativas orais e escritas. Tais registros ainda podem produzir variadas memórias, através do estímulo ao conhecimento e sua devida transcrição. Sendo a cidade, um lugar de memória, onde se constroem identidades e identificações que por sua vez colaboram na construção da identidade do indivíduo, dos grupos sociais e da nação. As diversas narrativas refletem os tipos de memórias que cada sujeito possui dos eventos, espaços e contextos, mesmo que esses não mais existam da forma como lembramos.

Assim, o tema ora proposto, é abordado a partir do aspecto histórico, social, cultural e econômico dos pregoeiros, no início do século XX até os anos 1990, enfatizando a sua transformação ao longo dessas décadas e evidenciando as razões pelas quais esses personagens se transformem no vendedor ambulante que conhecemos hoje, que embora tenha ainda os mesmos fundamentos de existência social, não caracteriza mais aquele momento histórico superado pelo avanço do comércio e modernização da vida urbana.

Nesse contexto, perceber a cidade através da memória individual e coletiva de personagens marcantes é uma forma de recontar o passado pela ótica de quem fez parte desses acontecimentos. É na cidade que fatos urbanos são registrados e onde há memória do coletivo, onde o plural e o singular convergem e se completam, sendo preservados.

A constante busca por identidades, sejam elas sociais, culturais ou históricas; impulsionam a pessoa a debruçar-se sobre o próprio passado, em busca de referências sentimentais, espaciais ou até mesmo temporais que nos ancore ao mundo. É preciso que saibamos da complexidade de tais conceitos e que tais identidades estariam diretamente relacionadas às vivências de cada sujeito, na medida em que suas formações se constituem como parte de um processo complexo, cujos valores não podem ser considerados fixos ou imutáveis. Nossas identidades estão em constante evolução. Nesse cenário, autores como Zygmunt Bauman (2005), apontam para uma cultura mutável que pode ser comparada à liquidez da água; tal “liquidez” socialmente construída é formada a partir da observação de processos sociais diversificados.

Tendo em vista tal objetivo, configura-se a memória em múltiplos lugares, sejam esses materiais, imateriais, ficcionais, simbólicos ou funcionais, pois são eles os lugares de memórias. Nora (1993) comenta que “à medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos” (1993, p. 15), pois esses são responsáveis pela construção e reconstrução dos sujeitos.

Nesse sentido, Pesavento (2003) assegura que a história cultural, ao ser abordada, permite que se faça um estudo sobre a figura dos pregoeiros, enquanto personagem, reforça mais uma forma simbólica de expressar e traduzir a realidade vivida, através do sentido atribuído às ações, às coisas, às palavras e aos atores sociais.

Não são novas as discussões sobre a importância da história, história cultural e a contextualização dos aspectos sociais e culturais vividos pelos alunos e pela comunidade escolar, de forma a problematizar a prática social desses e tornar a aprendizagem significativa. Falar sobre os pregoeiros para alunos significa reconstruir a cultura da cidade e evidenciar diferentes formas de convivência e trabalho entre os moradores que deram origem às relações sociais que existem atualmente, a partir de diferentes narrativas que enfatizam essa importância, pois tudo o que foi, um dia, contado de uma forma, pode vir a ser contado de outra, com novos personagens que se equiparam ou são análogas aos que existiram em algum momento na história e memória de um local. Tudo o que hoje acontece terá, no futuro, várias versões narrativas (PESAVENTO, 2003). Entretanto, o tema não tem sido suficientemente abordado a ponto de dispensar novas reflexões e/ou propor outras leituras acerca da história, cultura e fazer popular, haja vista que a história cultural nos propõe uma reinvenção do passado que se constrói na contemporaneidade, ampliando as possibilidades de discussões. Algumas dessas discussões encontram-se

ausentes dos materiais didáticos usados nas escolas maranhenses, o que confirma a relevância do tema ora abordado.

Pretende-se, nessa senda, investigar a construção cênica que compõe a história dos pregoeiros, durante o intervalo temporal compreendido a partir do início do século XX até a década de 1990, descrevendo-os em seus aspectos históricos, culturais e econômicos, no intuito de elaborar, enquanto produto pedagógico, um vídeo documentário com a temática apresentada, a ser utilizada na Educação Básica, no Ensino de História, visando a construção do senso de pertencimento cultural e de memória.

No tocante aos objetivos específicos, nos propomos a realizar um levantamento a respeito do surgimento dos pregoeiros, em São Luís do Maranhão, contemplando seus aspectos históricos, econômicos, culturais e sociológicos; analisar o contexto atual das práticas remanescentes de pregoeiros no Maranhão; documentar em audiovisual a performance dos atuais pregoeiros, seu cotidiano e memórias como forma de registrar tais fatos e oferecer como mais uma fonte de pesquisa historiográfica.

Justifica-se o presente trabalho pela pretensão de se traçar uma breve discussão sobre como os pregoeiros participaram da economia da cidade, como desapareceram do cenário social a fim de retratar de forma simbólica, na atualidade, a vida desse personagem, registrando por meio de pesquisa e entrevista, junto aos sujeitos que participaram do estudo ora apresentado.

Assim sendo, elencamos como perguntas norteadoras, a orientar a pesquisa ora proposta: 1 - Quais os tipos de performances eram utilizados pelos pregoeiros, do início do século XX até a década de 1990? 2 - Considerando os aspectos históricos, econômicos, culturais e sociológicos, de que modo surgiram os pregoeiros, em São Luís do Maranhão. 3 - Qual o contexto atual das práticas remanescentes de pregoeiros no estado do Maranhão e de que forma essas podem ser inseridas no ambiente escolar?

Os resultados servirão também, para a produção de um vídeo documentário, através de entrevista dos pregoeiros, com o uso da metodologia da história oral, que ainda restaram bem como com o resgate de imagens e fotos revelando a performance dos mesmos e sua importância social, histórica e cultural, no intuito de que esse material se constitua como uma ferramenta de consulta e conhecimento sobre a história local e seus personagens marcantes, que muitas vezes são pouco ou nunca abordados em materiais didáticos. Materializando-se assim, como aporte a subsidiar o produto pedagógico supracitado, qual seja, a construção cênica dos pregoeiros, como será relatada no item do projeto para a execução do documentário.

O presente trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: no primeiro momento, de forma introdutória, apresenta-se o tema, discorrendo-se acerca de sua relevância e objetivos, situando-o no tempo e no espaço, apresentando-se em linhas gerais o produto pedagógico a que nos propomos construir.

No primeiro capítulo será feita uma abordagem sobre algumas concepções do ensino de história, com destaque para o Brasil, passando pela importância de tal ensino, enfatizando-o nas leis que regem a educação brasileira. Desse modo, comentaremos a importância do material didático no ensino de história e as mudanças impostas pelas novas leis educacionais.

No segundo capítulo serão demonstrados os aspectos memoriais e históricos de São Luís, seu crescimento e principais acontecimentos que influenciaram direta e indiretamente para a economia da cidade, dentre elas a atuação de escravos cativos e libertos (escravos de ganho) no comércio das cidades o que ensejaria o crescimento do comércio formal desenvolvido nas ruas da cidade. Esse comércio, em princípio, apresenta-se como ganho extra para os senhores de escravos e como renda para os negros que buscavam liberdade. Seu comércio dava-se através dos gritos nas ruas, para chamar a atenção dos possíveis clientes. Aborda-se, nessa perspectiva, como esses gritos (pregões) e o desempenho desses vendedores atraía o público para seu produto. Tal prática, acredita-se, fomentou o aparecimento da figura dos pregoeiros de rua, no comércio local. Personagem esse que desenvolveu um desempenho singular, baseada no pregão e na persuasão.

O terceiro capítulo tratará da construção cênica do pregoeiro e sua arte de persuadir. Daremos uma ênfase sobre a performance utilizada na arte de apregoar e vender do pregoeiro da São Luís antiga bem como o uso da linguagem que envolve essa performance.

O quarto capítulo apresenta aspectos dos antigos pregoeiros e antigos pregões de forma a revisitar as memórias desse personagem e os produtos vendidos em épocas passadas destacando os pregões utilizados e os que se perderam com o tempo. Apresenta ainda os atuais pregões e como vivem os pregoeiros que ainda usam do pregão para vender seus produtos, destacando a situação do mercado informal atual e as políticas de preservação de direitos desses vendedores. Aborda as dificuldades do mercado de hoje e traz entrevistas com os pregoeiros que ainda vivem da venda de produtos através do pregão. Nesse capítulo apresentaremos a história particular de cada pregoeiro

entrevistado e como seu produto é aceito no mercado atual tão permeado de várias opções e shoppings.

O quinto capítulo expõe o produto que será fruto da pesquisa. O vídeo documentário apresentará o desempenho dos pregoeiros em seu cotidiano, bem como apresentará a aceitação dos produtos oferecidos, tudo dentro de um contexto histórico que evidencia a mudança do perfil desse personagem que, através de seu desempenho e pregão, marcaram o comércio local durante décadas. Através do audiovisual, visa-se guardar as marcas dos pregões que ainda existem e registrar as diversas formas de apregoar e persuadir para a venda. Consideramos assim, de suma importância essa investigação que visa, não somente entender como surgiram e desapareceram os pregoeiros mais representativos da nossa história, como também revisitar essa memória tão significativa para a cidade.

Encerramos a investigação traçando nossas considerações finais sobre o objeto pesquisado e suas contribuições para o Ensino de História e as demais áreas de conhecimento afins.

CAPÍTULO I - HISTÓRIA: registro, ensino e memória

A história requer um movimento contínuo de reflexão, que transporta os pensamentos para o passado, permitindo que a produção do conhecimento histórico dialogue entre o “passado” e o “presente” e isso é possível através da análise das mais diversas fontes, o que permite ao historiador desconstruir e construir novos conhecimentos, motivo pelo qual ele deve ser imparcial, com a finalidade de problematizar os conceitos que já estão assimilados pelas pessoas e não para julgá-los como se ele fosse capaz de explicar tudo. Para tanto, ele deve fazer uma aliança, com bases teóricas e críticas, de maneira a explicitar seus conhecimentos, considerando as fontes primárias diversas como um exercício imprescindível à História, já que os documentos são a grande razão da existência do saber histórico, e, sem as fontes, tudo seria mera especulação ou conjecturas.

Compromisso com o presente não significa, contudo, presentismo vulgar, ou seja, tentar encontrar no passado justificativas para atitudes, valores e ideologias praticados no presente, mas significa sim, tomar como referência questões sociais e culturais, assim como problemáticas humanas que compõe a vida, temas como desigualdades sociais, raciais, sexuais, diferenças culturais, problemas materiais e inquietações relacionadas a como interpretar o mundo, lidar com a morte, organizar a sociedade, estabelecer limites sociais e mudá-los, contestar a ordem, consolidar instituições, preservar tradições, realizar rupturas. Compromisso com o passado não é meramente estudar o passado pelo passado, apaixonar-se pelo objeto de pesquisa por ser a nossa pesquisa, sem pensar no que a humanidade pode ser beneficiada com isso, é sim pesquisar com seriedade, basear-se nos fatos históricos, não distorcer o acontecido, como se esse fosse uma massa amorfa à disposição da fantasia de seu manipulador. Sem o respeito ao acontecido a História vira ficção. Interpretar não pode ser confundido com inventar. E isso vale tanto para fatos como para processos (KARNAL, 2007).

Para Bittencourt (2004, p. 183):

O conhecimento histórico não se limita a apresentar o fato no tempo e no espaço acompanhado de uma série de documentos que comprovam sua existência. É preciso ligar o fato a temas e ao sujeito que o produziram para buscar uma explicação. E para explicar e interpretar os fatos, é preciso uma análise, que deve obedecer a determinados princípios. Nesse procedimento, são utilizados conceitos e noções que organizam os fatos, tornando-os inteligíveis.

Desse modo, percebe-se que a história não se reduz a um mero relato único e linear sobre a trajetória da humanidade ao longo dos séculos e milênios, mas precisa ser compreendida enquanto um instrumento de reflexão sobre o tempo presente, haja vista que tem como finalidade se constituir em um mecanismo de análise e compreensão do mundo em que se vive.

A História, enquanto ciência social, estuda as ações do homem e da sociedade, nas suas inter-relações com tempo e espaço, constitui, em seu arcabouço, uma gama de conceitos específicos que revelam sua identidade. Ao se apropriar, paulatinamente, desse corpo conceitual, o aluno desenvolve uma linguagem histórica que possibilita “um olhar histórico” do mundo (CALLAI, 2005).

Assim, ao analisar a história em uma perspectiva diacrônica e sincrônica, ao entrar em contato com a história de outros povos, em outros tempos, ou ao estudar uma sociedade ao longo do tempo, o aluno pode perceber a historicidade composta de múltiplas temporalidades, discursos, olhares, interpretações e sujeitos.

Um ensino de história focado no desenvolvimento da cognição histórica precisa ir muito além de meros fatos e datas, é preciso que haja reflexão em face de alguns eventos históricos, com a finalidade de que os alunos adquiram a capacidade de interpretar e atribuir significados aos fatos e acontecimentos e com isso consigam se localizar no mundo. Tal desenvolvimento, contudo, nunca é restrito apenas à sala de aula, tendo em vista que os alunos têm contato com a História, enquanto conhecimento (saber histórico) através das obras dos historiadores bem como através de documentos transformados e de pelos historiadores através de jornais, filmes, internet.

Na perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), tem-se que:

O saber histórico escolar compreende três categorias fundamentais: fato histórico - ações humanas significativas em determinados momentos históricos que destaquem mudanças ou permanências ocorridas na vida coletiva; sujeito histórico - agentes da ação social, pessoas, grupos ou classes, que foram agentes de lutas por transformações ou permanências; e tempo histórico - que pode ser dimensionado cronologicamente ou em vários níveis e ritmos de duração - acontecimento, conjuntura e estrutura (BRASIL, 1997).

Constata-se com isso que é imprescindível desmistificar que os conteúdos de história se reduzem a aprender datas, períodos e nomes importantes, mas compreender que o seu estudo envolve a relação causa e consequência, que seus conceitos abrangem economia, política, cultura e sociedade, portanto, sua importância reside na análise do desenvolvimento das sociedades e dos valores da humanidade capazes de promover a compreensão de conceitos e ideologias e desenvolver o senso crítico dos alunos.

Acerca disso, Schmidt (2009) assegura que:

(...) saber História não é a mesma coisa que pensar historicamente correto, pois o conhecimento histórico apreendido apenas como algo dado não desenvolve a capacidade de conferir significados à História e orientar aquele que aprende de acordo com a própria experiência histórica (SCHMIDT, 2009, p. 40).

A História é atraente para o aluno quando ela consegue fazer acontecimentos passados tornarem-se “interessantes” para seu entendimento, o que exige dos professores abandonar o positivismo e adotar uma postura questionadora em face dos acontecimentos, nos quais, a realidade do aluno é o foco em questão, isso se concretiza quando o professor, através da seleção dos conteúdos e dos recursos adequados, pode apresentar uma “História viva” e não um arcabouço de fatos passados sem nenhuma conexão ou correlação com o presente.

O ensino de História é uma ferramenta indispensável para a formação da identidade do aluno, incorporando na vida do sujeito, as relações sociais marcadas por modos de ver, pensar, agir, criar e recriar os objetos socialmente construídos no decorrer do tempo pelos diferentes contextos culturais. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de História, no que se refere à formação da identidade individual e coletiva, é salientado que:

O ensino de História possui objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes os que se relaciona à constituição da noção de identidade. Assim, é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas, entre as quais as que se constituem como nacionais (BRASIL, 1997, p. 26).

O conhecimento histórico, por si próprio, ínsito a um profundo potencial transformador, dispensando interpretações apressadas, feitas sob o impacto de circunstâncias acaloradas. Há uma ampliação do campo da história ensinada por meio da busca de temáticas novas, da pluralização das fontes utilizadas. A multiplicidade de leituras e concepções historiográficas presentes na bibliografia acadêmica se incorporou ao ensino de história, traves de livros paradidáticos e materiais de ampla divulgação. A história única e globalizante que privilegia os vieses heroicos e os mitos nacionais deve ser coibida, a necessidade é de que haja um redimensionamento nas relações passado/presente na história ensinada, na medida em que o objetivo de docentes e discentes consiste em discutir em diferentes realidades o estudo da história a partir das problemáticas do presente como forma de resgatar o passado e o próprio sentido da história. Com o uso e a incorporação de diferentes linguagens como: a discussão e interpretação dos acontecimentos/notícias e, sobretudo o significado da indústria cultural

na nossa sociedade, alunos e professores mergulham num nível de informação de elevadas proporções imprescindível no trabalho cotidiano de sala de aula (GUIMARÃES, 2013).

A relação passado-presente, tão essencial para a História, também é relevante diante da possibilidade de se usar a História como ferramenta para ler o mundo em que se está inserido, proporcionando a ampliação do exercício reflexivo, o desenvolvimento da crítica social e a promoção de posturas mais éticas e tolerantes.

No que tange ao ensino de História, enquanto uma disciplina escolar, é mister destacar sua relevância para a formação do sujeito crítico, atuante e que prima em construir sua identidade. Essa formação dentro do ensino de História, não se dá de forma plausível se os conteúdos escolares não estiverem conectados à História Local dos sujeitos, portanto, dentro do grande campo científico sistemático que é a História, deve estar presente nos conhecimentos que assistem o campo do saber dos alunos. Acerca da contextualização do que é a História Local, Schmidt e Cainelli (2005, p. 111) asseguram que “de um modo geral, as obras sobre história local reportam-se à história de pequenas localidades, escritas por pessoas de diferentes segmentos sociais, não necessariamente historiadores”.

Como se verifica a citação acima se refere apenas a um aspecto da história local, ampliando esse conceito para uma história mais adequada a historiografia que é compreender que “o trabalho com a história local pode produzir a inserção do aluno na comunidade da qual faz parte, criar suas próprias historicidades e identidade” (SCHIMIDT; CAINELLI, 2005, p. 113), o que por sua vez proporciona a possibilidade de perceber o “[...] entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência –escola, casa, comunidade, trabalho e lazer–, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente” (BITTENCOURT, 2004, p. 168).

Nesse ínterim, o professor tem a função não apenas educativa, mas cidadã, já que “a história tem como papel central a formação da consciência histórica dos homens, possibilitando a construção de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e praxes individual e coletiva” (FONSECA, 2003, p. 89).

Não basta o aluno levantar questões e estabelecer reflexões apenas sobre o passado se esse exercício não produzir uma ampla leitura do presente, principalmente de aspectos políticos, sociais e econômicos, que precisam ser desnaturalizados à luz do saber histórico, já que o estudo da História implica em um conjunto de habilidades que levam à leitura e comparação de contextos.

Na concepção de Bittencourt (2011, p. 11) "um primeiro desafio para quem ensina História parece ser a explicitação da razão de ser da disciplina [...]". Essa não compreensão da real importância do estudo da História, durante muito tempo, constituiu-se um elo entre as novas concepções pedagógicas e as vertentes históricas que se manifestaram durante o século XIX e XX, quando a visão da História Positivista pode ser questionada, tendo como consequência uma profusão de análises, nas salas de aula, resultando em um estudo histórico mais amplo e didático nas últimas décadas (SCHMIDT; CAINELLI, 2005).

Com base nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio Ciências Humanas e suas tecnologias, tem-se que o principal objetivo do conhecimento histórico consiste na compreensão dos processos e dos sujeitos históricos, bem como o desvendar as relações estabelecidas entre os grupos humanos em diferentes tempos e espaços.

Esse documento ainda assegura que:

Os historiadores dão atenção às diferentes e múltiplas possibilidades e alternativas que se apresentam nas sociedades, tanto nas do presente quanto nas do passado, as quais emergiram da ação consciente ou inconsciente dos homens. Procuram apontar, também, os desdobramentos que se impuseram com o desenrolar das ações desses sujeitos. Um dos objetivos do ensino de História, talvez o primeiro e o que condiciona os demais, é levar os alunos a considerarem como importante a apropriação crítica do conhecimento produzido pelos historiadores, que está contido nas narrativas de autores que se utilizam de métodos diferenciados e podem até mesmo apresentar versões e interpretações díspares sobre os mesmos acontecimentos. Essa leitura crítica presidirá também os materiais didáticos colocados à disposição dos alunos, especialmente os livros didáticos (BRASIL, 2006, p. 72).

A mecanização da aprendizagem, no ensino de História no Brasil foi, no decorrer dos anos, uma realidade vivenciada nas escolas brasileiras, na medida em que o aprender estava atrelado a decorar datas, nomes e aos grandes feitos; um estudo caracterizado por ser narrativo, monótono, burocrático, repetitivo e pouco atrativo, pois o aluno não conseguia ver qualquer aplicabilidade ou interferência prática, tampouco próxima da sua realidade, o que, por sua vez, revela um grande desafio por parte dos professores de história que precisavam conduzir a disciplina em sua abrangência, complexidade e as não poucas dificuldades dos estudantes, para compreender e relacionar, significativamente as relações entre os acontecimentos e épocas históricas.

Sendo assim, ao se abordar a importância de ensinar e aprender História no Ensino Médio, busca-se estimular a autonomia intelectual e o pensamento crítico do aluno, pois é no exercício de conhecer o passado que são determinadas as referências que permitem a compreensão do presente e a projeção do futuro (SEVERO SOBRINHO, 2014).

Nessa perspectiva, Fonseca (2003, p. 89) à guisa de explicar para que serve a História comenta que essa “[...] tem como papel central a formação da consciência histórica dos homens, possibilitando a construção de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e praxes individual e coletiva”. Depreende-se assim, que o processo de ensino e de aprendizagem da História deve proporcionar condições adequadas à formação de sujeitos críticos, participativos, capazes de atuar na transformação da sociedade.

A História investiga o passado de forma concreta, pois visa buscar a realidade dos fatos, em que só são elucidados e considerados como verdadeiros após um longo e rigoroso processo de análise, estudo, investigação, comprovação e avaliação. A História é uma área repleta de investigações, pesquisas, saberes, acontecimentos, bem como de construção histórica e identificação de determinados grupos sociais e de suas identidades. Considera-se o ensino de História como uma “memória individual”, haja vista que a História registra cada fato em seu devido contexto (OLIVEIRA, 2017).

Desse modo, tem-se que a história está diretamente relacionada à construção da cidadania, em que se conhece o outro como ser histórico, capaz de compreender o entrelaçamento social, a cultura, a construção moral e a realidade à qual todos pertencem.

Schmidt (2004, p. 54) alerta que se precisa “entender que o conhecimento histórico não é adquirido como um dom”, mas que é possível desde que seja feito por meio de pesquisas e descobertas.

Com isso, é mais que necessário que haja alterações na sala de aula, a fim de que os alunos possam descobrir sua história, pautando-se assim em um modelo educacional que privilegie o ensino nas suas diversas variações.

Considerando que a disciplina História, no Ensino Médio, tem por finalidade compreender as diferentes e múltiplas possibilidades de vida em sociedade em diferentes espaços e tempos, “a obra didática de História [...] deve possibilitar ao aluno a compreensão ativa da realidade que é condição para o desenvolvimento e a formação da cidadania” (BRASIL, 2005, p. 61).

Nesse contexto, com a reforma curricular do Ensino Médio, o conhecimento escolar foi dividido em 3 áreas: – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias. Verifica-se que houve uma agregação de conhecimentos, por área, cujos objetos de estudo sejam afins, dialogando entre si, em uma perspectiva onde os conhecimentos sejam construídos interdisciplinarmente.

No que diz respeito à área das ciências humanas, essa enfatiza as competências relacionadas à apropriação dos conhecimentos inerentes às ciências e suas especificidades metodológicas. Considerando-se, pois, a constituição dos significados de seus objetos e métodos, o ensino das Ciências Humanas e Sociais tem por objetivo desenvolver a compreensão do significado da identidade, da sociedade e da cultura, que configuram os campos de conhecimentos de História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Psicologia, entre outros. Acrescentam-se ainda Filosofia e Sociologia como necessários ao exercício da cidadania, de acordo com os ditames da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que assegura a constituição da cidadania e não se dirige a uma disciplina específica, como se entende pela interpretação literal do inciso III, §1º do Artigo 36:

Nesse sentido, todos os conteúdos curriculares desta área, embora não exclusivamente dela, deverão contribuir para a constituição da identidade dos alunos e para o desenvolvimento de um protagonismo social solidário, responsável e pautado na igualdade política (BRASIL, 1996).

Ainda acerca do ensino de História, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prioriza o diálogo entre passado e presente e uma postura ativa, no processo de ensino-aprendizagem para a construção e a apropriação dos conhecimentos, é o chamado exercício do “fazer história” que ocorre através da atitude historiadora que pressupõe o conhecimento histórico como lugar de compreensão do “eu”, do “outro” e do “nós” e da análise dos papéis sociais desempenhados pelos diferentes sujeitos, em diversos tempos históricos.

A despeito das mudanças propostas pelo Governo Federal em relação ao currículo a ser adotado nas escolas brasileiras, especialmente em relação à proposição de um lapso temporal acerca de algumas abordagens de fatos históricos, constata-se que estudar História pode ser um exercício de alteridade, em que o sujeito está, o tempo todo, imerso na tentativa de compreender o processo de interação e convívio entre o “eu” e o “outro”.

Talvez seja esse o local do conhecimento reservado ao ensino de História: o aluno se coloca na situação de compreender diferentes civilizações e épocas, refletindo sobre outras existências humanas no tempo e no espaço. Em outras palavras, o ensino de História deve ser pensado de forma a valorizar a compreensão da diversidade humana ao longo do tempo, o que nem sempre se observa no recurso didático mais utilizado no ensino de história.

Oriá (2006, p. 134) discorre acerca da importância da história no processo de desenvolvimento e formação do aluno e menciona que:

Compreender quem somos, para onde vamos, o que fazemos, mesmo que muitas vezes pessoalmente não nos identifiquemos com o que esse mesmo bem evoca, ou até não apreciemos sua forma arquitetônica ou seu valor histórico. (...), pois é revelador e referencial para a construção de nossa identidade histórico-cultural.

Na sala de aula, a interação com o conhecimento histórico se dá a partir do desenvolvimento de habilidades, como recorte e identificação de informações no conteúdo, leitura de textos verbais e imagéticos, inferências, elaboração de resumos e esquemas, crítica e análise do processo histórico. Dessa forma, tão importante quanto as informações históricas são os procedimentos, os quais devem receber grande atenção do professor. Utilizar o conteúdo como o caminho para ensinar tais habilidades torna a vivência de estudo em sala mais rica e significativa, ampliando as estratégias cognitivas dos alunos.

Há uma enorme variedade de documentos disponíveis para o Ensino de História e cabe ao professor optar pelos que considera mais adequados ao seu contexto escolar:

São cartas, livros, relatórios, diários, pinturas, esculturas, fotografias, filmes, músicas, mitos, lendas, falas, espaços, construções arquitetônicas ou paisagísticas, instrumentos e ferramentas de trabalho, utensílios, vestimentas, restos de alimentos, habitações, meios de locomoção, meios de comunicação. São, ainda, os sentidos culturais, estéticos, técnicos e históricos que os objetos expressam, organizados por meio de linguagens (escrita, oralidade, números, gráficos, cartografia, fotografia, arte) (BRASIL, 1997, p. 55).

Desse modo, justifica-se o uso desses documentos na sala de aula pelas contribuições que eles oferecem para o desenvolvimento da interpretação histórica. No entanto, o professor deve ser o mediador desse processo, articulando os métodos do historiador e os métodos pedagógicos. Sendo assim, sugere-se algumas propostas de trabalho com imagens, filmes e textos.

Uma nova concepção de documento histórico implica, necessariamente, repensar seu uso em sala de aula, já que sua utilização hoje é indispensável como fundamento do método de ensino, principalmente porque permite o diálogo do aluno com realidades passadas e desenvolve o sentido da análise histórica. O contato com as fontes históricas facilita a familiarização do aluno com formas de representação das realidades do passado e do presente, habituando-o a associar o conceito histórico à análise que o origina e fortalecendo sua capacidade de raciocinar baseado em uma situação dada (SCHMIDT; CAINELLI, 2005, p. 116).

O uso de diferentes fontes históricas (materiais, imateriais, escritas, visuais) é a premissa da atitude historiadora, pois permite aos professores e alunos desempenhar papel ativo no processo de ensino-aprendizagem e reconhecer as diferentes linguagens para apropriação do mundo. Ao valorizar o estudo dos diferentes vestígios e registros são

promovidos os processos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise que conduzem à produção de um saber próprio da História. Assim, estimula-se a autonomia do pensamento crítico e da cidadania, sobretudo pelo reconhecimento das diversidades em uma sociedade como a brasileira, repleta de alteridades e de múltiplas articulações.

Para Bittencourt (2011, p. 327):

As justificativas para a utilização de documentos nas aulas de história são várias e não muito recentes. Muitos professores que os utilizam consideram-nos um instrumento pedagógico eficiente e insubstituível, por possibilitar o contato com o “real”, com as situações concretas de um passado abstrato, ou por favorecer o desenvolvimento intelectual dos alunos, em substituição de uma forma pedagógica limitada à simples acumulação de fatos de uma história linear e global elaborada pelos manuais didáticos.

As imagens podem ser pinturas, ilustrações, reproduções de gravuras e de esculturas, fotos, organizadores gráficos, mapas que podem ser usados não só como complementos dos textos escritos, mas principalmente como elementos que evidenciam os discursos de uma sociedade, em uma época e lugar definidos. Por isso, é importante envolver os alunos na observação e na leitura de imagens e, se considerar pertinente buscar as interações disciplinares, com predomínios da atitude historiadora, baseada na investigação e na pesquisa.

No que tange aos filmes, a reprodução total ou parcial desses durante as aulas de História pode propiciar mais uma oportunidade de interpretação histórica, sendo de fundamental importância estabelecer premissas claras quanto aos objetivos desejados com a realização dessa atividade, para que o filme não se configure como uma ilustração animada do conteúdo. A preparação para esse tipo de atividade começa com a escolha adequada da obra que por sua vez precisa agregar valor ao processo de ensino-aprendizagem, de modo a torná-lo significativo ao aluno, logo, a escolha deve ser condizente com os conteúdos trabalhados.

No caso, pode-se adotar como procedimentos o diálogo sobre as informações da ficha técnica em que se faz a apresentação inicial do filme a fim de ajudar os alunos a contextualizar com um determinado assunto; estudo prévio da temática, em que se faça um debate ou roda de conversas sobre alguns pontos abordados pelo filme, para que daí os alunos possam ter percepções mais aprofundadas do assunto, identificar intertextualidades, contextos históricos e discursos ideológicos; roteiro de observação que consiste em recomendar ao aluno, antes de reproduzir o filme, que prestem atenção em alguns elementos específicos importantes para compreensão dos conteúdos, como grupos

sociais retratados, comportamentos de alguma personagem etc e a atividade final sobre o filme, na qual, após reproduzi-lo, propõe-se uma atividade de sistematização em que haja o diálogo sobre o filme com os alunos, em que se estabelecem relações com o filme e os assuntos de história, percepção de épocas e marcos históricos importantes.

Ao fazer uso de filmes e da história construída ínsitas as suas narrativas, pode-se confrontar outras fontes de conhecimento, o que permite despertar nos alunos uma gama de operações mentais que estimulam a análise das relações entre as diferentes causas das mudanças históricas (ABUD; SILVA; ALVES, 2013).

A leitura e a interpretação de textos são recursos importantes no processo de ensino e aprendizagem de história, através do qual se pode trabalhar com resumos, esquemas, mapas conceituais, organizadores gráficos e de linhas do tempo, de forma que se instrui os alunos para o vocabulário instrumental próprio da disciplina que favorece a aprendizagem de conteúdos conceituais de maneira mais eficiente. A ampla diversidade de fontes textuais possibilita a organização de situações de aprendizagem nas quais o debate é a consequência natural. Múltiplas abordagens e pontos de vista diferentes acerca de um mesmo tema reforçam o dinamismo na produção do conhecimento. Essas experiências enriquecem o aprendizado e pode despertar nos alunos o espírito investigativo e de acolhimento de outras ideias.

Percebe-se com isso que o uso das fontes históricas permite compreender de que maneira a escrita da história ocorre por meio de vestígios que restaram da experiência de indivíduos e de sociedades que viveram em outro tempo histórico e em outro espaço. Contudo, esse uso não implica no abandono do material resultante da produção historiográfica. Trata-se, antes, de somar possibilidades para a aquisição do conhecimento histórico e de oferecer aos alunos a experiência da atitude historiadora.

E ao se falar em fontes históricas, essas correspondem aos “documentos, registros, vestígios, isto é, tudo aquilo que é produzido pela humanidade no tempo e no espaço, ou seja, corresponde a herança material e imaterial deixada pelos antepassados que serve de base para a construção do conhecimento histórico” (SILVA; SILVA, 2009, p. 158).

Como se percebe, as fontes históricas se referem a tudo que é produzido pelo homem ao longo do tempo, de modo que o historiador, ao analisá-las, inicia seu trabalho de interpretação, conferindo a elas sentido e valor, motivo pelo qual uma mesma fonte histórica pode ser interpretada de diversas maneiras, influenciando no processo de construção do conhecimento histórico.

Sabe-se que os povos do passado não deixaram vestígios - fontes, com a finalidade exata de orientar os pesquisadores do futuro, mas cada pesquisador, por meio da análise de documentos e vestígios históricos, cria sua própria versão daquilo que pode ter sido o estilo de vida e a situação de um determinado povo, em determinada época. Neste sentido, o historiador intervém no documento que escolhe, ele prefere algumas informações e renega a outras, atribuindo-lhe maior ou menor grau de importância a tais fatos, tudo depende de sua posição na sociedade, de sua organização mental, de suas preferências (CHANDOCHA, 2016, p. 7).

Oportuno comentar que as fontes históricas não são um retrato fiel da realidade passada, nem ao menos revelam espontaneamente o passado, mas trazem indícios que favorecem uma interpretação do passado ou formulação de hipótese através de crítica documental realizada com base no presente.

Para Delgado (2010, p. 15, grifo do autor):

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história de vida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida.

É possível afirmar que o relato oral permite relacionar o passado com o presente de que participa o narrador, assim como pode criar – e de fato cria – uma expectativa de futuro. O relato guarda em si o potencial de articular, de modo dinâmico e efêmero, mas também intenso e rico, toda a temporalidade do sujeito que relata. É isso o que propõe Paul Ricoeur (2000), quando afirma que o relato é o meio privilegiado que a linguagem nos oferece para que possamos dar conta daquilo que, de outra forma, não seria possível, posto que se encontra no tempo imediato, carecendo da consciência reflexiva que só o distanciamento temporal pode dar.

Para Thompson (2002, p. 25), “a história oral oferece, quanto à sua natureza, uma fonte bastante semelhante à autobiografia publicada, mas de muito maior alcance”. O autor realça ainda que, ao se fazer a pesquisa oral, pode-se escolher “[...] a quem entrevistar e a respeito do que perguntar. A entrevista proporcionará, também, um meio de descobrir documentos escritos e fotografias que, de outro modo, não teriam sido localizados”. Percebeu-se esse fato durante a investigação, de maneira que uma entrevista levava a pesquisadora a novas fontes, novos sujeitos. Portanto, a narrativa, ao integrar a memória e a história oral, constitui-se em um importante meio, que possibilita reconstituir a história a partir das multiplicidades de pontos de vista.

Para Souza (2017, p. 3):

As narrativas orais permitem adentrar um fascinante campo de reflexões para a História, em especial para quem compreende o importante papel que ela desempenha na democratização do conhecimento. Ao mesmo tempo em que nos dá acesso a experiências que de outra forma não alcançaríamos, elas desvelam o processo próprio da narrativa, dando a possibilidade de formular problemáticas importantes para a compreensão do homem e sua relação com o tempo.

O trabalho com fontes orais permite trazer à História, como sujeitos e/ou testemunhos aqueles que, de certa forma, foram excluídos e colocados no anonimato, sem direito à memória, comum no paradigma tradicional, de modo que a entrevista é considerada como o principal instrumento do método de história oral. Por esta razão, foram realizadas, para o desenvolvimento desta pesquisa, entrevistas com os pregoeiros do cuscuz ideal, do sorveteiro e de Dona Corina (do pirulito) que configuram de forma mais concreta, a história oral e a memória ludovicense.

E na visão de Alberti (2005, p. 155):

A História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.

Chama-se atenção com isso para um equívoco que é bastante comum e que por sua vez deve ser evitado: pensar que a entrevista já é a própria história. O pesquisador deve interpretar e analisar a entrevista como fonte, uma fonte oral, para isso esse trabalho deve ser orientado no sentido de que haja a transcrição das entrevistas, pois em forma de texto, deve-se analisar a fonte oral como qualquer documento, fazendo perguntas e verificando como se pode usufruir dessa fonte, tirando dela as evidências e os elementos que contribuirão para resolver o problema de pesquisa.

A História Oral se refere às narrativas orais que se constituem em narrativas de memória que se referem as narrativas de identidade, já que o entrevistado mostra não só como ele vê a si mesmo e o mundo, mas principalmente como ele é visto por outro sujeito ou por uma coletividade. Dessa forma, “a dependência da memória, em vez de outros textos, é o que define e diferencia a história oral em relação a outros ramos da História” (FENTRESS; WICKHAM, 1992 apud ERRANTE, 2000, p. 142).

O historiador ao fazer uso da história oral se aproxima de seu objeto a partir de um contato mais intersubjetivo. Intersubjetividade essa que com o objeto, proporcionada pela etnografia num trabalho antropológico, é capaz de promover a compreensão daquelas

verdades que foram culturalmente construídas pelo sujeito histórico, o que revela a relação direta da história oral e memória.

Assim, indivíduo, memória e História revelam uma interação única, sendo que desses três elementos, o agente-ação (o indivíduo) com base nos relatos construídos em um ambiente sociocultural que possui uma “sequência de relatos de uma história viva, memorizados para servirem de fonte de análise e exploração científica pela História oficial, o que descaracteriza oficialmente o senso comum que apresenta a memória como simples elemento da imaginação” (MONTEIRO, 2016, p. 8).

A memória se torna História no momento em que se converte na representação mental produzida pelo indivíduo diante das lembranças relatadas através de traços previamente estruturados, de estímulos internos e externos aguçados pelas percepções sensoriais.

Para Nora (1993), a relação entre história e memória se dialogam, se alimentam e se contrapõem:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno o presente; a história, uma representação do passado. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p. 09).

A memória implica em registro, que por sua natureza é seletiva e engloba experiências, conhecimentos, emoções e sentimentos que, por um motivo ou outro, decide-se guardar. Assim, trata-se de definições e conceitos de história, memória e identidade, alicerce imprescindível para o desenvolvimento da própria História, porque não há vida sem história, nem sociedade sem memória, pois a memória possui inúmeras funções, sendo uma delas a de preservar a identidade.

Torna-se conveniente comentar que na visão de Lowenthal (1998):

Memória, história e fragmentos oferecem caminhos para o passado que se percorrem melhor quando combinados. Cada caminho exige os outros para que a jornada seja significativa e confiável. As relíquias dão início às recordações que a história confirma e expande recuando no tempo. A história em

isolamento é estéril e desprovida de vida; fragmentos significam apenas o que a história e memória transmitem. De fato, muitos artefatos surgiram como testemunhas da história ou da memória. Uma apreensão significativa do passado exige compromisso com prévia experiência, própria e de outros, ao longo de todos os três caminhos (LOWENTHAL, 1998, p. 166-167).

A história possibilita o uso da memória a fim de realizar novas leituras, interpretações sobre o passado, convivendo constantemente com os usos e abusos da memória. Compete ao historiador interpretar o passado, estabelecendo diferenças nas construções memorialísticas da história dos povos ou comunidades.

Ricoeur (2000) considera memória e história indissociáveis, pois se configuram através de um cruzamento em que ambas se aproximam em prol da verdade.

Ao registrar no tempo presente as memórias sobre o tempo que passou, o historiador e os demais profissionais vinculados a pesquisas que utilizam a metodologia da história oral fazem dos testemunhos recolhidos fontes de imortalidade – documentos/monumentos, sob a forma de vozes e de textos que ficarão arquivados como registros vivos da multiplicidade de experiências que constituem a vida humana na sua essência (DELGADO, 2010, p. 62).

Ativa-se a memória com base na vontade do indivíduo que carrega consigo forças muitas vezes negligenciadas, logo, compõe-se de linhas de forças da subjetividade humana que se mantém muitas vezes oculta até que seja evocada.

Na perspectiva de Le Goff (2003):

[...] o trabalho histórico tem por fim tornar inteligível o processo histórico e que esta inteligibilidade conduz ao reconhecimento da *regularidade* na evolução histórica. [...] A história é a ciência do tempo. Está estritamente ligada às diferentes concepções de tempo que existem numa sociedade e é um elemento essencial da aparelhagem mental de seus historiadores (LE GOFF, 2003, p. 44-45/52).

Ainda para Le Goff, “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual e coletiva” (2003, p. 469). Pautado nisso, Oliveira et al. (2012, p. 78) acredita que é “nesse sentido que a memória possibilita conexões entre a história individual e a história coletiva, permitindo, por exemplo, reflexões sobre o tempo histórico e a relação entre a micro e a macro-história”.

A memória e a identidade possuem estreita relação com a história, que pode ser claramente compreendida, por exemplo, quando se conversa com os idosos ou com moradores mais antigos da cidade, como oportunidade de valorização do cotidiano das pessoas, de suas tradições e de costumes passados de geração para geração.

1.1 Do livro (didático) de História

Há aproximadamente dois séculos, o livro didático compõe o cenário da história escolar, surgindo como material a completar os livros clássicos. Seu uso era praticamente exclusivo do espaço escolar, sendo trabalhado enquanto recurso para reprodução de valores sociais, ao mesmo tempo em que era instrumento para divulgação das ciências e da filosofia e em que se reforçava a aprendizagem centrada na memorização (SOARES, 2009).

Desse modo, no decorrer dos anos, verifica-se que o livro didático cumpriu seus objetivos e, nos dias hodiernos é eficaz instrumento ao desenvolvimento intelectual, atuando como instrumento articulador do processo de ensino e de aprendizagem, formando os diferentes sujeitos tanto no aspecto social, quanto político. Também é reconhecido como elemento propulsor ao desenvolvimento da leitura e escrita dos estudantes. Tais razões justificam seu uso pelos professores de história, no âmbito da educação básica, o que concorreu para que esse se popularizasse, nas escolas em geral, mas principalmente, naquelas de educação básica.

O Governo Federal que tornou obrigatória a distribuição gratuita do livro didático, por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) contribuiu para o acesso desse material, o que fez com que esse passasse a se constituir em um importante elemento para a formação ideológica e cultural dos sujeitos que coabitam a escola, o que ocorre especialmente a partir dos textos e imagens que dele fazem parte.

No Brasil, o livro didático enfrenta inúmeros desafios com custos, interesses políticos, ideias e até mesmo uma censura velada. Mas também tem alcançado o seu objetivo de trazer mais conhecimento às famílias escolares. O livro didático expressa os diferentes aspectos do conhecimento humano dividido em forma de disciplinas, portanto, deve ser utilizado como um recurso alternativo, e não como instrumento predominante e/ou único, na maioria das salas de aula, embora se saiba que, na realidade da escola pública, muitas vezes, professores e alunos o têm como única fonte de informação, motivo pelo qual as editoras especializadas precisam empenhar melhor seus esforços, desenvolvendo projetos visuais arrojados, aprimorando conceitos, bem como, adicionando acessórios aos produtos, de modo a possibilitar maior integração nos aspectos gráficos e editoriais, o que acaba também, por se tornar fator de motivação para professores e alunos.

Nesse sentido, Libâneo (2002) assegura que o livro didático possibilita ao professor e ao aluno a construção de saberes necessários e específicos à área, facilitando ainda o trabalho docente, ao oportunizar a organização e sistematização de referidos temas, sendo utilizado tanto nas atividades presenciais quanto naquelas em que o estudante está distante do professor, como por exemplo, a resolução de exercícios, estudo, e reforço de conteúdos, entre outros.

Nessa acepção, o livro didático deve ser compreendido enquanto objeto de análise, sendo observado em diferentes dimensões, ou seja, linguagem, memória impressa, ideologia, conteúdo. Esse deve principalmente ser concebido enquanto fonte de pesquisa, quer seja pelo uso dos discursos historiográficos, quer seja pelo fato de materializar as intenções políticas de currículo.

Percebe-se com isso que a natureza do livro didático ultrapassa a ideia de um simples “facilitador” ou “instrumento” de ensino, mas deve ser visto como um conjunto de relações que são permeadas por informações e cosmovisões com a finalidade de oferecer ao aluno noções básicas do passado e a possibilidade de relacioná-las ao presente.

De acordo com os pressupostos de Bittencourt (2008, p. 30), “o livro didático é considerado muitas vezes como o principal responsável pelas mazelas do ensino de História, por se encontrar à serviço da ideologia e da perpetuação do ensino tradicional”. Tal assertiva constitui-se motivo pelo qual se torna conveniente mencionar que a construção curricular não pode se restringir à mera questão disciplinar, pois o estudo do passado exige que se reporte às múltiplas experiências humanas, no tempo, baseadas em um arcabouço de conhecimentos e aspectos que não podem se limitar a um simples recorte disciplinar sobre economia, guerras ou questões histórico-político-administrativas, mas também permitir que se estabeleçam semelhanças e diferenças entre o passado e o presente, entre o que permanece e o que se modifica.

Nessa perspectiva, faz-se importante citar Gilberto Cotrim, pois ele assegura que:

Um dos principais objetivos do livro é estimular os alunos a participarem ativamente do estudo de História. Trazendo uma seleção de temas e interpretações do processo histórico. No entanto, o conteúdo deve ser discutido, questionado e ampliado. Esperando assim que o estudante, através da reflexão histórica, amplie a consciência do que fomos para transformar o que somos (COTRIM, 2005, p. 3).

Verifica-se a necessidade de se fazer a abordagem dos conteúdos de maneira clara e objetiva, a fim de promover maior dinamismo e tornar o ensino mais moderno e

atualizado no intuito de instigar e mesmo motivar a participação dos alunos em sala de aula.

1.2 História local: memória e identidade

É notória e muitas vezes incômoda a preferência dos currículos pela abordagem nacional e geral, no que diz respeito ao ensino de história nas escolas, em detrimento da história local e regional, tão importantes para que o aluno compreenda a realidade na qual se insere. O destaque a ser dado a essa historiografia é mais recente, porém ainda pouco prestigiada. O Estudo da História Local e Regional teve atenção apenas a partir da década de 1980, possivelmente alavancado pelas novas concepções historiográficas que já eram destaques na França desde o ano de 1929. A nova história estaria nesse momento, diversificando o conceito de fonte histórica, atribuindo ao historiador, a oportunidade de dinamizar seu objeto de pesquisa, multiplicando seu campo de atuação, bem como abrangendo múltiplas formas de pesquisa e registro.

Nesse contexto, proporcionou-se o estudo de novos aspectos históricos, outrora menosprezados pela academia, ampliando assim, as possibilidades de narrativas históricas, viabilizando o registro de uma história plural, dando voz a atores sociais, muitas vezes excluídos pela tradicional noção de narrativa histórica. Assim sendo, aponta-se o aparecimento e fortalecimento da história cultural, confirmada pelo historiador Peter Burke:

(...) a nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana (...). Nos últimos trinta anos nos deparamos com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem, como por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira, os gestos, o corpo. (...) O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma “construção cultural” sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço (BURKE, 1992, p. 11).

O estudo da história local permite, pois, ao aluno, agregar elementos para a construção de suas identidades e a valorização de suas memórias uma vez que o torna um cidadão ativo na sociedade. A partir da história local que são estabelecidas as relações com o nacional e o todo um contexto global, por meio dos quais estabeleceremos relações de similaridades e singularidades que irão fortalecer nossas identidades. Tal atividade, nos força ao exercício da memória e da preservação dessa, visando ao crescimento da comunidade na qual se está inserido. É nesse viés que desenvolvemos o sentimento de

pertencimento, haja vista que os atores sociais se identificam com os objetos estudados e suas especificidades.

As inúmeras discussões acerca da História local se atrelam diretamente às próprias concepções de identidade, já que se trata de uma História que tenta manter vivas as tradições, étnicas ou regionais, sendo por si só, formadora de identidade.

É preciso que se tenha consciência de que o estudo sobre história local não visa segregar a História Nacional ou Regional, como denomina Bauman (2005, p. 16) “cisão identitária” “[...] Diferentes, mas os mesmos; separados, mas inseparáveis; independentes, mas unidos”. Considerando que o ensino de história local agrega valores culturais e ambientais, ou seja, na mudança do seu lugar referente ao paisagismo, na arquitetura da sua cidade bem como a dinâmica que engloba essas relações que fazem do lugar, um lugar único representativo na fala e nos costumes. Os discentes como a população de modo geral, estariam cientes da referência e da preservação do seu local.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de História, a História Local deve ser sinalizada como base para a seleção de conteúdo, bem como o método de ensino-aprendizagem a ser adotado. Tais diretrizes destacam que:

Ao ingressarem na escola, as crianças passam a diversificar os seus convívios, ultrapassando as relações de âmbito familiar e interagindo, também, com outro grupo social – estudantes, educadores e outros profissionais –, caracterizado pela diversidade, e, ao mesmo tempo, por relações entre iguais. A própria classe possui um histórico no qual o aluno terá participação ativa. Sendo um ambiente que abarca uma dada complexidade, os estudos históricos aprofundam, inicialmente, temas que dão conta de distinguir as relações sociais e econômicas submersa nessas relações escolares, ampliando-as para dimensões coletivas, que abarcam as relações estabelecidas na sua localidade. Os estudos da história local conduzem aos estudos dos diferentes modos de viver no presente e em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço (BRASIL, 1997, p. 40).

Circe Bittencourt (2008, p. 203) destaca a necessidade de reflexão no contexto das relações micro e macro da história, a qual aponta que a história local deve ser norteadora da metodologia de ensino. Segundo ela:

Os estudos da história local devem tentar buscar no recorte micro os sinais e as relações da totalidade social, rastreando-se por outro lado, os indícios das particularidades – os homens e as mulheres de carne e osso. A história do Brasil se constitui, assim, por uma dimensão nacional, local e regional” (BITTENCOURT, 2008, p. 203).

No tocante à história local e sua abordagem, destaca-se como referência, o conhecimento histórico, em razão de sua relação com a realidade do aluno, na qual se enfatizam as relações sociais e as produções culturais do meio em que esse vive. Pode-se

estabelecer ainda, uma relação espaço-temporal que abalize esse senso crítico a ser desenvolvido a partir de tal meio, favorecendo assim, a construção de identidades desses atores sociais.

A possibilidade de estabelecer uma compreensão do aluno com o ambiente que o cerca, no qual se aponta a importância da comunicação passado e presente, facilita ao professor trabalhar as vivências e histórias individuais e dos grupos, situando cada aprendiz em diversos contextos. Tais abordagens, favorecem a capacidade de observação do aluno quanto ao seu passado e o torna capaz de compreender a realidade de diversas localidades e de seus sujeitos sociais a partir do significado de suas vivências construídas no tempo decorrido, possibilitando que os discentes entendam que tanto as vivências como as realidades não acontecem isoladamente, mas fazem parte de um encadeamento histórico no qual são construídas identidades culturais e sociais em cada população, despertando assim a necessidade de respeito por parte do aluno a essa pluralidade.

Para tanto, o aluno precisa se sentir pertencente e valorizado na sua própria história, cultura e formação de sua identidade, como dispõem os Parâmetros Curriculares Nacionais, os quais priorizam o estudo de História, alicerçado na construção de uma identidade nacional, por meio das relações sociais e individuais, com vistas a analisar e compreender o tempo presente, a partir da exploração cautelosa das múltiplas relações históricas que envolvem seu passado e sua memória (BRASIL, 1997).

Diante desse pressuposto, a História local de São Luís, muitas vezes silenciada nos livros oficiais redigidos e editados no Sul e Sudeste do país, carece de uma reconfiguração no que diz respeito aos vários atores formadores dessa história. A memória ou memórias oficiais e subterrâneas da cidade, são ofuscadas pelo olhar “sudestino” de uma história adotada que exclui os regionalismos em favor dos acontecimentos nacionais. São histórias e contextos que precisam ser estimulados no universo da sala de aula e que ajudam na formação de identidades e na construção de uma abordagem que valorize os aspectos regionais para que os sujeitos se reconheçam e se sintam representados, para além dos conteúdos contemplados na História Geral e História do Brasil, cujos aspectos mais regionais, quedam-se invisibilizados e por que não dizer, marginalizados.

Le Goff (2003) já enfatizava a importância dessa nova história, por sinal, paradigmática, a ser ampliada para aspectos mais significativos e representativos dos sujeitos, claro que sem desvincular-se do contexto geral, porém, com a devida importância das ações regionais no que há de mais singular a partir dos cotidianos dos

atores dessa história. Graças ao novo olhar sobre as variadas fontes históricas, democratizando-se mais ainda o fato e o registro histórico é que a História regional e Local passou a figurar como importantes abordagens importantes na historiografia.

A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história [...] fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicação do documento: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem” (LE GOFF, 2003, p. 28).

Nesse sentido, a valorização de novos referenciais e documentos históricos das mais variadas linguagens, trouxeram mais dinamismo e alcance para o registro da memória e dos acontecimentos históricos. A nova história, sob a ótica de Le Goff (2003), oportuniza ao indivíduo um leque de possibilidades de conhecer o seu passado, através de fatos não apenas registrados em escrito e em documentos outrora tidos como oficiais, como também, através da leitura de imagens, fósseis e da história oral, que é passada de geração a geração e que muitas vezes está viva e presente nas culturas locais.

A História Local corresponde a uma das ferramentas imprescindíveis na construção da identidade dos alunos, além de conceder um engajamento cívico na sociedade, o que por sua vez, torna-se indispensável à compreensão de que a História local está amplamente atrelada à uma História Global, que não se dá de forma isolada, mas que se encontra diretamente ligada a uma determinada região, cidade ou município e demais localidades.

Compreende-se assim o ensino da História Local como possibilidade de obtenção da identidade de uma sociedade e somente quando se consegue perceber a história local como força motriz na construção de uma sociedade mais atuante, mais justa, mais igualitária e participante da sociedade civil, é que se passa a ter um aluno mais crítico, participativo e determinado, buscando analisar o processo de formação da identidade do indivíduo enquanto participante social da construção das sociedades.

Relacionar ensino de História e História Local cria um espaço amplo de relações sociais de grande relevância para a formação das sociedades, à medida que tal compreensão partirá de um contexto destinado ao sujeito, que facilite seu comprometimento e participação ativa no espaço da sala de aula.

CAPÍTULO II - SÃO LUÍS: Cidade de histórias e memórias

“Rever e reviver
São Luís do Maranhão
Vamos andar por esses
Belos e velhos caminhos
Onde tantas vezes
Eu andei sozinho
Mirantes e sobradões
Ainda guardam seus segredos
A ponte, velas e embarcações
Ao longe, a Ilha do Medo”

Compositores: Fauzi Beydoun

Letra de Quando O São João Chegar © Warner Chappell Music, Inc

São Luís, cantada e lembrada em versos e canções, sempre foi marcada por sua riqueza histórica e cultural. Fundada por franceses em 08 de setembro de 1612, foi invadida por holandeses e colonizada por portugueses, sendo assim, batizada em homenagem ao rei da França Luís IX, também chamado de "São Luís". Em 1997, foi tombada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como Patrimônio Cultural da Humanidade. Possui um acervo arquitetônico colonial em torno de 3.500 prédios, acervo esse que abalizou essa escolha.

O Centro Histórico de São Luís se destaca pela uniformidade e pela beleza simples e regular dos seus imóveis, formando um dos maiores conjuntos arquitetônicos de essência portuguesa ainda preservados da América Latina. Fatores que levaram este conjunto a compor a lista da UNESCO de patrimônios culturais do mundo, em 1997 (SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO MARANHÃO, 2017, s/p).

Para fins de compreensão de como se deu o processo de tombamento, cabe ressaltar que o patrimônio cultural pode ser dividido em duas categorias diferentes. O “patrimônio material”, que consiste em bens materiais como regiões arqueológicas, conjuntos urbanos históricos, objetos artísticos, edificações, entre outros objetos que carregam memória, e o “patrimônio imaterial” que está relacionado às práticas sociais diretamente ligadas aos saberes, celebrações e formas vivas de expressões, como danças tradicionais, músicas e culinária. A preocupação com a preservação do patrimônio da humanidade, levou a UNESCO a eleger alguns lugares, em todo o mundo, para receber

ajuda econômica e técnica. No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) se responsabiliza em defender o patrimônio cultural nacional.

Formado pelos bairros da Praia Grande e Desterro, a região concentra hoje museus, centros de cultura, teatros, cinema, bares, restaurantes, feira e uma infinidade de lojas de artesanato. Estão ali também praças, charmosos becos, escadarias, ladeiras e algumas das mais belas ruas da parte histórica da cidade, como a Rua Portugal e Rua do Giz e Largo do Comércio (SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO MARANHÃO, 2017, s/p).

As cidades históricas possuem várias construções antigas como casas, igrejas, monumentos e outras edificações de valor reconhecidamente histórico. Tais cidades são permeadas pela história de sua população e trazem consigo os fatos importantes que ocorreram no passado. Destacam-se por terem importância mundial, ao guardarem a memória, as riquezas culturais, os costumes e a identidade dos seus povos. A valorização do passado é deveras essencial para a construção do futuro, uma vez que, é nas cidades que habitam as edificações de diferentes épocas, onde os significados são variados.

A memória é uma forma de evocar o que foi vivido, gravado e aprendido. Ao evocar o que foi vivido, estamos acionando as lembranças, as recordações e ativando a recuperação. Ao recuperar, rememorar, estamos nos formando como pessoas, pois somos fruto do que aprendemos. Recuperar e reviver o que aprendemos e vivemos faz parte de decisões que tomamos a cada minuto em nossa vida individual e coletiva. Decidir esquecer e o que esquecer, também faz parte da memória. Esse conjunto de ações gravadas, silenciadas ou revividas, constitui nossa personalidade, fortalecendo-nos como indivíduos.

Ressalta-se que, o uso da memória tornou-se a forma mais prática de reconstruir uma história, observando-se assim, as diversas maneiras de narrativas do passado. Considera-se que a memória é seletiva, pois é ela quem destaca o que deve ser lembrado e o que merece ser esquecido. Conforme afirma Paul Ricouer (2008), a memória é vida e atravessa a existência humana, conferindo-lhe significação, sentido e afetividade.

A memória, segundo Pollak (1992, p. 204), é “um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também, um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si”. É, pois, esse sentimento de identidade e pertencimento que trazem de volta em mim, memórias tenras de uma infância feliz munidas de lembranças de tempos vividos que me convidam a visitar um passado sempre vivo, em minhas memórias.

Essa relação das lembranças com nossas histórias, individuais ou coletivas, preserva os fatos e retém o tempo, estimulando assim, o saber histórico. O passar do tempo, muitas vezes, apaga as vivências reais e cotidianas, fazendo-nos guardar nossas reminiscências, em lugares aos quais atribuímos significados e que são sempre revisitados, quando provocados pela lembrança. Assim são os lugares de memória: múltiplos; sejam esses materiais, imateriais, ficcionais, simbólicos ou funcionais. Conforme enfatiza Nora (1993) que “à medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente, vestígios e testemunhos, pois esses são responsáveis pela construção e reconstrução dos sujeitos” (NORA, 1993, p. 15), ou seja, ao evocar o passado, os sujeitos reafirmam o sentimento de identidade e pertença.

Porém, em meio a todo um contexto de lembranças, nas quais se agrupam os acontecimentos a serem lembrados e aqueles a serem esquecidos, há um segmento da memória coletiva que tende a ser silenciada nos subterrâneos da história das cidades ou das lembranças de um segmento social. São, geralmente os excluídos e os marginalizados que não fazem parte da classe que domina e que está nos documentos oficiais. Essas “memórias marginais” que flutuam entre o dito e o não dito; são renegadas a um plano oculto das cidades. Sobre esse aspecto, Pollak comenta:

[...] A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989, p. 3 / 15).

Nesse sentido, São Luís, em sua pluralidade, assume-se como lugar de memórias oficiais e subterrâneas, nas quais vivem e sobrevivem personagens ora sacralizados, ora excluídos pela sociedade. Silenciosamente, histórias são escritas e outras apagadas pelos sujeitos que atuam nessas construções e muitas dessas histórias ainda aguardam seu lugar nas linhas oficiais do tempo. Esses lugares de memórias, nada mais são do que um resultado do trabalho desses tempos. Nesse contexto, Nora enfatiza:

O lugar de memória supõe, para início de jogo, a justaposição de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história (NORA, 1993, p. 220).

Conhecer para preservar, ainda que sejam fragmentos de um passado reconstruído a partir das narrativas das mais variadas realidades é o que faz com que as memórias se tornem, cada vez mais, importantes. Um dos aspectos que saltam aos olhos, na cidade de

São Luís, é a sua posição como patrimônio memorial, diante desse contexto de memórias coletivas e de ressignificações dessas memórias, para além de suas estruturas físicas. Não se busca atrelar aqui apenas os conceitos de patrimônio cultural, mas o entendimento e a percepção que envolve as memórias diversas do coletivo e que permeia as lembranças do ludovicense.

É importante compreender que todos nós participamos desse enredo entre memória coletiva e memória individual e que, ao definir nossa identidade, passamos pelo processo da memória coletiva. Nessa interação é construído o sentido de pertencimento. Para Thompson (2002, p. 208), “recordar a própria vida é fundamental para nosso sentimento de identidade”, ou seja, a memória faz parte da (re) construção do sujeito, pois é através dela que o sujeito se identifica e se situa no tempo e no espaço.

Inferir-se assim, que nossas identidades (sociais, culturais, religiosas etc), resultam das interações entre os sujeitos sociais e os meios, nos quais partilham valores e regras. Além de apresentar um conjunto de singularidades próprias do indivíduo, refere-se também, à tomada de consciência de alguém, por si própria, o que a tornaria diferente das demais. Ainda assim, podemos inferir, que a construção de uma identidade é um processo contínuo. Sobre tal assunto, Stuart Hall comenta:

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar” (HALL, 2002, p. 111-112).

Para Bauman (2005), o atual conceito de identidade nos foi imposta por questões históricas, cunhado no entendimento de nação, para que fosse cultivada uma identidade nacional, silenciando as individualidades de cada sujeito. Esse conceito de identidade nacional foi sendo rompido, uma vez que as lutas sociais foram se multiplicando e ampliando a necessidade de se fazer ouvir, de cada grupo social excluído. Essa multiplicidade de necessidades e conflitos, fragmentou mais ainda, a concepção de identidade única e evidenciou um crescente conflito entre elas. Para Bauman¹, o conflito alicerça a construção de uma identidade.

As batalhas de identidade não podem realizar sua tarefa de identificação sem dividir tanto quanto, ou mais do que unir. Suas intenções includentes se misturam com (ou melhor, são complementadas por) suas intenções de segregar (BAUMAN, 2005, p. 85).

¹ BAUMAN, Zygmunt. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

Nossas identidades, firmadas nos conflitos que muitas vezes permeiam sua imposição, se fortalecem quando escolhemos nossas afinidades identitárias e empreendemos esforços pelo direito de sermos diferentes em meio aos iguais. Assim, nos identificar com nossa cidade é, acima de tudo, deixar-nos seduzir por aspectos culturais, sociais ou históricos, sem perder a essência individual que nos faz únicos, em meio a toda essa coletividade.

A constante busca por identidades, sejam elas sociais, culturais ou históricas; impulsionam o sujeito a debruçar-se sobre o próprio passado, em busca de referências sentimentais, espaciais ou até mesmo temporais que o ancore ao mundo. É preciso que saibamos da complexidade de tais conceitos e que tais identidades estariam diretamente relacionadas às vivências de cada sujeito, na medida em que suas formações se constituem como parte de um processo complexo, cujos valores não podem ser considerados fixos ou imutáveis. Diante disso, autores como Zygmunt Bauman (2005), apontam para uma cultura mutável que pode ser comparada à liquidez da água; tal “liquidez” socialmente construída é formada a partir da observação de processos sociais diversificados.

Como lugar de memórias, a cidade de São Luís sempre foi cantada em versos e lembrada em poemas das mais variadas gerações. Essas memórias que marcam a história da cidade, são revisitadas a cada instante e precisam ser preservadas, dando assim, sentido e identidade ao ludovicense², como enfatiza Pollack:

(...) a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 209).

À guisa do que foi exposto, a cidade de São Luís (capital do Maranhão), pode ser contada através das mais variadas óticas e narrativas orais e escritas. Tais registros ainda podem produzir variadas memórias, através do estímulo ao conhecimento e sua devida transcrição, pois a cidade é um lugar de memória, onde se constroem identidades e identificações que por sua vez colaboram na construção de sentimentos de pertencimento dos indivíduos, dos grupos sociais e da nação. As diversas narrativas refletem os tipos de memórias que cada sujeito possui dos eventos, espaços e contextos, mesmo que esses não mais existam da forma como lembramos.

² Natural da cidade de São Luís/MA.

Ao caminhar pelas ruas de São Luís, respira-se história e memória dessa cidade que nasceu portuguesa³, mas que tem marcada em suas edificações, traços de uma época de lutas e conquistas. Muitos povos que por aqui passaram, deixaram um pouco de suas origens, culturas e histórias.

Sede do governo do Maranhão, desde a fundação do Estado em 1621, São Luís exercia um papel polarizador, tornando-se o centro de importações e exportações de toda a região, no século XVIII, graças à condição privilegiada de seu porto, para atracamento de embarcações de grande porte.

Erguida sob traçado ortogonal, desenvolvido por Francisco Frias de Mesquita⁴, São Luís adquire aparência ao mesmo tempo rígida e flexível, porém, suficientemente maleável para absorver o crescimento da cidade, por mais alguns anos, desde a intervenção feita por Frias de Mesquita.

O projeto urbanístico da nascente província foi prematuro e ambicioso, data do ano de 1615, com a cidade de São Luís já conquistada pelos portugueses, e foi de autoria do Engenheiro-Mor do Brasil Francisco Frias de Mesquita, tornando-se uma das primeiras capitais brasileiras a ter sua planta urbana previamente traçada e, na medida do possível, respeitada (COSTA, 2014, p. 41).

Sua arquitetura, testemunhou o apogeu econômico que a cidade viveu no passado e que se desenha em um acervo eclético composto por vários estilos artísticos, trazidos pelos portugueses. Essa arquitetura de origem oitocentista, apresenta uma singularidade em suas formas. O ar de metrópole que marcou São Luís, exigiu da cidade características próprias em uma arquitetura queurgia se adaptar ao clima e as condições econômicas do século XVIII. Sobre tais características, o relatório do IPHAN (SÃO LUÍS, 2005, p. 24), nos esclarece.

Os primeiros palácios aparecem a partir da metade do século XVIII e, no começo do século XIX, surgem os sobrados e as "portas e janelas" que adaptam o estilo neoclássico às condições do clima da região equatorial. Aproximadamente em 1830, a inovação mais interessante foi a moda de revestir as fachadas com quadrados de cerâmica, isto é, com azulejos, até utilizá-los somente no interior das casas.

Essa forma de preservar as residências, chegou até a Europa e em pouco tempo a arte de azulejar iniciada em terras colonizadas (São Luís), passa a estampar as casas dos grandes comerciantes em Portugal. São Luís, torna-se então, conhecida como a cidade dos azulejos. Como comenta, Toledo (2012, p. 140):

³ Importante registrar que há um debate historiográfico sobre essa temática da fundação de São Luís.

⁴ Engenheiro-militar e arquiteto português com destacada atuação no Brasil colonial.

Essa aparência refinada da cidade foi, em parte, um contributo do uso do azulejo. De acordo com vários estudiosos, o uso do azulejo “nasceu nos interiores dos edifícios, ganhou exteriores em belíssimas composições que vieram a enriquecer os alçados” e “em São Luís, seu uso passou a ser indiscriminado dando a aparência característica da cidade.

Também chamada pelos franceses de "*la petite vile de la porcelaine*". Tal característica era decorrente do uso de azulejos franceses e ingleses, além dos portugueses, que adornavam as fachadas dos casarões, servindo também como proteção das intempéries climáticas, como afirma, Toledo (2015, p. 32):

O azulejo europeu, principalmente o português, passou a ser utilizado em grande quantidade em São Luís na segunda metade do século XIX. Na capital maranhense o azulejo foi utilizado para revestir as fachadas dos edifícios, protegendo-os contra intemperes climáticos, melhorando a suas aparências.

A urbanização da cidade ainda caminhava a passos lentos, e todo “glamour” das ricas construções erigidas na cidade, oriundas dos áureos tempos de riqueza econômica, ficava na penumbra quando a noite caía e se podia contar apenas com as noites de lua, muitas vezes contadas e cantadas na literatura maranhense. Sobre esse fato, Meirelles (2017, p. 215) esclarece que durante todo o período colonial, a capital ludovicense “não dispunha de outra iluminação pública a não ser a da lua, quando se ia do crescente para a plenitude, e das estrelas nas noites claras e sem nuvens. Daí porque se fazia não só conveniente, como necessário, o toque de recolher, às 21 horas”. Essa incômoda situação, perdurou até 1825, quando o então presidente (interino), Manuel Teles da Silva Lobo, inaugurou os serviços de iluminação pública com lampeões que queimavam a base de azeite de peixe. Posteriormente, o azeite fora substituído pelo álcool terebentinado, como comenta César Marques (1970, p. 323):

Durou pela sorte d’iluminação, que foi substituída, ao que cremos, em 1843, pela produzida a base de álcool terebentinado, providencia esta tomada pelo presidente Jeronimo martiniano Figueira de Melo, que contratou o serviço de Bernardo Pais de Vasconcelos, e quando foram instalados 155 lampeões de cobre estanhado nas vias públicas.

Contudo, em 1858 o sistema de iluminação foi novamente modificado, aderindo ao uso de gás hidrogênio, autorizado pelo vice-presidente João Pedro Dias Vieira. Tal sistema, vingou até o ano de 1863, quando foi substituído pelo gás carbônico, inaugurado pelo então presidente do Estado Ambrosio Leitão da Cunha.

No início do século XIX, o Estado do Maranhão cresceu economicamente e fez com que São Luís ficasse conhecida internacionalmente, atraindo para a cidade,

espetáculos e artistas renomados, já que naquele momento, a cidade se consolidava como a quarta cidade mais importante do país. Conforme aponta Fortes e Cantanhede (2008, p. 30):

É um período com grande fluxo de viagens entre São Luís e a Europa, trazendo produtos industrializados e levando a produção agrícola local. Nesses navios vinham companhias líricas para se apresentarem no Teatro União⁵, e também artistas, a maioria deles apenas com passagens rápidas.

Na virada do século XIX para o século XX, o Brasil vivia uma efervescência no espaço e no tempo, uma vez que as mudanças trazidas pelo advento da República impingiram novos contornos à consolidação do Capitalismo, propiciando o crescimento do espaço urbano e de novos contextos de relações humanas, assim como de trabalho e de renda (SCHWARCZ, 1998).

No Maranhão, esse cenário é formado por uma sociedade recém-egressa da escravidão, com os conflitos sociais e econômicos típicos das sociedades escravistas, com perfil que retrata uma extrema exclusão social, ou seja, uma sociedade que tenta se afirmar dentro dos moldes da modernidade de um novo projeto político republicano, mesmo que marcada por reflexos do período imperial; mas é sua capital, São Luís, que demonstra o desejo de modernização e atualização das discussões que são tratadas em âmbito nacional, como a necessidade de melhorias no cenário educacional para o desenvolvimento social e econômico do Estado, nesse aspecto, influenciada pela elite intelectual recém-chegada das universidades europeias com ideais positivistas e oriunda das famílias que dominavam a economia rural na época (LIMA, 2003).

Nesse âmbito de prosperidade e de grande influência da elite, fez surgir o mito da “Atenas brasileira”, cuja relação entre poder econômico e formação intelectual era estreita, no final do século XIX, criando o que a historiadora Helidacy Maria Muniz Corrêa descreveu como uma “sociedade dos letrados”, que a mesma ainda descreve como responsável pela construção do mito da “Atenas brasileira”.

O imaginário intelectual do final do século XIX produziu obras, cujos diferentes gêneros como romances, poesias, dramaturgias, crônicas, entre outros, imprimiram à literatura local e nacional mais que costumes e comportamentos de determinados grupos, onde o efêmero vigor econômico dava impressão de uma “sociedade de corte”. O imaginário da *intelligentsia* maranhense, das últimas décadas do século XIX, também produziu uma refinada construção identitária capaz de perdurar na mentalidade ludovicense para além daquelas gerações: a Atenas Brasileira (CORRÊA, 2011, p. 17).

⁵ Atual Teatro Arthur Azevedo.

Como capital, São Luís, ainda no final do século XIX, visava tornar-se mais urbana e moderna, deixando de lado as características de uma sociedade ainda marcada pelos aspectos colonial e rural. A migração dos fazendeiros para a cidade, mais precisamente para o bairro da Praia Grande fez crescer no centro da cidade um novo cenário de habitação, formado por ricos fazendeiros e comerciantes que deram aos sobrados e casarões novos padrões de riqueza. A região passa a ser o centro comercial mais importante do Estado do Maranhão, principalmente após a construção do cais (1855) e da casa das Tulhas (COSTA, 2014).

Nessa época, a urbanização de São Luís, no que diz respeito ao transporte de pessoas carecia de um serviço regular e eficiente, que abrangesse toda a população e não somente aos que podiam pagar pela locomoção, geralmente montados a cavalos ou em carruagens conduzidos por escravos. A população mais carente, andava quilômetros a pé.

São Luís, como uma cidade importante, no cenário nacional, foi a primeira da região Nordeste a receber o bondinho enquanto transporte coletivo. Tal feito, ainda povoa o imaginário de quem viveu essa época da qual lembra com nostalgia. Mesmo que saibamos que esse momento de “modernização” não foi tão bem-sucedido, não faltaram reclamações no momento que apontavam deficiências no atendimento da população no que diz respeito a superlotação dos bondes, atrasos constantes, trilhos malconservados e condutores sem perícia para conduzir, além da falta de adestramento dos animais atrelados aos bondes. Os acidentes se avolumavam.

No final do século XIX, com os ideias abolicionistas que tomavam conta do país, não tardou a chegar no Maranhão a ideia de abrir mão dos escravos, o que afetaria em cheio a economia do Estado e da cidade, São Luís, que tinha a mão de obra escrava na base da economia, sentiu os efeitos da abolição. Após várias crises internas causadas pelo mercado de exportação, alguns produtores rurais entram em falência e com isso, o bairro da Praia Grande entra em colapso.

Essa nefasta crise que abateu o próspero bairro do centro de São Luís, fez surgir uma população nas periferias que se instalou de forma desordenada e sem estrutura, nos bairros que circundavam a cidade. Sua grande maioria, que começava a se aglomerar, já no início do século XX, nos bairros da cidade, era oriunda das zonas rurais pelo desejo de melhores condições de vida; era essa população que amargou, até os anos de 1930, 70% de analfabetismo e de subemprego (LIMA, 2003).

Como se sabe, é na cidade que a vida acontece, e a valorização do passado, evidencia a importância da cidade no atual contexto, no qual cresce a necessidade de

preservar para não esquecer. Algo que nos soa como novo, é na verdade uma reação ao período decepcionante que representou o século XX no que diz respeito à esperança no que estava por vir. Guerras e desastres, destruíram lentamente o culto ao futuro, despertando nas sociedades uma emergência em preservar as memórias e conservar as instituições memoriais que assumiram a responsabilidade de guardar as lembranças das sociedades.

As cidades hoje, são assumidamente “memoriais urbanos”, porém muitas delas já sofreram a interferência da modernidade e poucas ainda mantêm traços densos do passado. Muitas apelaram para a modernização dos seus espaços, acompanhando a evolução dos tempos. Nesse cenário, surge o olhar mais aguçado para o passado, em uma tentativa de reconstruir o que foi vivido por diversas gerações, inaugurando assim, uma nova forma de se relacionar com o tal passado a partir da sua preservação.

Essa tentativa de revisitação das memórias coletivas, faz com que as cidades assumam seu papel de vínculo entre o indivíduo, a família, a sociedade e suas histórias. Entende-se assim, que esse vínculo não tem obrigação de ser unanimidade e nem homogêneo, haja vista que habitam nas cidades, culturas, lutas, gritos, silêncios e vivências distintas. Porém, o vínculo social de cada indivíduo ou grupo, faz com que as cidades sejam palco dessas vivências, que por sua vez, originam várias memórias coletivas. A cidade torna-se assim, o espaço fértil para interligar essas memórias; “Memórias urbanas”, por assim dizer.

Nesses espaços, nos quais o urbano e a cidade se confundem, é tarefa árdua separar os conceitos que os definem. Onde começa a cidade e termina o urbano e vice-versa? Milton Santos (1994) nos aponta que o urbano se referencia no abstrato, no geral e no externo. Seria todo um conjunto de atividades que acontecem em uma cidade. Já a cidade se destaca pelos processos sociais que se estabelecem e se processam nas cidades, tais como: transportes, fundação, circulação, eletrificação, dotados de significados.

Aos poucos, com o nascimento do setor têxtil e do comércio, o comércio formal se expandiu pela capital. Porém, o comércio informal se estabelecia em todos os cantos, como resultado das crises econômicas pelas quais a cidade havia passado no século XIX, suprimindo as carências básicas dos residentes ao vender produtos em pequenas quantidades, por preços acessíveis e muitas vezes de porta em porta. Esse foi um importante aspecto da economia de São Luís no século XIX, antes de que houvesse um crescimento econômico no país, seja por geração de emprego, seja por distribuição de renda por meio dos Programas Sociais.

O comerciante informal, também conhecido como vendedor ambulante, é uma parte que integra a economia das cidades em todo o mundo, especialmente em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Esses comerciantes geram emprego – para si próprios, seus fornecedores e todos que possibilitam a circulação de mercadorias e outros serviços ligados ao comércio. Os vendedores ambulantes trazem sociabilidade e comodidade para os espaços públicos, correspondem a uma parte familiar de seus ambientes urbanos, esses vendedores formam uma parte vital da vida social e econômica de uma cidade.

A cidade de São Luís tem lidado com o problema da pobreza urbana apoiando e auxiliando os trabalhadores informais, disponibilizando espaços públicos para organizar os vendedores ambulantes e organizar o espaço urbano de forma a atender a necessidade de geração de trabalho e renda e, ao mesmo tempo, despoluir visualmente os ambientes coletivos dos chamados ‘camelôs’, que se espalharam por toda a cidade, a partir de sua expansão demográfica nos anos 70.

Mesmo assim, as políticas de planejamento municipal ainda não alcançaram a inclusão social desses trabalhadores informais que se espalham por toda a cidade – centro, bairros, ruas, feiras, avenidas, pontos de ônibus, entradas de eventos, uma constatação de que os índices de empregabilidade ainda precisam melhorar significativamente.

O comércio informal é uma das vias de escape da complexa teia que se forma nas relações capitalistas em países como o Brasil, onde os índices de desigualdade social são proporcionais aos baixos níveis de escolaridade, que tiram a chance de emprego formal no mercado de trabalho, mesmo que esse seja crescente por conta do desenvolvimento econômico na última década.

Em São Luís, assim como no restante do país, o comércio informal cresce consideravelmente e, espalhado pela cidade, busca por lugares onde há aglomerados de pessoas para as quais oferecem de tudo, de frutas, lanches, comida, doces, roupas, acessórios domésticos, eletrônicos, produtos de pirataria até pequenos animais.

Recentemente, foi divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE dados de 2017) uma pesquisa que atesta que o Estado do Maranhão é um dos estados com maior quantidade de trabalhadores que atuam na informalidade. Segundo a pesquisa, cerca de 372 mil pessoas estão sem uma ocupação formal, desses apenas 50% direcionou-se para o mercado informal no qual se destaca o comércio ambulante (G1 GLOBO, 2018).

O perfil socioeconômico dos vendedores ambulantes da cidade de São Luís caracteriza-se por homens e mulheres na mesma proporção, ambos com baixa escolaridade, sendo que 68% não concluiu a educação básica, portanto, não têm acesso ao emprego formal; da sua maioria, cerca de 72%, só dispõe da renda do trabalho informal para o sustento da família, sendo o único provedor da casa; quanto à moradia, em sua totalidade os vendedores ambulantes vivem nas periferias e ‘invasões’ da cidade, logradouros com baixa ou nenhuma infraestrutura ou serviços públicos, como transporte, saúde, educação e saneamento básico (SILVA; PEREIRA, 2012).

Mas os vendedores ambulantes têm uma longa história na cidade, ainda no tempo que faziam parte não só do cenário econômico, mas também do cultural.

2.1 De escravo de ganho a pregoeiro

Ainda no século XIX, os vendedores ambulantes, eram chamados em São Luís de pregoeiros; típicos vendedores de porta em porta que atraíam a clientela de dentro das casas, pela maneira poética com que anunciavam suas mercadorias, sempre de forma musicada, com rimas ou em forma de poemas. Ofício possivelmente herdado dos “escravos de ganho” do Brasil imperial.

Segundo Machado (2004), os escravos de ganho (Figura 1) eram escravos que não recebiam salário, mas tão somente uma quantia em dinheiro, cujo valor não era fixo; esses saíam para vender produtos produzidos por seus senhores, pelas ruas, tais como: fumo, salgados, temperos, doces, café torrado e demais produtos. Só podiam, porém, sair para comercializar tais produtos com a permissão dos seus senhores, haja vista que o lucro deveria ser dividido em partes iguais, sendo que metade do dinheiro era para seu dono e a outra metade para o escravo. Porém, nem sempre o acordo era cumprido.

Figura 1 – Escravo de ganho



Jean Baptiste Debret, Vendedores de Flores à Porta de uma Igreja, Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, 1834.

Fonte: Genestra (2010)

Com base na Figura 1, Algranti (1988, p. 68) explica assim esse tipo de ganho:

é um,—direito concedido pelo senhor, mas negado por lei, do escravo possuir algo, no caso uma parte do que ganhasse. Esse excedente (a sobra do pagamento ao senhor, e que foi ganha pelo escravo) poderia ser considerado uma variante da forma salário, ou seja, um fenômeno marginal ao sistema, uma vez que não era todo o trabalho dos escravos que era remunerado.

À guisa de esclarecimento, os escravos de ganho eram aqueles que trabalhavam fora da casa de seu dono como jornaleiro, vendedor de frutas, vendedor de leite e demais produtos, para adquirir quantias pré-estabelecidas pelo seu senhor e que deveriam ser entregues ao final do dia ou da semana. Realizavam trabalhos diversos como: carregadores, barbeiros, cocheiros, pedreiros, sapateiros, cozinheiros e outras atividades, com destaque para a de vendedor pelas ruas das cidades, com tabuleiros de quitutes, hortaliças, peixes frescos, e outros gêneros, o que equivale aos atuais vendedores ambulantes. O ganho atendia os seus interesses (aparente liberdade) e de seus donos por não arcar com os custos de alimentação, fiscalização e vestimenta dos seus escravos e ainda garantiam uma renda extra, convertendo-se essa prática em um bom negócio (MACHADO, 2004).

A "liberdade" adquirida pelo escravo que trabalhava nas ruas, como também o próprio sistema do ganho, só era possível quando o poder público assumia o controle direto desses escravos. Por meio do aparato legal, ele baixava posturas e decretos que restringiam a mobilidade e as atividades dos ganhadores e usava a força policial para manter a ordem, logo, cabia ao poder público exercer a posição de feitor na cidade.

Esse controle direto do Estado sobre o escravo visava coibir as revoltas coletivas e as fugas individuais que eram muito frequentes, como noticiavam os anúncios de jornais a fuga de escravos.

Como tal, aos escravos também era vedada a permanência "por mais tempo que o imprescindível" nas tendas, botequins, tavernas e demais casas comerciais, sob pena de os proprietários das mesmas pagarem multa, além de alguns dias de prisão. Eles só podiam andar livremente nas ruas durante o dia. À noite, eles só podiam sair à rua com um bilhete dos senhores declarando nome, procedência e destino.

Vê-se assim que, esse controle rígido ressalta a sua importância para a manutenção da ordem da cidade e do próprio regime escravista. Ao mesmo tempo que os escravos de ganho eram vitais para o funcionamento da cidade, constituíam-se numa ameaça constante para a ordem estabelecida.

Nesse sentido, torna-se importante explicar que a palavra trabalho, desde sua origem etimológica se referia ao sofrimento do indivíduo, logo, uma visão negativa, que de acordo com Santos (2000, p. 43) “...o trabalho teve como significado primeiro o de castigo, tortura, tormento, sofrimento. ”

De acordo com Marx, o trabalho tem um duplo sentido: de um lado, o sentido filosófico (ontológico), como categoria mediadora do homem com a natureza, logo comum a todos os indivíduos, comportando a sua própria essência (MARX; ENGELS, 1976); de outro, o conteúdo histórico, constituindo-se sob diversas formas – no sistema escravista o escravo era a mercadoria, a “coisa” vendida e comprada; no capitalismo, o operário (trabalho assalariado) é a principal força de produção, dotado de sua força de trabalho que se transforma em mercadoria.

O trabalhador como força de trabalho (no trabalho assalariado) encontra-se submisso ao capitalista – comprador da força de trabalho, detentor do capital –, o que implica em duas situações: de um lado, o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, o qual dita o ritmo, a organização e a forma do trabalho; de outro, o produto gerado é propriedade do capitalista (MARX, 2003, p. 218).

Verifica-se com isso que o trabalhador não possui outra alternativa para existir, reproduzir-se, manter-se vivo, a não ser tornar-se a si mesmo uma mercadoria. Ademais, o próprio modo de produção capitalista assume uma especificidade, pois a junção dessas duas partes (capitalista e trabalhador) constitui o modo de produção capitalista, baseado na produção de mais-valia.

“E, o motor de produzir essa mais-valia é a mercadoria (força de trabalho). Assim, para transformar dinheiro em capital, não basta a produção, nem a circulação, é preciso haver essa junção, capitalista e força de trabalho” (MARX, 2003, p. 665).

Torna-se oportuno destacar que o escravo de ganho, no Brasil do século XIX, não foi uma mera forma de exploração do trabalho cativo, mas se configurou como um sistema de trabalho típico urbano. E como se pode observar, o escravo de ganho estava sujeito a longas jornadas de trabalho para adquirir o valor da diária que era cobrada, pois o jornal exigido era elevado. Em decorrência das altas diárias cobradas dos escravos ao ganho, em alguns casos, para completar o valor do jornal exigido, esses cativos cometiam crimes, como o furto, a prática da prostituição e da mendicância (SILVA, 1998, p. 87/103).

Isso é devidamente explicado pelo fato do escravo de ganho ter que repassar ao final do dia a quantidade arrecadada, e caso não levasse esse lucro de qualquer maneira,

sob pena de severos castigos e punições, submetia-se a obter o valor ainda que precisasse usar de práticas de roubos, furtos, mendicância a outros atos de desonestidade. A quantia que o escravo pagava ao seu senhor variava a depender do tipo de trabalho que realizava, como também da idade, saúde e outros atributos individuais.

Com gritos e canções, tentavam atrair a clientela para venderem o que havia sido determinado por seus senhores, em virtude da grande concorrência nas cidades, era preciso que apresentassem algo que pudesse chamar a atenção dos possíveis clientes. Muitas dessas mercadorias eram alimentos oriundos das fazendas nas quais os escravos trabalhavam. Também conhecidos como “quitandeiros”, “taboleiros” e até mesmo pregoeiros e podiam circular livremente pelas cidades a procura de uma boa venda. Havia aqueles que amarravam aves pelos pés ou amarradas em varas penduradas nos ombros. Devido a sua liberdade de circulação, alguns desses negros entregavam cartas e levavam recados para aumentarem seus ganhos e por ventura, comprarem sua alforria.

Em seus tabuleiros ou barracas e cestos, nem sempre o que vendiam era de boa qualidade, devido ao tempo de exposição ao sol, tais produtos geralmente eram comprados por pessoas mais pobres. Havia também os vendedores ambulantes, que eram obrigados por seus senhores a perambular pelas ruas para garantirem uma melhor venda.

Para Costa (1991, p. 19-20):

Era muito rentável para o proprietário de escravos colocá-los no ganho. Estima-se em três a quatro anos o tempo necessário para se recuperar o capital investido na compra do escravo. As vantagens de se colocar um negro no ganho eram várias, pois a própria atividade dispensava instrução especial, bastando apenas investir na compra de um único negro para se obter uma fonte de renda. Tal prática foi cada vez mais utilizada ao longo do século XIX, encontrando-se pequenos proprietários cuja única fonte de renda era o ganho de seu escravo. A manutenção do escravo poderia ser de responsabilidade tanto do senhor quanto do escravo dependendo do que ficasse acertado entre os dois. O senhor podia mantê-lo integralmente, dando-lhe moradia, alimentação, vestuário e cuidados médicos, ou mantê-lo parcialmente, dando-lhe apenas moradia. Havia, entretanto, casos em que o escravo se autossustentava e, como veremos, até morava fora.

Em São Luís, ainda durante o Império, era possível encontrar negros de ganho, escravos que trabalhavam para seus senhores, bem como escravos de aluguel, que eram alugados a terceiros por tempo determinado, tal escravo mantinha o compromisso de ajustar contas com o seu senhor do que fora lucrado com as vendas, ao final de cada dia. Como nos pontua, Botelho (2019, p. 224), ao comentar que “Os pretos de ganho”

circulavam pelo centro de São Luís, oferecendo os produtos para os indivíduos que estavam nas portas e janelas das casas ou transitando pelas ruas e praças”.

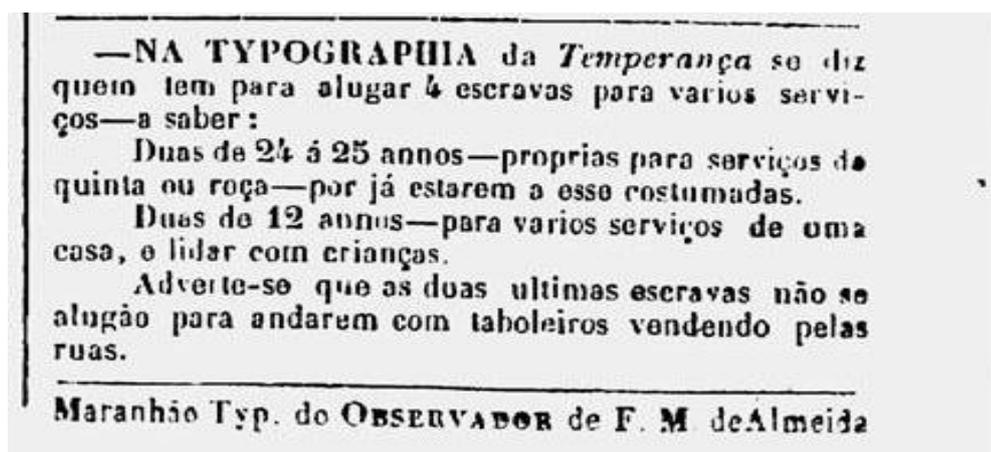
Para Santos (2015, p. 44):

[...] os locais que, provavelmente, mais concentravam escravos eram onde se desenvolviam as principais atividades econômicas da cidade, os quais estavam compreendidos na área demarcada pela Praia Grande, o Desterro e a Fonte do Ribeirão, lugares em que estavam centradas as atividades financeiras, comerciais e portuárias, como também, as residências de parte da elite econômica. [...]. Foram justamente nesses ambientes que mais se desenvolveram os principais sistemas de exploração da escravidão urbana: o sistema de ganho, de aluguel e a escravidão doméstica.

Não obstante ao que acontecia nas grandes cidades do país, os jornais maranhenses, ainda na segunda metade do século XIX, serviam como expositores ou mostruários para informes e ofertas dos serviços de negros de ganho ou de aluguel. A variedade dos serviços oferecidos era um fator de atração nesses anúncios. Os jornais ofereciam dentre outros, serviços como: barbeiros, alfaiates, amas de leite, pedreiros e diversos ofícios. Muitas vezes, as características físicas e habilidades de cada negro eram um detalhe a mais, que chamava a atenção do público leitor.

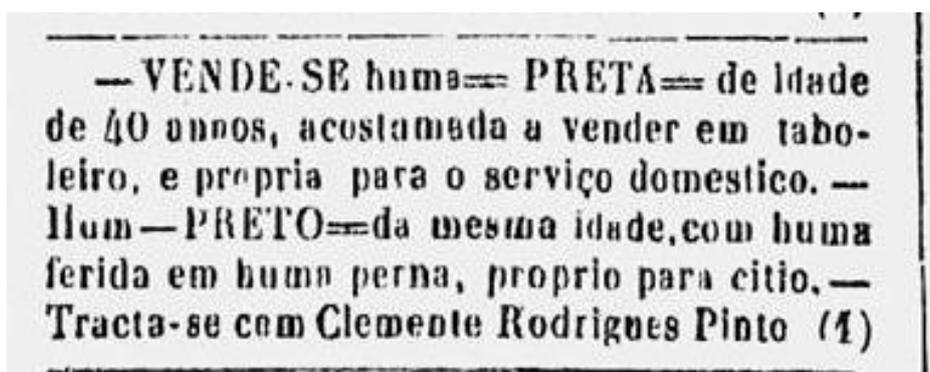
Anúncios como os do Jornal O Observador, 11/10/1856, p.4 (Figura 2) e do Jornal O Comércio, 11/10/1856. (Figura 3) que anunciavam:

Figura 2 - Anúncio do Jornal O Observador



Fonte: Jornal O Observador, 11/10/1856

Figura 3 - Anúncio do Jornal do Comércio



Fonte: Jornal O Comércio, 11/11/1856.

A crise agrária que atingiu o Brasil, após a extinção do tráfico de negros, no ano de 1850, e com a chegada de imigrantes ao Brasil, consequência da crescente modernização das fazendas de café, fez com que o tráfico interprovincial (venda de escravos de províncias decadentes do Nordeste para o centro-sul) crescesse e o tráfico internacional decaísse, impactando assim, a economia de São Luís. Como afirma Telma de Jesus Lima Sá Nascimento, em sua pesquisa, negros de ganho de São Luís, uma análise do cotidiano (1850 a 1888) onde cita:

Sem dúvida, a extinção do tráfico negreiro, para uma economia que, fundamentalmente sobrevivia à custa do trabalho escravo, gerou uma série de consequências, que para a realidade provincial, trouxe mudanças irreversíveis, nas relações entre senhores e escravos, dispondo sempre os primeiros, mediante qualquer dificuldade econômica, dos seus “bens” para livrarem-se de dívidas e falências, os noticiários eram recheados de ofertas, para venda e registro e transferência de “peças” para outras províncias (NASCIMENTO, 2002, p. 27).

A impossibilidade de manter seus escravos, diante da crise que assolava o Brasil e o Maranhão, na época, fez com que muitos senhores se desfizessem dessas “peças”, como eram chamados os escravos, em uma analogia a coisa, objetos, jogando-os nas ruas.

Em pouco tempo, as ruas de São Luís foram então, tomadas por vendedores negros, escravos e ex-escravos que se lançavam no comércio informal, com maior frequência, fazendo assim, aumentar o contingente de cortiços no centro da cidade e, por consequência, um aumento nas denúncias contra tais moradores.

Em um dos immundos quartinhos d’um cortiço de propriedade de João Luís da Silva Pereira, a rua de S. Pantaleão, canto com da de Santana, há todas as noites ao som d’um enfadonha raparica e de’um detestável violão, ensaios de dansa, sendo a entrada de cada discípulo 80 Reis. A concorrência é espantosa, homens e mulheres livres e escravos ali vão (JORNAL A PACOTILHA – 25\01\1883).

Diante desse cenário, a sensação de insegurança aumentava em razão da quantidade de cativos nas ruas, que muitas vezes, roubavam, para poder completar sua renda ou a renda de seus senhores. Ainda nesse contexto de serviços prestados, a rotina desses cativos na cidade se expandia para demais tarefas que apareciam juntamente com o crescimento de São Luís e isso impulsionou certa organização por parte dos cativos na oferta dos seus serviços. Como cita Telma de Jesus Lima Sá Nascimento, em sua pesquisa:

(..) Observamos o quanto era viva e presente, a mobilização de negros de ganho nas ruas, nas cidades, vilas, ou pequenos aglomerados urbanos, criou-se a cultura até hoje, implícita, no imaginário coletivo brasileiro. E por conta disso, do maranhense, do negro enquanto elemento servil. É o negro pedreiro, lavadeira, empregada doméstica e outros (NASCIMENTO, 2002, s/n).

O ofício de pregoeiro, após 1888, se deu mais por uma necessidade de sobrevivência dos antigos escravos urbanos, que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho, como mão de obra remunerada. Havia dois tipos de “taboleiro” (suporte sobre o qual carregavam suas mercadorias pelas ruas): o fixo, tipo mesa de feirante; e o móvel, que ficava pendurado por uma alça, no pescoço do pregoeiro, sendo apoiado pelas mãos. Esse último, permitia o deslocamento pelas ruas. Esses suportes eram feitos de cedro, madeira leve e resistente.

Na época, quando faziam parte do cotidiano das ruas da cidade, até a década de 1990, os pregoeiros, eram figuras tão presentes na vida da população na cidade que atualmente são verdadeiros personagens da história ludovicense, história essa que ainda vive entre os presentes, quando contada em livros, poesias ou músicas populares.

Diferente dos produtos modernos e industrializados que dominam o comércio informal atual, os pregoeiros vendiam produtos naturais, muitos para uso imediato: camarões, caranguejos, verduras, peixe, pamonha, juçara, frutas, o famoso sorvete de coco, além de utensílios simples de uso domésticos, como vassouras, carvão, canecas, baldes, redes, entre outros. Outra função por eles exercida era a compra de latas e garrafas nas casas, que depois eram revendidas em fábricas de bebidas e farmácias. Uma das características que marcam a função de pregoeiro era o fato deles mesmos produzirem seus produtos e venderem.

Alguns desses produtos ainda são vendidos nas ruas ludovicenses, por vendedores ambulantes, porém sem mais a característica principal dos pregoeiros que é a forma de ‘cantar’ os produtos e ganhar os fregueses ‘no gogó⁶’. Nos dias atuais, não se vê mais

⁶ Expressão usada para se referir ao uso da voz, sem auxílio de equipamento de som; na garganta.

vendedores ambulantes, de porta em porta, vendendo alguns produtos outrora comercializados, tais como água de cheiro, beiju, rolete de cana, mingau de milho e arroz de cuxá.

[...] E dos pregões já não se ouve o do preto velho vendedor de ostras [...]. Nem os dos vendedores de mel de engenho. Nem o das pretas vendedoras de sabão-da-costa. Nem dos vassoureiros que quando atravessavam as ruas pareciam figuras de homens a caminho de festas, de tão cheios de penachos e de cores vivas [...] (FREYRE, 1961, s/n).

Mas ainda persistem os vendedores de rua a rua, com novas especiarias, tais como o famoso ‘cuscuz ideal’, feito de milho e arroz, além de outros produtos como algodão doce, sucata, sorvete (agora no carrinho ou na mala do carro). Essa figura torna-se mais comum, atualmente, durante o período carnavalesco ou junino, durante os quais os vendedores aparecem em diferentes lugares, com colares havaianos, máscaras, maisena (amido de milho; usado para encaretar os foliões), boizinhos, penachos, além de maçãs do amor, churros, pipoca, pirulito e tudo o que mais se fizer moda no momento (BOGÉA; VIEIRA, 1999).

O pregoeiro, na chamada de atenção do freguês, para seu produto, enfatiza algumas sílabas ou mesmo vogais; a ideia da chamada é justamente atrair os clientes, que ainda correm para a rua, para comprar os produtos cantados pelos pregoeiros, o que acontece com mais frequência em ruas e bairros onde mora a população que representa a classe média ou menos abastadas, pois, os mais ricos, moradores de espaços como condomínios fechados, geralmente compram nos supermercados.

Já não é todo dia que em São Luís se pode ouvir os inconfundíveis anúncios de Ca-maaa-reu ou de Paaaa-mo-nhaaaa, Olha-a-paaaa-mooo-nhaaaa quen-tiiii-nha, e muito menos: Car-vãaaaao-de-va-riiiiiinha⁷ (TINHORÃO, 2005, p. 75).

Observa-se que o pregoeiro, na chamada de atenção do freguês, para seu produto, enfatiza algumas sílabas ou mesmo vogais; a ideia da chamada é justamente atrair os clientes, que ainda correm para a rua, para comprar os produtos cantados pelos pregoeiros, o que acontece com mais frequência em ruas e bairros onde mora a população que representa a classe média ou menos abastadas, pois, os mais ricos, moradores de espaços como condomínios fechados, geralmente compram nos supermercados.

Ratifica-se que detentoras de apresentações instigantes, as performances dos pregoeiros de São Luís eram e ainda são atrativas, para a venda dos mais variados

⁷ Jomar Moraes, guia de São Luís do Maranhão, 2ª ed. Revista e aumentada, São Luís, Edições Legenda, 1995, p. 108.

produtos. Tais manifestações se evidenciavam nas rimas cantadas, nos gestos acentuados e nas melodias criadas por esses vendedores que usavam a arte para se destacar no comércio informal.

*Pirulito ! Olhe o pirulito ! Quem vai querer?
Olha o pirulito! Enrolado no papel enfiado no palito.
Olha a laranja, D. Arcanja. É doce que é uma beleza, D. Tereza. Tem tangerina, D. Felismina!
Laranja de Anajatuba. Quem não comprar fica com curuba! (sarna).*

Há porém, apesar de algumas similaridades, uma enorme diferença entre os vendedores ambulantes de agora e os pregoeiros do passado, distinção na exposição oralizada dos produtos; esses pregoeiros se fazerem perceber de longe, ainda lá na esquina, anunciando em versos, suas mercadorias. Os mais antigos e amantes da cultura popular ludovicense chamam esses ‘cantos’ de pregões. Esses pregões já foram cantados literalmente em diversas músicas gravadas por artistas locais e nacionais, uma vez que os pregoeiros fazem parte não somente da cultura local, mas também, nacional; nacionalmente, em tempos de outrora, foram muito importantes para a constituição da economia, já que seus produtos se constituíam em fonte de renda para os pregoeiros e também, única fonte de abastecimento em muitas localidades, inclusive São Luís, como preceitua Bogéa (1980).

Esse cenário é apontado na obra *Pregões de São Luís*, de Lopes Bogéa (Fundação Cultural do Maranhão, 1980), em parceria com o compositor Antonio Vieira, coautor nessa obra, na qual se recupera muitos dos registros tidos como perdidos no tempo desses pregões que fazem parte da memória da cidade. Tal pesquisa foi ainda registrada em LP (1988) e posteriormente em CD’s (1999) e em outra reedição em 2002, com registro vocal de Antonio Vieira.

Em sintonia com a obra literária, os registros fonográficos evocam as memórias e lembranças dos pregões que ecoavam em tempos áureos do comércio de rua. Tais músicas dão ênfase aos pregões de cada vendedor e destacam, não apenas a melodia dos gritos, como também a paisagem sonora da época, remontando uma cena tipicamente maranhense, como enfatiza Tinhorão (2005, p. 76):

Em Antônio Vieira, é verdade, a lembrança é por vezes só da cena, como ao focalizar a doceira (“Beijo-se-moça, doce-de-coco\ olho-de-sogra e rebuçados\ e outros doces que ela fazia\ com feitio de coração”), mas logo, na evocação do “amolador” é todo seu canto que retorna, enquanto “empurrava o carrinho com o afiador: “Amolador, olha o Amolador\ Que afia tudo que lhe dá valor”. E é assim que, afinal, o compositor memorialista permite ainda ouvir revividos em sua voz os pregões do vassoureiro (que diz ter “abano e vassourão\ e também tem vassourinha\ páa limpar nosso chão”), do indefectível sorveteiro do “compro sorvete\ pra refrescar\ que sorvete é bem gostoso\ sorvete de coco

de taperebá, do homem do “banho cheiroso”, que aconselhava: “Você deve tomar banho cheiroso\ pra acabar com essa morfina [certamente essa mofina]\ e o corpo ficar jeitoso., do “Verdureiro de “pau de carga no ombro” e seu objetivo “Verdureiro...\ Verdureiro chegou:\ Olhe aqui o verdureiro freguesa”, e do carvoeiro que, “ mais sujo que o chão”, tinha certeza a alma limpa; “Meu carvão é sem poeira\ de pedra\ de pedra pequenina\ meu carvão é de caieira\ el é carvão de varinha”⁸ (TINHORÃO, 2005, p. 76).

Para além dessas discussões acerca do papel dos pregoeiros, chamamos a atenção para a forma de registros desses personagens na história ludovicense, que vão para além do gênero textual prosa, mas que se materializam através da poesia e/ou música, evidenciando-se, nesse contexto, a importância econômica da função social dos pregoeiros. A história desse personagem é, segundo Cordeiro Filho (2002), um registro fascinante do cotidiano do homem maranhense e objeto de preservação da cultura do povo, cujo estudo possibilita a compreensão das questões de identidade cultural. A análise desse personagem, o ambiente em que eles vivem e a forma como se expressam e se relacionam pode auxiliar na construção da identidade daqueles que naquele momento representavam os costumes e a cultura local.

⁸ CD Antônio Vieira, compositor popular, São Paulo, Gravadora Eldorado, 2002.

CAPÍTULO III - A CONSTRUÇÃO CÊNICA: Pregão (paisagem sonora), Performance e linguagem

A narrativa cênica e/ou sua construção está presente na vida social dos sujeitos, desde os primórdios, tendo objetivos e abordagens variados. Rituais sagrados, eventos sociais, atuação profissional, são situações que fazem parte, de certa forma, de uma representação dos seus sentimentos e significados socioculturais, quando o indivíduo, rompe com o mundo e cria um espaço/momento enriquecido por signos verbais, táteis, sonoros, é um momento no qual o corpo fala, e não somente através da palavra dita, fala também, através de gestos, ações e situações criadas em uma determinada circunstância, como afirma Urssi (2006).

Uma narrativa, segundo o dicionário, é uma maneira de contar; narração. “Pode ser também, conto ou história”, como afirma Ferreira (1975, p. 963). Entende-se nesse caso, que narrativa pode ser uma história a ser contada. Tais formas de contar uma história podem assumir variadas estruturas, uma delas é a linguagem do corpo que compõe a construção cênica. Segundo Pierre Weil (2015), pela linguagem do corpo, você diz muitas coisas aos outros. E elas têm muitas coisas a dizer para você.

É através da linguagem do corpo que se estabelece um vínculo com o público/plateia; comunica-se uma ideia, completa-se uma cena e se passa uma mensagem carregada de produção de sentidos. No teatro, o corpo é o primeiro território do ator, no qual começa a preparação para a ação. Segundo Urssi (2006), a própria origem do teatro se deu pelas construções expressivas com o corpo, em rituais xamânicos⁹, nos quais utilizavam-se fogo, fumaça, artefatos com penas, lama para cobrir os corpos, com o objetivo espiritual, sobretudo de cura entre tribos de povos na antiguidade, e que segundo demarca Urssi (2006, p. 18), “desenvolveu um certo drama, envolvendo aspectos conceituais que marcaram o início das performances teatrais”.

Nessa perspectiva, uma construção cênica pode acontecer em ambiente fechado e voltada ao teatro e sua poética, na vida cotidiana, ou em espaços abertos com ou sem prévio roteiro. Configura-se nessa situação um espaço cênico, onde as trocas podem ter os mais variados objetivos.

O lugar teatral é o espaço de uma ação, de um acontecimento representado por homens para outros homens, que essa ação seja imitada, falada, cantada ou dançada. Este é um lugar de representação, mas também de reunião; reunião

⁹ Xamã era, ao mesmo tempo, sacerdote, curandeiro, músico e poeta, especialista em plantas medicinais e guardião da história do povo em tribos antigas.

de atores, de técnicos e de público. É a criação de uma comunidade de autores e de espectadores que se encontram face a face por um determinado tempo, o tempo de uma manifestação da qual eles querem participar de maneira diferente. É um espaço de troca (MARTINS, 2004, p. 37).

Dentro desse viés de construção cênica, a performance constitui-se então, como forma de linguagem. No ambiente artístico, o termo ‘performance’ aborda várias expressões criativas, ampliando suas possibilidades de manifestação que perpassam pela dança, música, teatro, artes visuais, audiovisuais e literatura. Etimologicamente identificada como desempenho, a palavra tem origem francesa, *performance*, de *performer - accomplir-* (fazer, cumprir, conseguir, concluir).

Em seus diversos significados, constata-se que a performance é uma expressão artística que abraça vários conceitos distintos, tais como define Cunha (2010), qual seja, como: “modo sob o qual uma coisa existe ou se manifesta (exemplo: configuração, feito, feição exterior)”. A performance pode ser vista como uma quebra de rotina, um artifício que atrai o espectador a participar da obra, sendo capaz de modificar a forma como ele (espectador) vê o seu entorno e as situações que lhe são comuns.

Para Cohen (2002, p. 28), “a performance configura-se como linguagem fronteira com o teatro, apresentando tempo e espaço, além do corpo, como elementos constitutivos dessa manifestação artística”. Para ele, a performance vai para além de uma “característica anárquica”, constituindo-se como expressão cênica autêntica, onde aquele que representa busca recursos verbais e mesmo gestuais para enredar o outro que o assiste. Como exemplo, Cohen (2002) cita o pintar um quadro, que para ele difere da encenação que ocorreria se esse mesmo quadro fosse pintado diante de uma plateia.

De origem discutida, a performance pode, pois, ser identificada “nos rituais tribais, passando pelos mistérios medievais e chegando aos espetáculos organizados por Leonardo da Vinci do século XV, e Giovanni Bernini duzentos anos mais tarde”, como afirma Glusberg (1987, p. 12), ou mesmo nas tradições egípcias e em um ritual de encontro de artistas itinerantes, que ao final de um longo dia de trabalho construindo pirâmides, encontravam-se para praticar as mais diversas artes e se divertir.

Nessa senda, estudos atuais, tais como os de Schechner (2003) e de Zumthor (1997) apontam ainda, a presença da performance em manifestações artísticas do início do século XX como: Futurismo, Dadaísmo, Surrealismo, Happening e Bauhaus, tendo assim, ressonância nas vanguardas europeias, onde a liberdade de expressão era o alicerce desses movimentos.

Na arte contemporânea, a performance tem papel fundamental na democratização dos espaços teatrais e na transformação de espaços não formais em palcos para manifestações livres que abordam música, teatro, dança e demais expressões. Um aspecto interessante na definição de performance na contemporaneidade, destacada por Fabião (2008), é que cada performance pode ser uma resposta momentânea para questões recorrentes, na sociedade, como pode ser observado nas pinturas de quadros com representações das florestas, cada vez mais em cinza, evidenciando o desmatamento ou como as poesias denunciam questionamentos políticos do país. Na paisagem urbana, ressoam suas proposições políticas, culturais, visando uma não divisão entre vida e arte, utilizando-se de tais espaços não convencionais, para sua significativa expressão.

Muito além do que já foi possível perceber, a performance pode também, ser identificada na vida cotidiana como cita Schechner (2003, p. 27)¹⁰: “no cotidiano, desde a arte de cozinhar, como artes, esportes, negócios, sexo, rituais e outros entretenimentos de cunho popular ou mesmo na tecnologia que se faz presente na vida do sujeito contemporâneo”.

Para Zumthor (1997), a performance possui uma complexidade que se materializa na transmissão de uma mensagem, em formato de poesia, materializada e transmitida de forma simultânea, fazendo com que o interlocutor a perceba e signifique imediatamente. De acordo com o conceito, a performance estaria relacionada a um ato ou desejo de realização, algo que não se completa por inteiro. “A forma se percebe em performance, mas cada performance se transmuda” (ZUMTHOR, 2000, p. 38-39). Para ele, performance implica competência. Além de saber fazer-dizer, a performance manifesta-se em um saber-se no tempo e no espaço, como comenta Santella (1995) ao afirmar que no tocante à linguagem oral, essa faz uso de diversas funções comunicativas, buscando no corpo como um todo, elementos que vão auxiliar a expressão do pensamento, por meio da fala, em uma espécie de roteirização das junções e disjunções entre a fala e seu conteúdo.

Compartilhando desse pensamento, Quilici (2014), afirma que as ações performáticas surgem inserindo elementos que nem sempre são explícitos, visíveis, como o pensamento e a linguagem corporal, mas que expressam significativos sentidos.

Nesse sentido, o pregão apresenta a sintonia entre a voz, os movimentos corporais e a roupa usada são elementos que completam um cenário que visam potencializar o que

¹⁰ Id. Ib., p. 29.

é dito, reforçando assim, a autoridade da fala e sua força de persuasão, estabelecendo-se desse modo, um diálogo necessário para a efetivação da venda em si. Tal prática inclui expressões e gestos que são parte dessa comunicação e performance, como pontua Câmara Cascudo (1986), ao apresentá-las enquanto ações instintivas, realizadas inconscientemente e como forma de resposta às sensações dolorosas, em uma espécie de evitação; é a expressão do pensamento, tendo como canal o próprio corpo.

Encontra-se aqui, além da versatilidade de quem vende e grita seus pregões, o apelo emocional em seus argumentos de venda e discursos. Tais apelos aparecem aliados a elementos racionais que visam convencer alguém da veracidade do que é dito. Apela para a emoção de maneira que essa tome conta do discurso ao ponto de não haver espaço para contestações ou ponderações, é um exemplo do poder da palavra.

No comércio, em propagandas ou em diversos tipos de ações publicitárias é muito comum o apelo emocional, acompanhado de outros elementos argumentativos. Essa capacidade de influenciar, argumentar, convencer e persuadir o outro, é uma característica fundamental de quem faz do comércio seu modo de vida e está presente também na performance do pregoeiro. Todavia, as publicidades televisivas são constituídas, fortemente por aspectos tecnológicos que prendem o telespectador no produto oferecido, enquanto para os pregoeiros, a voz e a expressividade facial e corporal são alguns dos instrumentos que esses utilizam na busca pelos seus objetivos, sobretudo em ruas de comércios movimentadas, com as pessoas nem sempre dispostas a ceder o tempo. Um instante de contato que precisa ser utilizado com muita criatividade e performance para atrair seus expectadores.

A palavra persuadir origina-se no latim, “*persuadere*”, que significa “levar a crer ou aceitar; aconselhar, induzir”, segundo Michaelis (2016). Persuadir através de estratégias que envolvam a comoção do ouvinte, é uma forma de tocar no emocional do cliente, apelando para o coração e pouco para a razão, convencendo-o da necessidade de comprar o seu produto.

Nesse caso, convencer alguém, faz parte da combinação de elementos que estão em comum acordo com a performance do pregoeiro. Oferecer um produto lançando mão da arte da persuasão e do convencimento, já implica em uma dinâmica que pode ser favorável ao pregoeiro, desde que esse tenha habilidade ao usar tais ferramentas.

Tecnicamente falando, convencer alguém é, na realidade, persuadir através de provas com exemplos e argumentos para ganhar não somente a atenção do ouvinte como também, a sua confiança. É notório que aquele que argumenta está sempre buscando

persuadir o que ouve. Nessa perspectiva, o bom argumentador destaca-se pela percepção da situação na qual usará de elementos emocionais ou racionais, para efetivar sua missão de convencer a seu público\cliente.

Na relação de venda, normalmente é estabelecida uma empatia emocional significativa entre quem vende, quem compra ou pretende comprar. Convém ressaltar que o bom pregoeiro, sabe escolher o tom, a rima, a performance e a situação mais adequada para efetivar seu intento, que é oferecer e vender seu produto. Sendo que a venda, a oferta do produto tem um valor muito significativo para quem o faz, que busca chamar atenção para si, ainda que, muitas vezes, de forma inconsciente. O pregoeiro dificilmente buscará uma argumentação rebuscada ou erudita que seja incompatível com seu público, ou seja, valendo-se da arte de persuadir, também saberá ajustar-se às crenças religiosas de quem o ouve.

Para Zumthor (1997), diante de tais afirmações, percebe-se que o pregão se apoia na performance que abaliza a encenação e completa o caráter persuasivo da venda. Tal encenação é recriada frequentemente, mediante o contexto e os atores envolvidos, entre os quais destaca-se a transmissão pela voz, acompanhada pelo corpo, por meio de gestos. Uma característica singular no envolvimento da performance com o pregão é a constante variação nas ações e movimentos envolvidos na cena que visam apresentar e vender o produto.

Diante desse cenário, entende-se que a performance é uma manifestação de um corpo que fala por meio de voz e gestos, para o corpo que escuta, em busca de uma cumplicidade que resulte em uma comunicação sincronizada. E, ainda que a resposta do ouvinte (corpo que ouve) seja o silêncio, ainda assim, haverá a participação desse, na cena estabelecida.

Para Bauman (2005), há algumas situações que envolvem o pregão e a performance que podem ser consideradas como propulsoras do ato de apregoar. São expressões que servem como chamamento; uma espécie de apresentação do produto a ser vendido. São elas: “diga meu bem”, “pode olhar à vontade” e demais expressões que são classificadas por Bauman (2005) com “fórmulas especiais” que dão início à ação performática que vai envolver a venda. Observa-se assim, que o primeiro contato acontece chamando atenção do cliente e o fazendo despertar o sentimento do pertencimento do produto, de poder olhar à vontade, de que aquele produto é acessível, para que então, no ápice de sua expressiva performance, possa persuadi-lo.

Porém, a sagacidade de quem vende é fundamental para “moldar” a performance “ao gosto do freguês”, com intuito de efetivar a venda. Tal jogo tem o poder de modificar performances já desenvolvidas por pregoeiros e recriar situações novas. Tais inovações se firmam, mediante o comportamento do público, potencial consumidor.

Outro aspecto que compõe o pregão e a performance é a musicalidade, que envolve o ato de apregoar. Tinhorão confirma a importância dessa musicalidade quando comenta que:

Muitas vezes representado apenas pela entoação das sílabas de uma única palavra, de forma sonora, compassada e bem escandida – como o famoso grito dos portugueses compradores de garrafas vazias do Rio de Janeiro: “ga...rra...fêi...ro-o-o-o” – o pregão revela tendência inapelável para transformar-se em música, uma vez que o apregoador, ao ir descobrindo aos poucos as amplas possibilidades da modulação da sua voz, acaba, invariavelmente cantando em bom sentido, os nomes dos artigos que tem para vender ou que deseja comprar (TINHORÃO, 1976, p. 50).

O artista francês neoclassicista Jean Baptiste Debret, além de pintar as paisagens brasileiras, registrando em tela o início da nossa história, certa vez escreveu:

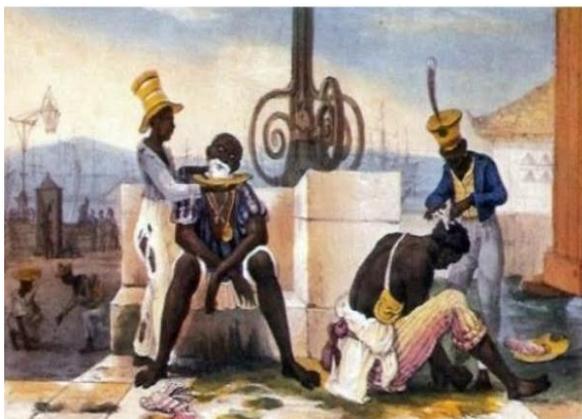
(...) às 4 horas da tarde, momento em que tornam a aparecer nas ruas as vendedoras de pão de ló para a hora do chá. No mesmo momento aparecem também as vendedoras de velas; outras vendem doces, sonhos, etc. De 7 às 10 ouve-se nas ruas o pregão dos vendedores de amendoim torrado, de milho assado, pastéis quentes, pastéis de palmito, pudim quente... A esses pregões, vindos de todos os lados, se une o ruído dos fogos de artifício (DEBRET *apud* SERGL, 2013, p. 3).

Registrava naquele momento a presença dos ambulantes que comercializavam seus produtos através de pregões. A maioria desses trabalhadores era formada por negros (escravos de ganho) que eram, muitas vezes, confundidos com vagabundos, devido a suas vestes, quase sempre surradas pelo tempo. Por serem muitos a vagarem pelas ruas do Brasil oitocentista, um dos recursos usados para venderem era a música, o cântico que fazia diferença entre os mais habilidosos para a venda.

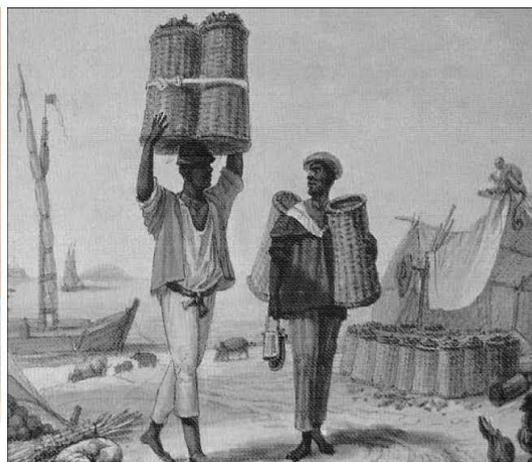
Os escravos de ganho que se tornaram ambulantes, tinham como compromisso, voltar a casa dos seus senhores para repartir o lucro das vendas ou até mesmo entregar toda a renda, conforme comenta Debret (1971, p. 30) “vagabundos na aparência são, no entanto, obrigados a comparecer, duas vezes ao dia, ao seu dono senhor para fazer sua refeição e entregar o fruto de seu trabalho [...]”.

Além dos escravos ambulantes, haviam os escravos que prestavam serviço de barbeiros (Figura 4), carregadores, afiadores de faca, carregadores e entregadores de recados.

Figura 4 – Ambulantes de Debret / Vendedor de carvão Debret



J. B. DEBRET. *Barbeiros ambulantes*. 1826



Fonte: Domingues (2016) / Debret (1835)

É na entoação da voz, na modulação das palavras e na silabação que as características dos pregões se destacam; são maneiras especiais de apresentar o produto que fazem do pregoeiro e do seu pregão um vendedor atrativo. Pode-se afirmar, que o pregão, em sua musicalidade, se concretiza como uma das mais antigas formas de *jingle*¹¹ já usada na publicidade de produtos. Mesmo com tanta significância, ainda há pouco registro do uso do pregão e de suas origens ainda discutidas e reinventadas.

O termo *jingle* é uma palavra inglesa que significa soar, retinir. Segundo a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (CHAGAS et al., 2010, p. 2), no XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, *jingles* “são mensagem publicitária em forma de música, geralmente simples e cativante, fácil de cantarolar e recordar, criada e composta para a propaganda de uma determinada marca, produto, serviço”.

Os *jingles*, surgiram a partir de palavras e frases musicadas, geralmente com duração entre 15 a 30 segundos. Desde os anos 20, atesta-se a presença dos *jingles* na publicidade e nas propagandas de rádio. Essa forma de comunicação foi inspirada possivelmente nos pregões utilizados pelos pregoeiros que, em geral, arrancam sorrisos e permite a aproximação dos clientes, ainda que inicialmente por curiosidade. É como se a musicalidade tornasse muito mais atrativo aquele mesmo doce que não é oferecido da mesma forma nas confeitarias. Na esfera política, os *jingles* são aliados fortíssimos de candidatos para que eleitores decorem seus números que, em geral, mantêm uma sequência numérica semelhante, com uma música divertida e repetitiva.

¹¹ Repetição de palavras de som igual ou semelhante, especialmente para chamar a atenção.

Uma dessas definições para pregão, se apoia no latim, *praeconium* e quer dizer, “anúncio em voz alta”, uma referência à maneira como as mercadorias eram vendidas nas cidades, antigamente, através de anúncios gritados pelas ruas. Também se podem identificar tais estratégias de vendas de mercadorias, nos arautos das monarquias da Idade Média, na qual os mensageiros anunciavam os comunicados oficiais, tais como o início e o final de guerras, por exemplo.

Sucessivas adaptações fazem com que os pregões passem das ruas para as rádios, para a mídia impressa adaptando a linguagem dos ambulantes, confirmando assim, o início do *jingle* em sua característica mais marcante, o produto anunciado com melodias.

Tempos depois, os anúncios de vendas modificaram-se, migraram inclusive, para os coletivos. É comum, no âmbito da cidade de São Luís, atualmente, observar alguns “pregoeiros”, esses entram nos ônibus munidos com autofalantes pedindo que “quem ama Jesus bata palma e dê três pulinhos”, fazendo até mesmo a pessoa mais apertada e mal-humorada do coletivo sorrir e comprar seu produto. Ao abordarem seus possíveis clientes dentro de um coletivo, geralmente o vendedor usa de sua arte de persuadir contando histórias e expondo os motivos pelos quais ele está naquela situação.

Ao usar do emocional para captar a atenção do público e sensibilizar os passageiros, o vendedor consegue atrair as pessoas e envolvê-las em um enredo que faz parte de sua performance para potencializar suas vendas.

Tais “adaptações” são resultado de uma variação no perfil do consumidor que muitas vezes com pressa, não mais circula pelas ruas de comércio como antes, forçando o vendedor a encontrar seu público-alvo também dentro dos coletivos (Figura 5).

Figura 5 – Ambulantes no ônibus



Fonte: Carvalho (2018); Desinclipédia (2019), respectivamente

Nesse misto de corpo e voz e até mesmo de silêncios, quando somente o gestual fala, é que se identifica a característica singular do pregão. Os gritos e movimentos

corporais, em consonância com os passos frenéticos dos transeuntes, as buzinas dos carros, apitos e vozes que conversam todos os assuntos, formam a “paisagem sonora” de uma cidade. São parte da música que se escuta, cotidianamente, há muitos séculos, como afirma Schafer (2001). Para esse, a modernidade, materializada pelas mudanças sociais que impactaram a vida humana, especialmente a partir da Revolução Industrial contribuíram para o desaparecimento dos pregoeiros que passaram a habitar os subúrbios. Ali, o comércio ambulante conseguiu subsistir, mantendo a ação dos pregoeiros e de suas performances, conforme atesta Tinhorão (2005).

Sons e ruídos desordenados, buzinas, músicas altas, toda uma situação de barulho que sufoca a voz daquele que vive do grito para vender. O cotidiano das cidades foi sufocando a voz dos pregoeiros e abafando o pregão. A tecnologia de amplificação do som, por meio de caixas acústicas não era acessível ao ambulante que vivia do gogó para persuadir o freguês e chamar a atenção para sua performance na venda de seu produto. A paisagem sonora das cidades se modifica a cada momento.

O termo “Paisagem Sonora” foi criado pelo pedagogo musical Raymond Murray Schafer (2001); constitui-se uma tradução da expressão em inglês “*Soundscape*”, caracterizando-se por acontecimentos que podem ser apenas ouvidos, sentidos e não vistos. Schafer considera que o mundo, com sua vastidão de sons, forma uma grande orquestração que precisa ser escutada com muita atenção.

No local da maior rua de comércio popular de São Luís, é possível notar essas transformações, as caixas de sons que chamam os clientes para as lojas, fizeram com que os pregoeiros das transversais saíssem de seus rotineiros locais com as mercadorias nas mãos, prontas para oferecer, numa disputa acirrada com a sonoridade das locuções altíssimas das lojas físicas. Mesmo após recente reforma na Rua Oswaldo Cruz, conhecida popularmente como Rua Grande, os novos elementos, tais como os bancos e calçadas, ficam quase invisíveis pela movimentação desses, em busca de atrair compradores, utilizando-se da aproximação do produto junto ao cliente e de suas criativas interações orais, muitas vezes, uma oferta de preço melhor, seguida de piadas divertidas.

Na obra “A Afinação do mundo”, o autor mostra uma pesquisa pioneira e apurada a respeito da paisagem sonora, definindo que, “a paisagem sonora é qualquer campo de estudo acústico. Podemos referir-nos a uma composição musical, a um programa de rádio ou mesmo um ambiente acústico como paisagens sonoras” (SCHAFER, 2001, p. 23).

Pensar, pois, a paisagem sonora da São Luís dos velhos tempos é também um exercício de memória e de revisitação de boas e, às vezes, más lembranças. Tal tarefa se

faz necessária para observarmos as variações na forma de percebermos esses sons e ruídos e o quanto essa paisagem sonora evoluiu com a modernização das cidades. Assim como as imagens, os sons também carregam marcos das vivências coletivas e individuais.

Del Priori (2001) já comentava em seu livro, *Histórias do cotidiano*, como o silêncio anda fazendo falta nas grandes cidades em razão de seu crescimento, chamando a atenção para a ausência de sons da natureza, outrora comuns e que foram substituídos por barulhos da vida moderna, tais como o ranger de pneus e sirenes da polícia, citando como exemplo a cidade de São Paulo.

É fato que o silêncio deixou de ser apreciado e a agitação do cotidiano está diretamente relacionada aos sons produzidos pela modernidade e pela necessidade, cada vez maior, de atender ao mercado e aos apelos do consumo.

O homem gosta de fazer sons e rodear-se com eles. Silêncio é o resultado da rejeição da personalidade humana. O homem teme a ausência de som como teme a ausência da vida [...] O som corta o silêncio (morte) com sua vida vibrante. Não importa o quão suave ou forte ele está dizendo: “Estou vivo”! O som introduzindo-se na escuridão e esquecimento do silêncio, ilumina-o (SCHAFER, 2001, p. 72-73).

Vivemos uma era tecnológica que faz assemelhar-nos a Torre de Babel, cujas “sonoridades” que ecoam, muitas vezes nada tem a ver com uma comunicação de qualidade. Conforme afirma Del Priori (2001), existe o que a autora chama de metáfora do vazio, que faz com que as pessoas busquem refúgio em espaços como monastérios, em busca de um silêncio que precisa ser escutado.

Esses marcos fazem parte das memórias e percepções aurais das cidades assim como as marcas visuais. Torna-se possível, através da paisagem sonora caracterizar cada ambiente e região a partir dos sons produzidos, ruídos e até mesmo silêncios percebidos. Alguns desses sons, podem também influenciar nosso humor, nossa saúde e na nossa rotina.

Diante disso e sabendo da importância da paisagem sonora no nosso cotidiano, algumas cidades em todo do mundo já fizeram um mapeamento sonoro de sua região. Tais mapas, apresentam relatos sobre essas experiências sonoras que muitas vezes são acompanhadas de imagens visuais e de lembranças coletivas ou particulares.

Normalmente relacionados ao traço, desenho ou delimitação de espaços marcados pela imagem, os mapas assumiram configurações e significados mais livres nos últimos anos. O mapa sonoro assume-se como uma cartografia afetiva no qual os sons e as lembranças são catalogados como forma de caracterizar espaços.

Como o intuito de catalogar sons que fizeram parte da história de cada um de nós, o mapa sonoro surge como mais um elemento de preservação de nossas memórias, bem como ferramenta para estudar a produção e a ordenação de ruídos em determinada região com a finalidade de se desenvolver políticas públicas que possam ordenar a produção do barulho em um sistema de gestão do ruído ambiental.

Países como a França, Espanha e Portugal já contam com um sistema de aferimento sonoro e mapas acústicos com fins de ordenamento urbano e gestão da poluição sonora. Tal gestão reflete a necessidade de ordenamento e controle na produção de ruídos e poluição sonora que fazem parte do mapa acústico das grandes cidades.

No Brasil, cidades como São Paulo, Curitiba e Fortaleza já elaboraram seus estudos de acústica urbana para fins de criação de um mapa sonoro. A carta acústica da cidade de Fortaleza forma o mapeamento acústico da referida cidade e foi motivada pelas sucessivas reclamações da população sobre o aumento considerável dos ruídos e sons desagradáveis ao longo do dia.

O programa teve por objetivo diagnosticar a poluição sonora no município e propiciar as informações para melhoria da qualidade sonora da cidade e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. O viés participativo do programa foi preconizado, reforçando a importância do aspecto colaborativo e acessível do instrumento de avaliação sonora (CROCE, 2018, s/p).

Em algumas cidades, como o Rio de Janeiro, projetos de mapeamento dos ruídos causaram drásticas mudanças em uma das áreas mais conhecidas da cidade, a região portuária. Nessa região, o mapa sonoro “Sons do Porto” elencou os sons que fazem parte da paisagem sonora daquela região que cresceram juntamente com a ocupação dos espaços públicos. Ali, naquela região, havia uma estrutura estabelecida há várias décadas ancorada no comércio informal.

Os ambulantes, mesmo com as licenças em dias, foram removidos sob o pretexto de reordenamento urbano e sob a acusação de poluição visual e sonora do local. Atitude orquestrada para silenciar o pequeno comerciante marginalizando cada vez mais o comércio informal. Nesse cenário, o silêncio que hoje reina ali, amordaça a população mais pobre que vivia da atividade comercial naquela região, uma vez que som e espaço se estreitam e se completam.

Holanda (2016) comenta a respeito das relações estabelecidas entre espaço e som, afirmando ser o som uma variante que se destaca na vivência das cidades, mais especificadamente, na vida urbana. Esse afirma que nos ambientes públicos, a hostilidade

pode emergir nas cidades, em razão de seus sons, influenciando a saúde e o bem-estar de seus cidadãos.

Mais uma vez relacionados ao incômodo ou ao que não agrada, os ambulantes são destratados e rotulados de poluidores sonoros urbanos, mesmo que estejam apenas exercendo seu direito de sobreviver dignamente.

As ruas soam tumultuadas e os sons e ruídos que delas emanam são objetos de estudos em várias partes do mundo. Mendigos, ambulantes, seresteiros e passantes compõem os sons de cada cidade que muitas vezes não para diuturnamente, alternando apenas os personagens em suas rotinas de afazeres.

Os ambulantes por sua vez, ecoam sua voz nos quatro cantos do mundo e são amados, tolerados e repudiados em várias partes. Alguns desses profissionais, despertavam também a atenção de estudiosos que viam em suas artimanhas de venda com o uso da voz, uma interessante forma de composição musical. Para outros, seus gritos não passavam de ruídos intoleráveis.

[...] na verdade, cada ambulante tinha um grito cheio de incontestáveis artifícios. Mais que as palavras, o motivo musical e a inflexão da voz, no comércio, eram passados de pai para filho e sugeriam a quarteirões de distância, a profissão de cantor (SCHAFER, 2001, p. 51).

Em São Luís, há um certo tempo, já não se pode mais ouvir com clareza o badalar dos sinos das igrejas ou o cantar dos pássaros que repousam sobre a vegetação da cidade. Tais marcas são parte da história da cidade e que com o tempo, foram sendo silenciadas ou abafadas pelos ruídos típicos do crescimento das cidades.

Schafer (2011) pontua que, a paisagem sonora seria composta essencialmente de três elementos: sons fundamentais, sinais e marcas sonoras. Os sons naturais como vento, água e tudo relativo a natureza se configuram como sons fundamentais. Os sinais, são sons criados e que precisam ser ouvidos como recurso para marcar algum evento, hora ou acontecimento, tais como: sinos, apitos, buzinas, alarmes. A trompa de 15 caça¹², apitos de trem ou navio também são considerados como sinais sonoros por Schafer (2011).

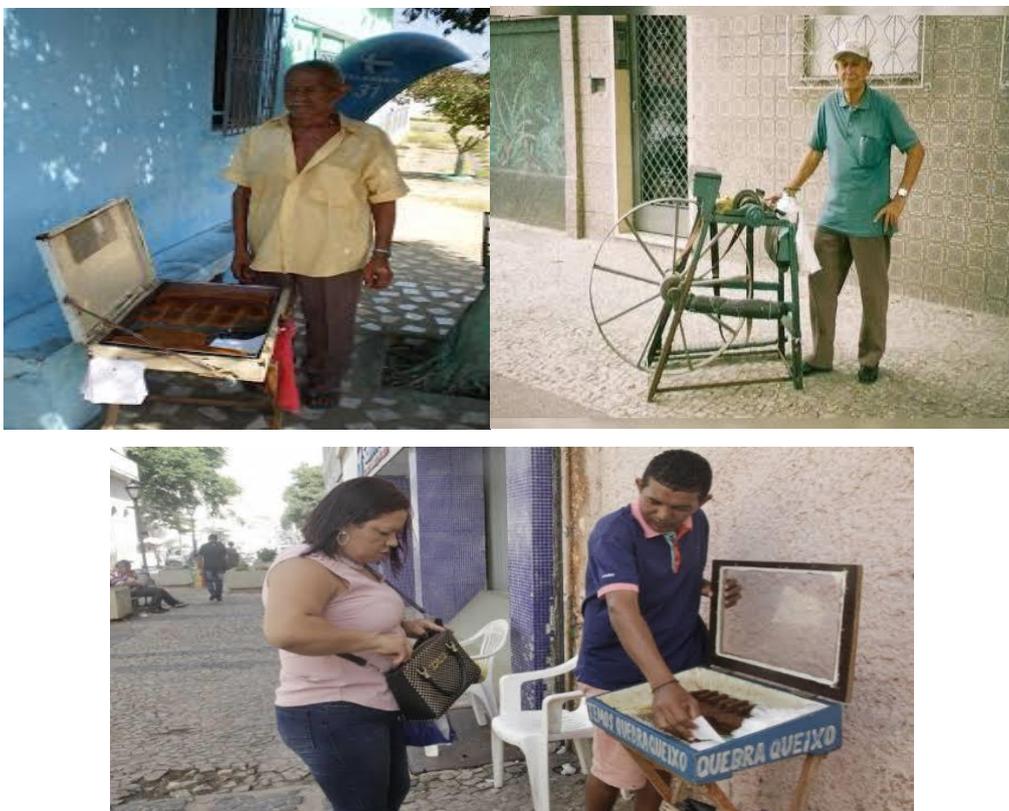
Com o tempo, alguns marcos sonoros foram sendo apagados do cotidiano das cidades e superados pelas tecnologias. Junto a eles, alguns costumes como os de observar os pombos pousarem no calçamento das praças, para ouvir sua revoada. Uma marca sonora, “se refere a um som da comunidade que seja único ou que possua determinadas

¹² A trompa é um instrumento de sopro da família dos metais e consiste num tubo metálico de 3,7 metros de comprimento com um bocal numa das extremidades e uma campânula na outra (Disponível em: <<https://www.amoa.pt/testimonials/trompa/>>).

qualidades que o tornem especialmente significativo ou notado pelo povo daquele lugar” (SCHAFER, 2011, p. 27).

Assim sendo, tomando como exemplo a cidade de São Luís, a observação do chafariz da praça central, em frente à Igreja da Sé, para ouvir o som da água caindo no corpo da escultura da “mãe d’água”. Ou o som dos ambulantes, cujas vozes ecoavam no espaço pouco barulhento da antiga São Luís. Cada um vendia seu produto com a verve que lhes era peculiar. Alguns ofereciam serviços como engraxate, amolador de tesoura, barbeiro. Outros, apregoavam os mais variados produtos, desde rolete de cana, laranja, mingau de milho, verduras, peixe, doces, sucos, sorvetes. A folia de vozes formava uma paisagem sonora características da velha São Luís, marco da identidade sonora da época.

Figura 6 – Pregoeiros antigos (vendedor de quebra-queixo e amolador)



Fonte: Arte Nordestina (2015) / Galo (2017) / Bastos (2020), respectivamente

Alguns pregões ganharam a companhia do microfone e usando da “modernidade”, alguns pregoeiros se rendem à tecnologia e passam a divulgar seus produtos com auxílio da amplificação das vozes ou em carros de alto falantes. O vai e vem de pessoas em suas conversas corriqueiras se mistura com os sons da modernidade e transforma a paisagem sonora dos centros urbanos. Conforme comenta Schafer (2001), ao postular acerca da vida do cidadão médio que habita as sociedades industriais avançadas, podendo esse, em

um mesmo dia ter contato com os ruídos de diferentes motores, o que fará com que esses ruídos permaneçam em seus ouvidos ao longo de horas.

Nessa esteira, de sons e de amplos significados na vida diária e entretenimentos populares, é que se destaca o aspecto performático dos pregoeiros de São Luís do Maranhão e sua evolução histórica, enfocando também, a relevância social e cultural desses na memória sonora e cultural da cidade.

Outro aspecto que chama atenção dentro da performance do vendedor é a linguagem usada para persuadir o possível freguês. Tal linguagem como forma de se expressar seguramente é fruto de uma cultura arraigada em um cotidiano permeado de memórias, de signos e significados que são passados de geração em geração através da tradição oral, muito presente nas camadas mais populares.

Olhando para o passado, trago a memória do pregão do sorveteiro que rompia o silêncio das tardes da década de 1980, com um longo e melodioso grito que nos alertava para a chegada do produto mais esperado em tardes quentes, o sorvete de coco. Sons da memória como esses, guardam importâncias e marcam histórias individuais e coletivas de um povo. São imagens que se constroem a partir dos sons e compõem essa memória sonora. Silva (2007, p. 78) afirma que “a “imagem sonora” surge na tela imaginativa do ouvinte como granulação fina, resultado de um processo perceptivo entre impressões pessoais e representações sensoriais sonoras apreendidas pela audição.”

Em sua performance, o sorveteiro era o termômetro dessas tardes e que conseguia reunir em torno de si, um público variado. Uma performance também pode ser sutil em sua execução e nem sempre é carregada de expressiva oralidade e movimentações teatrais, a exemplo, na Rua Grande, um antigo vendedor de um brinquedo que produzia bolinhas de sabão, apenas sentava-se, próximo a um poste, em frente a uma ótica muito famosa na rua, e apenas soltava suas bolinhas, em especial quando o adulto estava acompanhado com crianças, trazendo à tona lembranças da infância dos pais e acendendo a vontade da criança que pronta para estourar a bolha no ar pedia ao pai para que comprasse.

Os movimentos corporais, cores, formas, tonalidades, vestimentas, todos os elementos são potencializados com vistas a carregar, ampliar, indicar a autoridade da voz, sua ação, sua intenção persuasiva, contribuindo para a instalação simbólica do espaço necessário para que a mensagem seja, mais que assimilada, vivenciada pelo auditor, que, por sua vez, a partir dos comandos do interprete, é seduzindo a tornar-se coautor da obra (SILVA, 2007, p. 56-57).

É válido destacar também, o cotidiano de um pregoeiro, em sua preparação para a lida nas ruas. Em destaque, todo o ritual de fazeres que constroem essa performance que

envolve as vendas. São trabalhadores que sobrevivem em uma situação de desemprego e desigualdades e que se arriscam e se expõem nas ruas. Um vendedor de cuscuz ideal, por exemplo, acorda às 4 horas da manhã para buscar o produto na fábrica. Geralmente usando bicicletas, cada vendedor acomoda o produto em um depósito tipo baú. Suas vestes são confortáveis, pois passará toda a manhã pedalando pelos bairros oferecendo aos gritos, o seu produto (Figura 7). E ao vender, ao mesmo tempo se torna conhecido dos clientes.

Figura 7 – Pregoeiros de cuscuz de bicicleta



Fonte: Lins (2017) /Sanches (2014)

Muitos desses, sem oportunidades no mercado, tornam-se ambulantes e aprendem a se comunicar pelo grito entoando frases de efeito que chamam a atenção do mais distante cliente. A oralidade presente nessa performance é um elemento agregador no discurso de cada vendedor.

Fábio Silva do Rosário¹³, vendedor de cuscuz ideal há mais de 15 anos, comenta que o ato de gritar e rimar brincando com as palavras foi o que o fez ter sucesso nas vendas. São basicamente 5 horas trabalhadas pela manhã (das 5 horas da manhã até às 10h) e mais 3 horas na parte da tarde, pedalando sob o sol forte e gritando um dos produtos mais tradicionais da cidade de São Luís do Maranhão que é o cuscuz ideal.

Esse ambiente de envolvimento corporal e da linguagem, carrega uma singular teatralidade, pois é simplesmente algo; espacial, visual, expressiva, no sentido do quanto a gente fala sobre uma cena espetacular e impressionante (PAVIS, 2003), temos que pensar, além da performance, em uma teatralidade cotidiana diante das ações de vários profissionais em seu ambiente laboral que carregam em si, todo um ritual de preparação

¹³ A entrevista com o pregoeiro Fábio Silva do Rosário foi realizada dia 17 de setembro de 2019.

para a interação com o público\cliente que perpassam pela produção do produto a ser vendido, as vestes escolhidas, elaboração das rimas a serem usadas no seu jogo de cena para persuadir o possível comprador.

Tais ações cotidianas, são apontadas por Richard Schechner como:

No contexto dos negócios, do esporte ou do sexo, dizer que alguém faz uma boa performance é afirmar que tal pessoa realizou aquela coisa conforme um alto padrão, que foi bem-sucedida, que superou a si mesma e aos demais. Na arte, o performer é aquele que atua no show, num espetáculo de teatro, dança, música. Na vida cotidiana, *performar* é ser exibido ao extremo, sublinhando uma ação para aqueles que a assistem. No século XXI, as pessoas têm vivido como nunca antes, através da performance (SCHECHNER, 2003, p. 25-26).

Para entendimento, a venda configura-se como uma manifestação cênica, uma forma de firmar identidades, usar o corpo para criar, contar e recriar histórias. Os agentes que usam de meios performáticos para venderem ou persuadirem, são *personas* e não personagens. “A persona diz respeito a algo universal, a arquétipos como o padre, o pintor, o prefeito, o vendedor, etc. O personagem é, nesses termos mais referencial” (COHEN, 2002, p. 63). A persona do vendedor ambulante se configura a partir da interação com o público. Por essa ótica, podemos considerar que a performance do vendedor de rua e sua arte de persuadir através de gestos, entoação e imitação de voz, é também uma ação teatral, haja vista que, “qualquer evento, ação ou comportamento pode ser examinado ‘como se fosse’ performance (SCHECHNER, 2003).

Nessa conjuntura, temos o desenvolvimento de contos, adivinhações, lendas, provérbios, frases de caminhão e outras formas de passar um saber adquirido, compartilhado através da verbalização ou em formatos escritos, como os cordéis. Tais formas de linguagem e comunicação, representam uma concepção de mundo e que é socializado por gerações, fortalecendo assim a coletividade de grupos, categorias ou regiões. Como pontua Silva (2014, p. 414) “o homem do povo”, lê o mundo tanto quanto o intelectual, mas com lentes diferentes. A cada um o seu totem”.

Assim, reforça-se o folclore de uma região, que tem na linguagem uma de suas mais fortes formas de proliferação e perpetuação. O folclore é um gênero de origem popular e que está ancorado nos costumes e tradições a serem transmitidos no seio do grupo pela oralização ou imitação.

Toda comunidade, povo ou nação, tem sua linguagem e maneira de pensar e expressar sua visão de mundo que são transmitidos a seus semelhantes. Essas manifestações folclóricas, são, pois, frutos das relações humanas e que se movem e renovam, mas sem perder a essência do que foi transmitido. Esse aspecto da comunicação

é evidenciado por Beltrão (2001, p. 53), que afirma a respeito da questão comunicacional enquanto fato intrínseco à sociedade contemporânea, cuja composição se dá a partir de um grande contingente de grupos sociais, que se agregam ou separam, de acordo com a “heterogeneidade de sua cultura, diferença de origens étnicas e pela própria distância social e espacial”.

Tais grupos mantêm em torno de si, ideias comuns e experiências compartilhadas que atendem aos interesses da comunidade na qual se inserem. Essa troca de saberes e experiências só se torna eficaz através da comunicação. Historicamente divididos entre popular e elite no qual a massa rural e ou urbana encontra-se muitas vezes marginalizada e tende a utilizar uma linguagem própria para estabelecerem a comunicação entre si. Conforme pontua Beltrão (2001, p. 62):

A nossa elite, inclusive a elite intelectual, tem o folk-way¹⁴ das classes trabalhadoras das cidades e do campo apenas como objeto de curiosidade, de análise mais ou menos romântica e literária. A literatura, a arte, as crenças, os ritos, a medicina, os costumes dessas camadas sociais, os seus meios de informação e de expressão – continuam ignorados em toda sua força e verdade. O que impossibilita a comunicação e a comunhão entre Governo e povo, elite e massa.

Não se trata aqui de comparação entre os segmentos da sociedade, tampouco supervalorizar ou subvalorizar uma ou outra forma de comunicação. Intenta-se apenas demonstrar o quanto a dicotomia entre as classes faz nascer formas de entendimento e comunicação próprios de cada segmento. Torna-se, porém, notório que o vácuo econômico que se personifica nas desigualdades sociais de nosso país, acabam por ampliar essa dissonância na comunicação entre tais classes, aprofundando cada vez mais as diferenças entre elite e povo.

Tal desigualdade, desponta como um dos principais fatores para a crescente violência no Brasil. Destaca-se nesse panorama, a faixa de extrema pobreza que abrange 12,2% da população brasileira segundo dados do IBGE (2018), onde um em cada quatro brasileiros vive com uma remuneração abaixo de R\$ 420,00 reais por mês.

A realidade da sociedade brasileira está sempre bem analisada em pesquisas e teses antropológicas, políticas e econômicas. Há dois países que convivem em uma só terra. Dois “brasis” que ora se defrontam, ora compartilham aspirações. Um deles está representado pelas elites imbuídas de poder intelectual e econômico. O outro está

¹⁴ Costumes e tradições populares (em inglês).

configurado por uma massa desassistida e marginalizada e que, ao modo de ver das elites, são o retrato do ‘antiprogresso’.

Nota-se assim, que há uma forma muito significativa de comunicação escolhida pelos que dela usam para transmitirem suas mensagens, que é a característica folclórica. É patente que tais formas se alicerçam em costumes herdados de antepassados e que foram de certa forma, perpetuadas pela tradição oral e pelo sentido de preservação das camadas oprimidas e marginalizadas, segundo comenta Edison Carneiro (1965, p. 2):

são as pressões impostas no cotidiano e na vivência entre os sujeitos que produzem as mudanças necessárias para que estes sobrevivam, em um movimento onde cada sujeito se atualiza e se refaz, em um processo de adaptação e readaptação aos acontecimentos, tendo o folclore como base, no que concerne às camadas populares.

As formas de comunicação desenvolvidas pelas classes marginalizadas, são reflexos desse abismo econômico que relega boa parte da população ao acaso, ocasionado pela falta de melhores condições de trabalho e renda, forçando assim, uma boa parte da população a aventurar-se em subempregos, comércio informal, criando assim formas de sobreviver ao caos econômico.

Há nesse ínterim uma estreita relação entre folclore e a comunicação popular. Uma comunicação que se reinventa, cria e recria ditos, formas de expressão e que se perpetua através das várias narrativas e que também testemunha o cotidiano das classes menos favorecidas. As formas de comunicar o saber herdado são muito mais do que uma reprodução desses saberes. São também manifestos de resistência à opressão exercida pela classe que domina e exclui. São, como afirma Beltrão (2001), expressão do pensamento e das reivindicações coletivas.

Esse fenômeno da comunicação popular, Luiz Beltrão (2001, p. 73) chamou de “Folkcomunicação que é, assim, o processo de intercâmbio de informações e manifestação de opiniões, ideias e atitudes da massa, através de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore”. Realiza-se na interação entre os sujeitos, seus saberes e fazeres, de forma dinâmica e em inter-relação com os saberes populares.

Distantes, por muito tempo, dos meios de comunicação formais e, ao mesmo tempo, dominados por um conhecimento elitista, os agentes do povo, usavam de recursos próprios para transmitirem conhecimentos e informações de interesse comum a classe. A comunicação oficial, ocupava-se das manifestações mais populares apenas em períodos tidos como “folclóricos” e que poderia, de certa forma atrair a atenção de expectadores,

tais como: festas juninas, quermesses, carnaval e demais manifestações populares que conseguem reunir em um mesmo lugar, elite e massa popular.

Sobre essa forma própria de linguagem e comunicação popular, Carneiro (1965, p. 11, 13, 15) pontua que essas acabam por formar uma comunidade cujas experiências e saberes em comum faz com que esses formem uma identidade onde os conhecimentos e habilidades evidenciadas por meio do fazer artístico lhes fazem ocupar lugares na sociedade, pois a cultura popular lhes permitem ser escutados pelas classes superiores, “[...] em manifestações que refletem o seu comportamento em face das relações de produção vigentes na sociedade, como registro e o comentário dos fatos da vida cotidiana”.

Os estudos de Beltrão, sobre folkcomunicação se configuraram em 1967, a partir de seus estudos sobre folclore e comunicação popular. Porém, sua investigação a respeito do assunto começa bem antes, ainda no início da década de 60.

Dentre os que figuram como agentes da comunicação e informação popular, encontram-se os vendedores ambulantes (pregoeiros e caixeiros viajantes), cantadores (violeiro), o repentista e demais representantes da massa popular que se destacam pela habilidade de usar a linguagem e a comunicação como ferramenta de proliferação e perpetuação de ideias. Conforme pontua Beltrão (2001, p. 151), os pregoeiros expressam em seus versos improvisados, que se popularizaram, os modos de viver, “[...] sentir e de agir das classes desfavorecidas e semianalfabetizadas [...]”, o que teve destaque com folhetos produzidos e reproduzidos “[...] impressos em tipografias manuais, algumas com prelos de madeira, laboriosamente construídos pelos próprios editores”.

Desse modo, infere-se que o pregão é uma forma de comunicação de massa; falar, pois, sobre pregões requer algum entendimento da linguagem em seus aspectos teóricos, afinal, todas as ações humanas, assim como a própria vida, por ela perpassam. Verbalizar acerca da linguagem é falar sobre os aspectos que dizem respeito à comunicação entre as pessoas, como essas se relacionam, o que dizem de si e dos outros sujeitos com os quais convivem.

A linguagem é, pois, o sistema por meio da qual o ser humano comunica suas ideias, vontades e sentimentos. Para tanto, faz uso da fala, da escrita ou outros signos que materializam o desejo humano de se comunicar. Cabe ressaltar que a linguagem se realiza em um determinado momento, onde locutor e interlocutor, como pessoas do discurso, enunciam. Para Bakhtin (2014, p. 96) “[...] a tarefa de descodificação não consiste em

reconhecer a forma utilizada, mas compreendê-la num contexto concreto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular. ”

Enfatiza-se também, que dada a complexidade existente no campo teórico acerca das discussões sobre a linguagem, não se pode trazer à baila apenas uma definição que a contemple e ao mesmo tempo, satisfaça o leitor, haja vista, tais definições conterem em si mesmas, aspectos que são, ao mesmo tempo, afim e díspares.

Há autores como Sapir (1929, p. 8) que concebem a linguagem como um instrumento que se coloca à serviço da comunicação, pontuando que a “linguagem é um método puramente humano e não instintivo de se comunicarem ideias, emoções e desejos por meio de símbolos voluntariamente produzidos”. Nessa acepção, a linguagem se materializa de acordo com a necessidade humana, bem como pelo desejo de alcançar um determinado fim, coadunando-se com o que preconiza Borba (1979, p. 360), quando esse postula que a “linguagem é um sistema de elementos sonoros de que os homens se servem para comunicar seus sentimentos, volições e pensamentos”.

Para Hall (1992, p. 158), “a linguagem é a instituição pela qual os humanos se comunicam e interagem uns com os outros por meio de símbolos arbitrários orais-auditivos habitualmente utilizados”. Observa-se assim, que se evidencia o fator interação, ou seja, a linguagem se apresenta enquanto elo a partir da qual diferentes sujeitos interagem entre si. No que se refere os pregoeiros, o elo além de evidenciar esses traços identitários dos populares, quer seja pela busca de relacionar o produto com a história da cidade, de povos e da cultura local, constitui-se processo interativo que pressupõe, pois, a existência de um locutor, cuja voz, ao enunciar, expressa seu desejo ou ideia para um interlocutor, que aceitará ou mesmo refutará esse enunciado, inserindo-se assim, a linguagem como expressão do pensamento, o que ocorre através do uso da linguagem, como afirma Pezatti (2011, p. 168):

O princípio de que toda a explicação linguística deve ser buscada na relação entre linguagem e uso, ou na linguagem em uso no contexto social, torna-se obrigatória a tarefa de explicar o fenômeno linguístico com base nas relações que, no contexto sociointeracional, contraem falante, ouvinte e a pressuposta informação pragmática de ambos.

Observa-se então, que para compreender a linguagem, em uma perspectiva de interação, ou seja, a partir de seu uso social, é necessário um olhar para o elemento social, compreendendo os sujeitos do discurso, a partir de suas relações com seus pares, o que acontece por meio da interação entre sujeitos que enunciam (BAKHTIN, 2014). Considera-se assim, o papel da interação, na perspectiva da discussão ora apresentada.

Ou seja, ao mesmo tempo em que o pregoeiro anuncia em forma de versos, seus produtos, ele espera uma resposta de seu interlocutor, que no caso em tela, se materializa na figura do freguês que os comprará, a depender da forma como esse os anuncia. O locutor, ainda que não tenha consciência do papel da linguagem no jogo discursivo, brinca com o texto, a partir da própria enunciação, tendo quase certeza de que o outro não resistirá ao apelo linguístico com que esse o chama para a rua; apelo esse que supera suas necessidades físicas.

Considera-se desse modo, o que comenta Bakhtin (2014, p. 14) quando esse afirma que “a fala está indissolavelmente ligada às condições de comunicação, que por sua vez estão sempre ligadas às estruturas sociais”, verifica-se a natureza coletiva da fala, o que faz com que, ao se tecer uma análise sobre os pregões entoados nas ruas, por vendedores que anunciam, cantando em gritos seus pregões, infira-se que esses enunciados possuem um viés com o lugar de fala dos locutores, ao mesmo tempo em que se constituem um apelo que por fazer parte de um construto coletivo, se torna irresistível aos olhos de quem participa direta ou indiretamente do diálogo. Essa resposta pode ser positiva ou negativa, traduzindo-se na aceitação ou repulsa do produto oferecido.

Não basta, pois, apenas anunciar os produtos aos gritos. É necessária uma enunciação que envolva o outro nas tramas do discurso, que faça com o apelo o toque a tal ponto que esse compre o produto. É preciso, no entanto, que haja uma proximidade, em uma espécie de entendimento mútuo entre pregoeiro e freguês, o que somente ocorre em razão de ambos terem espaços sociais e gostos comuns. Ou seja, ambos se conhecem e se reconhecem no enunciado e na resposta do outro. Assim, o pregoeiro, como já mencionado, tem intuitivamente um conhecimento sobre a própria linguagem, o que o induz a selecionar recursos da própria linguagem para vender os produtos anunciados, em uma série de flexões verbais que fazem os fregueses correrem à porta, para comprá-los. Contudo, ele capricha na disposição vocal de letras e sílabas, as suprimindo ou enfatizando, como se soubesse que o sucesso de suas vendas será resultante da forma como o produto é anunciado. Entre as estratégias de linguagem utilizadas está também, o cantar em versos e rimas os produtos a serem vendidos.

Aranha (2010) chama a atenção para a questão dos gêneros textuais¹⁵, onde se inserem as falas de homens e mulheres, ou simplesmente pregoeiros, que vendem seus produtos, ao anunciá-los de forma singular, em forma de pregão. Tal canto, assim como

¹⁵ Os gêneros textuais dizem respeito aos variados e praticamente incontáveis textos que se materializam de acordo com as necessidades humanas.

as rimas nele existente, faz ecoar no interlocutor, enquanto freguês em potencial, uma lembrança gustativa ou não, no caso de vendas de comidas, que o remete a um passado próximo ou distante.

Aranha (2010, p. 54-55) comenta sobre o gênero textual pregão, situando como enunciação que se materializa por meio da fala do pregoeiro-camelô, postulando que:

[...] o uso da linguagem, mobilizando o surgimento de um gênero que está atrelado à fala do camelô – esse lugar de uso da linguagem está condicionado à situação também: um vendedor “ambulante” e os consumidores passantes. Quanto à designação camelô/ “ambulante” porque eles ficam ou não em um ponto fixo.

Bakhtin (2014, p. 283) chama a atenção sobre as situações de uso da linguagem, que busca se adequar às situações comunicativas a fim de alcançar objetivos previamente definidos que, no caso do pregoeiro, é vender os produtos anunciados. O teórico afirma acerca dos gêneros textuais, que esses são “formas relativamente estáveis de enunciados”.

A comunicação verbal que se realiza por meio do gênero textual pregão, é eficiente, na maioria das vezes, atingindo o objetivo do pregoeiro, o que o instiga a organizar seu pregão da forma mais dinâmica e criativa possível, atendendo, como preceitua Kock (2004) a uma necessidade e função.

O pregoeiro capricha então nas rimas, buscando também, enredar o freguês em seu discurso; muitas vezes, insere nomes de pessoas e lugares em seus pregões. São, pois, quase incontáveis, as estratégias que faz uso, enfatizando algumas sílabas, para despertar a atenção e simpatia de seus clientes; seleciona cuidadosamente quantos recursos corporais forem possíveis.

Aranha (2010, p. 60) apoia-se no discurso de Bakhtin (2014, p. 350) quando esse diz que “A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra se apoia sobre meu interlocutor. ”, ou seja, as palavras foram inventadas pelo homem, para designar coisas e mesmo pessoas, em uma busca por segurança, a fim de evitar confusões geradas pela existência de mais de um vocábulo ou expressão para designar um determinado objeto. A autora destaca, entretanto, que tal premissa é extrapolada na comunicação entre os sujeitos, em razão dos múltiplos sentidos presentes em uma palavra ou enunciado. Assim, mais que compreender o significado das lexias é preciso produzir sentidos a partir do contato com essas.

Nessa acepção, considerando as vozes que se materializam nos pregões, verifica-se no discurso dos pregoeiros, a presença de vozes que eclodem desses enunciados,

dizendo de vendedores e seus produtos para os potenciais compradores, evidenciando assim, o papel e importância dos pregões, a depender do contexto.

Nesse aspecto, os ambulantes se destacam pelo uso da comunicação como “chamariz” para atrair compradores, nos quais diferenciam-se apenas no aspecto criativo do uso da linguagem para se destacarem no seu negócio, pois nem sempre o comprador precisa do produto anunciado.

CAPÍTULO IV - PREGOEIROS: do passado ao presente

Em sua obra, “Pregões de São Luís, o jornalista Lopes Bogéa e o compositor e memorialista Antonio Vieira, revisitam a cidade dos antigos pregões e apresentam ao leitor, uma paisagem sonora marcada pela melodia dos gritos dos pregoeiros, em uma ousada iniciativa de render homenagens a esse personagem tão importante na vida da cidade.

Registrar memórias dos pregões de outrora é também resguardar tais lembranças, do esquecimento imposto pela evolução dos tempos. Como bem leciona Bogéa; Vieira:

Fala-se muito em preservação dos nossos costumes populares ou do resguardo da memória nacional, para usar uma expressão muito em voga. É uma preocupação natural porque, como vimos observando, os hábitos tradicionais, estão sofrendo uma completa metamorfose, em decorrência dos avanços tecnológicos (BOGÉA; VIEIRA, 1999, p. 2).

Observa-se assim, a importância de estudos sobre os pregoeiros, enquanto registro histórico e na preservação da cultura e identidade locais. Chamamos a atenção para o fato de que alguns pregões marcaram épocas na cidade de São Luís. Épocas áureas dos vendedores de rua que comercializavam seus produtos privilegiando a rima e a melodia dos seus anúncios. Nas primeiras décadas do século XX, não havia ainda na cidade, tanta poluição sonora com a qual os pregoeiros teriam que competir.

Os pregões que me acostumei a ouvir, na infância e na juventude, aconteciam mais à noitinha, com as luzes dos postes já acesas e o claro-escuro da noite que a Praça Deodoro refletia. Eram os pregões de pamonha: – Pamonha, taá quentinha/Chega na pamonha! Os pregões dos sorveteiros eram, quase sempre, depois do almoço, em torno das 14 horas: – Sorveee-te de coco, sorveee-te de coco, sorveee-te de coco! (SARNEY, 2014, s/p).

Os gritos dos pregoeiros poderiam ser ouvidos à distância, sempre com a irreverência que lhes era peculiar. Alguns desses pregões ficaram eternizados na memória da cidade e hoje ainda são lembrados com o saudosismo típico de uma cidade que cresceu, mas que pautou sua história na existência de personagens como os pregoeiros.

Sob os apelos irresistíveis dos comerciais multicoloridos que a televisão veicula com a contundência de quem bombardeia posições inimigas, estão sucumbindo os vendedores ambulantes e, com eles, seus belos e famosos pregões (MORAES 1989 apud TINHORÃO, 2005, p. 74).

A seguir serão explanados sobre o laranjeiro, o derresol, o carvoeiro, o vendedor de banho cheiroso, a vendedora de cocada e o vendedor de banana, de forma que os

desenhos que os representam forma feitos exclusivamente para essa dissertação conforme consta na fonte e nas referências.

O Laranjeiro

“Olha a laranja Dona Arcanja.
É doce que é uma beleza Dona Tereza.
Tem tangerina, Dona Felismina” (BOGÉA; VIEIRA, 1999)

Segundo Bogéa e Vieira (1999), “O Laranjeiro” (Figura 8) era quem trazia em seu pregão a rima bem-humorada que ecoava por becos e ruas da ilha de São Luís. Com boa produção de laranjas na época, era muito comum encontrar esses pregoeiros a plenos pulmões, oferecendo o produto. Tal fruta teve seu maior desenvolvimento na baixada maranhense e algumas cidades do interior do Estado. Porém, uma cidade se destacava na produção da fruta, a cidade de Anajatuba.

Figura 8 – O Laranjeiro



Fonte: Viana (2020)

Nessa cidade, as laranjas destacavam-se pelo sabor mais doce que as demais, o que as diferenciava na preferência do público. “Quando alguém pretende comprar laranjas, a primeira pergunta feita ao vendedor é pela procedência do produto. Se for de

Anajatuba, a venda é feita na certa e quase sempre, bem valorizada” (BOGÉA; VIEIRA, 1999, p. 15).

Diante dessa característica peculiar da laranja de Anajatuba e da preferência do público por tal singularidade, o laranjeiro adaptava seu pregão a fim de diferenciar seu produto dos demais: “Laranja de Anajatuba, quem não comprar fica com curuba” (BOGÉA; VIEIRA, 1999), ou seja, além de usar a palavra Anajatuba, a fim de indicar a procedência do produto, o pregoeiro brinca, rimando com a expressão ‘curuba’, em uma analogia a coceira que aflige o corpo e que nesse caso pode fazer alusão ao fato de a coceira ser advinda da vontade, do desejo de chupar a laranja.

Como suporte para a venda desse produto, o laranjeiro usava uma vara apoiada nos ombros que trazia cofos amarrados em suas extremidades cheios de laranja. Outros laranjeiros adotavam o tabuleiro fixo para acomodar as frutas, fixando-se assim, em lugares de grande circulação de pessoas como paradas de ônibus, portas de escolas e hospitais e centros comerciais.

Não se ouve mais esse tipo de pregão pelas ruas, ainda que a atividade de vender laranjas persista, mas as melodias e rimas feitas com a laranja de Anajatuba, ficaram guardadas nas memórias e no tempo.

Chamamos a atenção para o fato da forma descrita da venda de laranjas, ainda ser possível de se visualizar nas praias de São Luís, onde a venda de frutas ainda é feita dessa forma; a fruta colocada em saquinhos e penduradas em varas, porém, sem a melodia e o apelo do pregão da época.

O Derressó

Um doce que desapareceu das ruas e cujo pregão o rebatizou por conta de uma cômica corruptela. O derressó ou derresol, era na verdade uma mistura de coco ralado e mel de cana que, após formar um melado, tomava uma forma consistente ao esfriar. Era cortado em quadrinhos e empilhados em camadas de cinco em cinco. Uma das origens do nome aponta que o valor do doce era dez réis que ao ser apregoado pelas ruas, se tornou no derresó, uma guloseima que fez a alegria das crianças da época e que, apesar de ter inspirado outros doces igualmente gostosos, não resistiu ao tempo e desapareceu juntamente com o seu pregão. Outras versões dão conta de que o nome tem origem da dificuldade que os portugueses que aqui habitavam, em pronunciar a palavra derresol,

preferindo adequá-la o de forma que ficasse confortável a sua pronúncia e então surgiu o derresó.

“A doçaria é uma presença da mulher portuguesa, valorizando pelo uso das maravilhas do solo americano a goma de mandioca, os frutos para marmelada, termo genérico, compotas, doces cristalizados, que já exportavam em 1610” (CASCUDO, 2012, p. 97).

O que se sabe, é que hoje o derresol (Figura 9) se transformou no famoso quebra-queixo, doce também vendido pelas ruas de São Luís armazenado em um tabuleiro e produzido com a mesma matéria prima do derresó. Também com gostinho de infância, o quebra-queixo possivelmente tenha evoluído do derresó, porém, não trouxe consigo a forma de ser vendida em pregões. O vendedor de quebra-queixo usa as banquinhas fixas ou carrinhos para empurrar o produto, porém sem se destacar pelo pregão que outrora era marca dos vendedores de derresó.

“Olha o Globo
Jornal do povo descobriu outro roubo
E os meninos que vendem derrê sol a cantar
Derrê sol derrê ê ê ê ê sol”.

Figura 9 – Derresol



A figura do pregoeiro, principalmente os que vendiam guloseimas como cocada, pamonha, pirulito, derresó, era sempre aguardada pelas crianças com uma infinita ansiedade. Geralmente acompanhando os pregões e os passos firmes desse personagem, vinha sempre um grupo de crianças festivas que cercavam os vendedores na busca da guloseima que mais os agradavam naquele momento. Os pais das crianças, sempre espectadores dessa folia tentavam negociar a quantidade comprada e o horário de consumir o que fora comprado, para não “estragar os dentes”, “não criar verme” ou não “encher o bucho¹⁶” antes das refeições. Sobre esse momento de espera e ansiedade, o poeta Ivan Sarney aponta em um dos seus textos: “Eles faziam nosso encantamento, nossa ânsia de espera. Sempre tínhamos algum dinheiro guardado, a sete chaves¹⁷, para essas guloseimas, nem sempre aceito por nossos pais, pelo conflito com nossa alimentação, em casa” (SARNEY, 2014, s/p).

Sobre a extinção do derresó, Lopes Bogéa comenta: “não é mais fabricado esse delicioso doce e, ainda que o fosse, o pregão seria outro, isto porque a nossa moeda mudou de nome” (BOGÉA; VIEIRA, 1999, p. 79).

O Carvoeiro

Quem nunca teve medo do “velho do saco”? Lenda urbana contada nas grandes cidades como forma de amedrontar crianças desobedientes. De acordo com a lenda, um “velho” maltrapilho e sujo, que andava com um saco nas costas, levaria para longe todas as crianças peraltas. Apesar de ninguém nunca ter visto tal figura e nem ao menos sabermos o que acontecia com as crianças “levadas” pelo velho do saco, o medo de encontrar tal figura era muito grande o que fazia, por tempo determinado, algumas crianças obedecerem seus pais.

São Luís, uma das figuras que mais se aproximava da lenda urbana amplamente contada de geração em geração era a do carvoeiro (Figura 10). O carvoeiro era um pregoeiro que, antes da ascensão do fogão e do botijão de gás, vendia carvão de porta em porta e sua imagem, sempre suja de pó de carvão, ajudava a alimentar a lenda. Porém, sua lida diária também prejudicava sua saúde, haja vista que o mesmo aspirava o pó fino e preto que saía do carvão sempre que era manuseado.

¹⁶ Barriga; expressão que remete à saciedade que pode provocar a não ingestão da refeição.

¹⁷ Muito bem guardado; trancado ou escondido.

Figura 10 – O Carvoeiro



Fonte: Viana (2020)

Uma das doenças que acometia os vendedores de carvão era a *pneumoconiose* (pulmão negro). Trata-se de doença pulmonar causada pela aspiração do pó do carvão.

É consequência da aspiração do pó de carvão durante muito tempo. No pulmão negro simples, o pó do carvão acumula-se à volta das vias respiratórias inferiores (bronquíolos) dos pulmões. Apesar de o pó de carvão ser relativamente inerte e não provocar demasiadas reações, estende-se por todo o pulmão e numa radiografia observa-se sob a forma de pequenas manchas. O pó de carvão não obstrui as vias respiratórias. Todos os anos, 1 % a 2 % das pessoas com pulmão negro simples desenvolvem uma forma mais grave da doença, denominada fibrose maciça progressiva, na qual se formam cicatrizes em áreas extensas do pulmão (com um mínimo de 1,5 cm de diâmetro) (ATLAS DA SAÚDE, 2014, s/p).

Tal doença foi descoberta e estudada em 1836 por Thompson¹⁸. As estatísticas recentes apontam que no final do século XX e início de século XXI, aumentaram os casos de pulmão negro, possivelmente estimulados pelo manuseio inadequado no produto entre outros fatores.

Sem qualquer proteção das vias aéreas, o carvoeiro de São Luís no século XX, era geralmente equipado por uma vara, um cofre e uma lata de querosene vazia, o carvoeiro batia de porta em porta entoando seu mais conhecido pregão, “ Carrvoeiiiiroooo”.

¹⁸ Informação retirada da seguinte referência: MELDAU, Débora Carvalho. **Pulmão negro**. 2009. Disponível em: < <https://www.infoescola.com/doencas/pulmao-negro/>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

Algumas vezes, o carvoeiro substituía a vara com cofo, por sacos de nylon, o que reforçava o temor das crianças de que ele na verdade seria o “velho do saco”.

Em sua lida, algumas modificações na oferta do seu produto foram acontecendo. O cofo grande e a lata vazia que era usada como medida para vender o carvão, foram dando lugar ao carvão já embalado em pequenos cofos, na medida perfeita para a dona de casa. Pendurados em uma vara atravessada no ombro, o carvão nesse momento passa a ser conhecido como carvão de varinha.

“Carrroooeiirrooooo!!!”
 Compra freguês, o carvão
 Tá sequinho... tá bonzinho
 Ele é carvão de varinha...”
 É assim que o carvoeiro oferece seu carvão
 E, às vezes, sua alma é limpa
 E vai sujo que nem o chão”.

O Maranhão hoje, ocupa destaque na produção comercial de carvão, de acordo com dados coletados pelo IBGE a partir do relatório da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) divulgados em 2017. Toda produção em 2016 chegou 161.232 toneladas e o valor arrecadado ultrapassou o volume dos R\$ 120 milhões. Conforme o IBGE (2017), o Maranhão consolidou-se como maior produtor de carvão, seguido pela Bahia (100,5 mil toneladas) e Piauí (72,8 mil toneladas).

A modernização das cidades foi engolindo mais um personagem marcante. Hoje não há mais necessidade da oferta do carvão de porta em porta. Em seu lugar, ouve-se o caminhão do gás que, ao som de um sino ou de música clássica que sai do alto falante, passa de porta em porta oferecendo o produto, fruto da evolução tecnológica, mas sem a poesia e a magia do pregão do carvoeiro.

Banho Cheiroso

“O vendedor de “banho cheiroso” (Figura 11) era uma figura rara pelas ruas de São Luís, pois esse material era vendido nos mercados e feiras; às vezes, porém, algum vendedor mais audacioso saía com seu tabuleiro a gritar “Banho cheiroso”! (BOGÉA; VIEIRA, 1999, p. 111).

O uso de ervas medicinais, esteve presente no cotidiano do ludovicense, muito antes da indústria descobrir seus efeitos benéficos. Os banhos, garrafadas e infusões fazem parte da cultura herdada dos indígenas e dos africanos. Para algumas pessoas, as infusões e banhos servem para limpeza do corpo e da alma. Para outros, tais indicações

servem como cura e conexão com o universo. A historiografia aponta que tais práticas não são recentes havendo registros em Salvador (Bahia) desde o final do século XVIII. E no Maranhão e Rio de Janeiro, em meados de século XIX (VERGER, 1986).

Figura 11 – Vendedor de banho cheiroso



Fonte: Viana (2020)

Câmara Cascudo em sua obra, *Folclore do Brasil* (2012) nos aponta que remonta tempos antigos e que supõe fazer parte de uma antiga necessidade do homem em submeter-se a rituais de purificação, conforme comenta:

O banho de cheiro, o banho de mato, o banho de ervas, é uma tradição brasileira secular. Mais no Nordeste e Norte que no centro e sul. Ligava-se ao ciclo do São João, mas surgia independente, com feições terapêuticas contra a má sorte, reincidências de casos infelizes, negócios falhados, assuntos de amor impossível, sonhos econômicos. Podia-se, nesse caso, ser aplicado em qualquer época do ano, respeitando os preceitos indispensáveis. Banho antes do sol. Não se enxugar. Ausência de sabonete (CASCUDO, 2012, p. 182).

Independente do uso, é importante destacar que o banho cheiroso ou banho de cheiro evoluiu com o tempo. O pregão desapareceu das ruas, mas os produtos ganharam outros espaços em clínicas, farmácias de manipulações e spa's.

Também chamado de vendedor de “ervas bentas”, em São Luís e muitas outras cidades, como Salvador e Belém, essa prática era realizada por mulheres negras alforriadas, conhecidas como ganhadeiras. Ao comercializarem esse tipo de produto, algumas eram alcunhadas de bruxas, feiticeiras ou mandingueiras, conforme a região na qual atuavam. Em Belém (Pará), as ganhadeiras eram chamadas de “cheirosas” ou “feiticeiras do bem”. Hoje a função dessas vendedoras é reconhecida e prestigiada pela população, como comenta Lucielma Lobato Silva em sua pesquisa - entre os cheiros e garrafadas: o trabalho das vendedoras de cheiro nas feiras públicas de Belém-PA em 1830-1890:

Em Belém, essa atividade profissional, hoje, denomina as vendedoras de cheiro como “Cheirosas” ou ainda como “Feiticeiras de Belém”, qualificação essa que já foi manchete na imprensa nacional e em constantes reportagens nacionais e internacionais, especialmente devido ao exótico, à simpatia, às credências, aos remédios para quase todos os males do corpo e da alma (SILVA, 2017, p. 7).

As diversas “indicações” do banho, iam desde tirar a “mofina”, “arca caída”, o “quebrante” o que fazia com quem as “misturas” fossem bastante procuradas, principalmente em bairros, cuja prática das religiões africanas tinha bastante adeptos. Cada erva tinha sua finalidade e seu “poder de cura”. Esse pregoeiro não costumava desfilar pelas ruas devido ao grande preconceito que existia na época, apesar da crença no poder do “banho”.

“Você deve tomar banho cheiroso
Pra acabar com essa mofina
E o corpo ficar jeitoso
Você sente uma moleza
Sem ter doença nenhuma
Tem a vida atrapalhada
Não consegue coisa alguma
Então ouça o meu conselho
Ele é muito valoroso
Pois não perca mais seu tempo
E tome banho cheiroso
Você deve tomar
Banho cheiroso
Prá acabar com essa mofina
E o corpo ficar jeitoso
Ele é feito de tipy
Pau de angola e puxuri
Leva trevo de mulata
E também patchouli
Jardineira, pataqueira

E também manjerição
 Leva rosa todo ano
 Amoníaco e açafão.
 Você deve tomar banho cheiroso
 Prá acabar com essa mofina
 E o corpo ficar jeitoso”.(Banho cheiroso – Antonio Vieira)

Hoje, não se ouve mais o grito do vendedor de banho cheiros e seu tabuleiro já não vende mais essa mistura “milagrosa”. Porém, ainda se pode encontrar pessoas que trabalham com ervas medicinais, garrafadas, infusões e “benzimentos” estabelecidos em mercados e feiras nas quais vendem seus produtos. Mesmo sem o pregão e as histórias de “curas” e benefícios de seus banhos, esses vendedores ainda mantêm viva a ciência dos nossos ancestrais nas misturas de ervas.

A Cocada

E de longe já se ouvia, ladeira acima ou ladeira abaixo o pregão doce e conhecido e muito apreciado entre as crianças. “Olha a cocaaaada! Cocada de coco!! Branquinha ou pretinha, cocaaaadaaa!”.

Doce que resulta da mistura entre o coco ralado e açúcar, esse produto muito prestigiado em todo Brasil, tem sua origem ainda discutida. Alguns registros dão conta de que se trata de uma iguaria africana, desenvolvida nas senzalas pelas escravas, e que posteriormente passou a agradar os paladares dos seus senhores. Porém, registros outros acusam sua origem como vindo da Europa através dos imigrantes que para cá vieram. A receita original já sofreu variações, mas a cocada tradicional segue em alta.

Na Literatura, o pregão da cocada aparece na obra de Machado de Assis, Dom Casmurro. Romance que usa uma narrativa na qual passado e presente se misturam através das memórias do seu narrador. O enredo se passa no Rio, século XIX e uma das memórias do protagonista, Bentinho, revisitam um passado, cujo pregão das cocadas está presente e bem vivo em suas memórias.

E se a comparação não vale, porque as chinelas são ainda uma parte da pessoa e tiveram o contato dos pés, aqui estão outras lembranças, como a pedra da rua, a porta da casa, um assobio particular, um pregão de quitanda, como aquele das cocadas que contei no cap. XVIII. Justamente, quando contei o pregão das cocadas, fiquei tão curtido de saudades que me lembrou fazê-lo escrever por um amigo, mestre de música, e grudá-lo às pernas do Capítulo (ASSIS, 2015, p. 45).

As lembranças de Bentinho que recheiam as suas memórias, são revividas através do passado e dos pregões que o fazem recordar. As cocadas (Figura 12) estão ali associadas a uma época de alegria. A importância dos pregões segue evidentes na obra, como comenta a seguir: “Vês que não pus nada, nem ponho. Já agora creio que não basta que os pregões de rua, como os opúsculos de seminário, encerrem casos, pessoas e sensações; é preciso que a gente os tenha conhecido e padecido no tempo, sem o que tudo é calado e incolor” (ASSIS, 2015, p. 45).

Segundo Bentinho, é preciso ter vivido e sentido as sensações para se ter a dimensão da saudade e valorizar as memórias que são trazidas a todo momento. Os pregões de rua, para Bentinho, cumpriam esse papel de revelar esses momentos marcados na alma com a cor e o valor que os acontecimentos merecem.

Figura 12 – Vendedora de cocada



Fonte: Viana (2020)

A cocada e seu pregão estão presentes nos vários rincões do Brasil. Em São Luís, o ecoar do grito do pregoeiro (a) anunciando sua chegada, era prenúncio de festa por onde

passava. Era tão celebrada também pelas ruas da cidade que virou música e sucesso na voz de vários cantores. Tais como: Rita Benedicto, Alcione e o saudoso Antonio Vieira.

“Ai meu Deus se eu pudesse
 Eu abria um buraco
 Metia os pés dentro criava raiz
 Virava coqueiro trepava em mim mesmo
 Colhia meus côcos meus frutos feliz
 Ralava eles todos com cravo e açúcar
 E punha no tacho pra fazer cocada
 Depois convidava morenas e loiras
 Mulatas e negras pra dá uma provada
 Depois satisfeito de tanta dentada
 Na boca de todas eu me derretia
 Aí novamente eu abria um buraco
 Metia os pés dentro com toda alegria
 Virava coqueiro trepava em mim mesmo
 Colhia meus côcos fazia tachada
 Com cravo e açúcar ficava roxinho
 Ficava doidinho pra ser mais cocada

Côco, côco, cocada, Côco, côco, cocada,
 Côco, côco, cocada, Côco, côco, cocada,

Depois satisfeito de tanta dentada
 Na boca de todas eu me derretia
 Aí novamente eu abria um buraco
 Metia os pés dentro com toda alegria
 Virava coqueiro trepava em mim mesmo
 Colhia meus côcos fazia tachada
 Com cravo e açúcar ficava roxinho
 Ficava doidinho pra ser mais cocada

Côco, côco, cocada, Côco, côco, cocada,
 Côco, côco, cocada, Côco, côco, cocada,

Côco, côco, cocada, cocada pra sinhô, cocada pra sinhá
 Côco, côco, cocada, cocada pra ioiô, cocada pra iaiá”
 (Cocada- Antonio Vieira)

Antônio Vieira consegue em sua rima, eternizar a química da produção da cocada com a arte do pregão que anunciava o produto. A cocada ainda está presente na vida das cidades e em festas tradicionais. Porém, calaram-se os pregões que de longe anunciavam a sua chegada.

O Bananeiro

“Eu trago bananas pra vender Bananas de todas as qualidades, Quem vai querer? Olha banana Nanica, Olha banana Maçã” (Jorge Ben Jor).

Outro vendedor ambulante que foi desaparecendo das ruas de São Luís. Vendia bananas ainda em pencas, de vez ou bem madurinhas e atraia a freguesia com seu grito

(pregão) inconfundível. “Olha a banana, banana macia, olha a banana, olha o banananeeeiro!”. Geralmente revendedor do produto, apressava-se em oferecer pelo melhor valor, devido ao tempo limitado da fruta que em pouco tempo “ficava preta” e logo era rejeitada pelos exigentes fregueses. A banana sempre foi muito popular no Brasil, Como nos aponta Câmara Cascudo:

A fruta mais popular no Brasil e que mais depressa se expandia entre a indiada, tornando-se sua ausência um índice de isolamento cultural, é a banana (*Musa sapientum*), com variedades incalculáveis. Veio da Índia por intermédio da África, onde foi batizada com o nome que usamos (CASCUDO, 2012, p. 97).

Cuidadosamente acondicionadas em cofos ou cestos muito bem protegidos e forrados com folhas de bananeira para não “magoar” as bananas, ou pendurada em cachos (pencas), amarradas em um cordão, presas a varas atravessada nos ombros. As bananas eram dos mais variados tipos e tamanhos e para cada uma delas, era possível um pregão diferente, como: “Quem vai querer, banana? Tem prata e nanica. Macia e de vez, pode vir, freguês”! Tais registros, permanecem vivos nas lembranças dos grupos sociais e entranhada na história e cada bairro pelos quais tais vendedores passavam. Presente no cotidiano da dona de casa e com tamanha importância que foi homenageado em músicas, por diversos compositores, tais como Jorge Ben Jor.

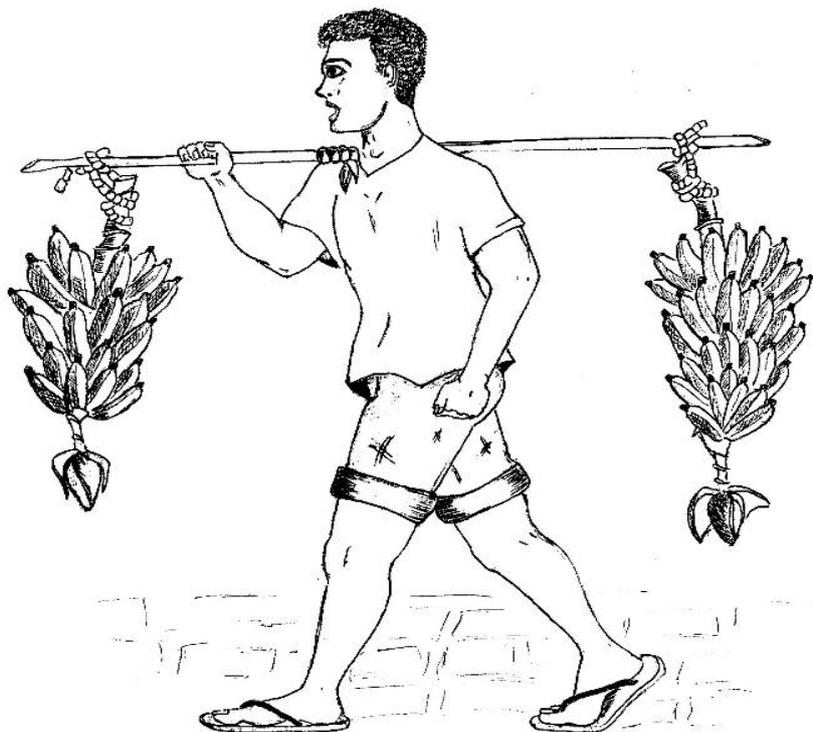
Olha a banana
 Olha o bananeiro
 Eu trago bananas prá vender
 Bananas de todas qualidades
 Quem vai querer
 Olha banana Nanica
 Olha banana Maçã
 Olha banana Ouro
 Olha banana Prata
 Olha a banana da Terra
 Figo São Tomé
 Olha a banana d'Água
 Eu sou um menino
 Que precisa de dinheiro
 Mas prá ganhar de sol a sol
 Eu tenho que ser bananeiro
 Pois eu gosto muito
 De andar sempre na moda
 E pro meu amor puro e belo
 Eu gosto de contar
 As minhas prosas
 Olha a banana
 Olha o bananeiro
 O mundo é bom comigo até demais
 Pois vendendo bananas
 Eu pretendo ter o meu cartaz
 Pois ninguém diz prá mim
 Que eu sou uma palha no mundo
 Ninguém diz prá mim

Vai trabalhar vagabundo
Olha a banana
Olha o bananeiro
Mãe, mãe, mãe
Eu vendo banana mãe
Mãe, mãe
Mãe mas eu sou honrado mãe
Olha a banana
Olha o bananeiro

Em sua música, Jorge Bem Jor enfatiza a importância dos vendedores de banana (Figura 13) e suas rimas, nas quais enfatizavam os tipos de bananas disponíveis e ainda destacava o orgulho do trabalhador em fazer rimas e vender seu produto de forma irreverente.

Tantos foram os pregoeiros cujos seus produtos foram apagados pelo tempo. Ficam as lembranças de tempos passados que repousam nas memórias da cidade que respira história. Hoje, com a modernidade, novos produtos desafiam a rima dos novos vendedores, mesmo que os antigos pregões tenham sido superados pelo tempo. A modernidade substituiu a voz, pelo alto falante, a bicicleta pela moto ou carro, a caixa de sorvete pelo carrinho, o carvão pelo gás e assim sucessivamente. E é com saudade, que recordamos a ginga, a performance e a poesia dos antigos pregões que marcaram uma época.

Figura 13 – Vendedor de banana



A inserção dos vendedores pregoeiros nas ruas da cidade, tão característico inicialmente nas ruas do Centro, Praia Grande e Madre Deus e mais tarde, com o crescimento demográfico, nos bairros periféricos de São Luís, é o demonstrativo da necessidade do comércio entre os moradores, dinamizada pela relação de compra e venda e ainda pelas relações humanas.

O aspecto típico dos pregoeiros em São Luís, que ofereciam suas mercadorias sempre de forma melódica e poética era mais um atrativo para a popularização dessa figura na história da capital. Deve-se ainda, para caracterizar o personagem, pensar no ambiente como era àquela época (até anos 1970), casas de um piso, no máximo dois, pequeno fluxo de automóveis, baixo número de televisores entre as casas, comércio formal silencioso e escasso, ausência de sirenes, buzinas, máquinas em ação. Bem, esse é o cenário ideal para a vida dos pregoeiros, pois, sem uma profusão desordenada de sons pela cidade, sua voz era a única fonte sonora a ser ouvida pelas ruas, daí a popularidade do sujeito. Junto a isso, não havia ainda na cidade numerosos anúncios publicitários espalhados em *outdoors*, placas luminosas, alto-falantes, rádios e outros meios de comunicação visual e auditivo que ocultassem a presença dos pregoeiros ou outros trabalhadores das ruas, como amoladores de facas, cujos sons do amolador ecoavam ruas a fora.

Esse foi um cenário do passado, considerado já distante e, também por isso, já esquecido por muitos e desconhecido pelos mais jovens. As crianças na década de 1990 ainda conviveram com os pregoeiros nas ruas dos bairros, mas logo ele seria ofuscado pelo crescimento da indústria e do comércio de produtos importados, de baixo custo, pelas feiras livres que expõem diariamente uma infinidade de produtos alimentícios e de uso doméstico e pelos outros sons que vierem com a modernidade, barulho excessivo típico de meios urbanos modernos que sufocam as vozes de cada um e nos faz perceber apenas um grande zumbido, mistura de vários sons ao mesmo tempo produzidos.

O comércio sempre esteve ligado à necessidade de divulgação, seja ela visual, sonora ou, mais recentemente, virtual (GENTILLE, 2007). Para os pregoeiros, o comércio estava diretamente ligado à musicalidade da voz como recurso sonoro de persuasão. Essa interação dos pregoeiros com o ambiente sonoro foi transformada pela industrialização e pela nova dinâmica das cidades com a incorporação dos sons mecânicos, das máquinas e aparelhos midiáticos que dominaram o cenário dos centros urbanos.

É com nostalgia que os mais velhos contam histórias sobre os pregoeiros aos mais novos e a maior referência de sua presença é indiscutivelmente o som que produziam ao

promover suas mercadorias. Considerar extinto esse exemplo de mercador é um equívoco, uma vez que eles ainda podem ser vistos e ouvidos na cidade, nas ruas do centro, bairros e praias, como já citado, mas associá-lo ao passado é um fato, visto que a herança dos pregoeiros originais é ainda muito presente no imaginário popular e na representação social que ainda se faz sobre os ambulantes (COSTA; SONAGLIO, 2014). Até quando compararemos vendedores ambulantes de agora com os pregoeiros do passado é uma resposta que só os mais jovens poderão responder no futuro, a partir das práticas de valorização da história que eles vivenciarem no presente, nos seios das famílias, nas comunidades e na escola.

Outro elemento desmotivador da prática de pregões pelas ruas da cidade atualmente, é a predominância de prédios de apartamentos com muitos pavimentos ou casas muito fechadas com muros altos e forradas à laje, em vez das casas térreas com portões e janelões com abertura direto para a rua como antigamente. Não é muito provável que o som da voz vá alcançar as pessoas dentro desse novo modelo de imóvel, nem mesmo que as pessoas desçam dos prédios ou saiam à rua para comprar mercadorias. Além disso, a proliferação de supermercados e feiras livres fez desaparecer as pequenas mercearias, inviabilizando os pregões e suas melodias chamativas.

As questões com a saúde e a divulgação de formas de preparação, armazenamento, conservação e venda dos alimentos também influenciou no desaparecimento de muitos dos pregoeiros mais esperados no dia: mingau de milho, pamonha, beiju e outros alimentos de preparo e consumo instantâneo entraram na lista dos causadores de doenças infecciosas por serem considerados veículos de contaminação alimentar por estarem em exposição ao calor, poeira e mosquitos durante as longas caminhadas que durava o dia inteiro.

Se outrora os pregoeiros foram parte da rotina da população nas cidades, cuja repercussão social e econômica de seu trabalho não era discutida, atualmente os vendedores ambulantes constituem parte importante das economias urbanas, ajudando seus membros a assegurarem condições mínimas de sobrevivência meio ao escasso mercado de trabalho para a população com baixo nível de escolaridade.

E para os consumidores, eles distribuem bens e serviços acessíveis, oferecendo opções de varejo conveniente e barato. Apesar dessa afirmativa, a informalidade do trabalho dos ambulantes traz em seu bojo questões fundamentais sobre sua inserção no mundo do trabalho e seu impacto na economia local de uma cidade (SILVA; SILVA, 2005).

Apesar das políticas públicas terem o dever de proporcionar amparo legal e social a essa classe de trabalhadores, segundo a Constituição de 1988, na Rua Grande (Centro comercial de São Luís – Maranhão) a maioria dos ambulantes não recebem qualquer apoio dos governos para terem seus direitos assegurados. Ao contrário, frente à necessidade de expansão do comércio formal, com vistas na arrecadação de impostos e geração de trabalho direto e indireto, essa atividade profissional livre é desvalorizada, vulnerável frente ao exercício da cidadania plena, discriminada na aplicação dos levantamentos estatísticos dos órgãos oficiais de produção de dados e conseqüentemente, marginalizada pelo Estado no momento da formulação de políticas públicas e de saúde do trabalhador (ARAÚJO; SANTOS, 2009).

A partir do crescimento desordenado das cidades, do aumento demográfico da população e do fracasso da escola pública na formação integral dos alunos, conforme preconizam os princípios da educação nacional, segundos os quais a escola deve preparar para o (1) exercício da cidadania, (2) ingresso nos estudos posteriores e (3) para o mundo do trabalho, temos visto demasiado contingente da população vivendo na informalidade pelas ruas das grandes e pequenas cidades do Brasil.

No estado do Maranhão podemos citar, como exemplo, para o crescimento do número de vendedores ambulantes, o alto índice de jovens de 15 a 17 anos que não frequentam o Ensino Médio, percentual que chega a 40% só em 2012, segundo dados da Secretaria Estadual de Educação. Esse contingente que chega à idade adulta à margem da escolarização, só tem como alternativa de renda a informalidade; são jovens que estão no auge da sua capacidade técnica e produtiva, mas por terem sido excluídos do processo educacional, necessário ao ingresso no trabalho formal, perdem espaço, são segregados do mercado e dão lugar a trabalhadores qualificados, muitas vezes vindos de outros estados.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o **Maranhão** é o estado com a maior taxa de informalidade do Brasil. Na Rua Grande, principal rua de comércio popular de **São Luís**, os trabalhadores informais disseram que o alto valor dos impostos e as complicações burocráticas são motivos que justificam a permanência na ilegalidade (G1 GLOBO, 2012, grifo nosso).

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - (PNAD/2001), realizada pelo IBGE, em âmbito nacional o contingente de ambulantes é composto de maioria negra, nordestina, e moradores do subúrbio e de áreas carentes, predominam os homens, mas o quantitativo feminino e infantil é muito grande, e o mais crítico em tudo isso, é que, segundo os dados, existem cerca de 2,2 milhões de crianças

brasileiras, com idade entre 5 e 14 anos trabalhando. Esses dados só revelam que com o passar do tempo, a vida dos ambulantes vem se repetindo, porém em escala maior e o que antes era um trabalho predominantemente de homens adultos, agora é de todos, homens, mulheres, crianças, jovens e idosos.

Isso demonstra que ao longo de décadas o poder estatal não mostrou ainda mecanismos de melhoria das condições da população, no que diz respeito à garantia do trabalho. O vendedor ambulante se constitui em uma categoria excluída dos direitos constitucionais e das leis que regulam o trabalho. É preciso maiores estudos voltados para esse tema. Aqui, nos dedicamos mais exatamente a compreender um pouco sobre os pregoeiros, primeiros ambulantes, o que resulta em uma visão atual sobre a vida desses profissionais. Ao estudar o tema, é indispensável pensar nas contribuições que esses trabalhadores trazem para a economia e desenvolvimento da sociedade, através da oferta de serviços e proporcionando renda para a população, cuja vida é marcada pela precariedade e sobrevivência de baixa qualidade.

A vendedora de pirulito

Pirulito! Olhe o pirulito! Quem vai querer?

Olha o pirulito! Enrolado no papel enfiado no palito (BOGÉA; VIEIRA, 1999).

E assim, vendedores desciam ladeiras e ruas de São Luís do Maranhão; ambulantes conhecidos como pregoeiros, gritavam e cantavam seus produtos. Entre eles, um doce muito consumido pelos moradores de São Luís e que teve seu auge entre os anos 70 e 90 do século passado. Era um produto comercializado em tabuleiros de furos, resultado de uma mistura simples de açúcar com água em uma panela em fogo brando; os pirulitos de tabuleiro faziam a alegria por onde passavam e atraía adultos e crianças por toda a cidade.

“Em uma taboa retangular, cheia de buraquinhos redondos e uniformes, eram colocados os pirulitos. Do centro da taboa partia um bastão roliço, medindo mais ou menos um metro e trinta centímetros, que era apoiado ao ombro do vendedor” (BOGÉA; VIEIRA, 1999).

Hoje, uma das figuras simbólicas nesse contexto de pregoeiros de São Luís chama-se Corina Serra da Silva Martins, de 91 anos, natural de Coroatá (MA), ou Dona

Corina¹⁹ (Figura 14) como é mais conhecida. Mulher de origem humilde que, através da venda de pirulitos de melado tira o sustento de sua família há mais de 40 anos. Considerada a mais antiga mulher pregoeira ainda em atividade na cidade de São Luís, sua história confunde-se com a história de muitas mulheres que cresceram numa sociedade patriarcal, submissa ao pai e ao marido. Casou-se jovem, teve uma vida financeira mediana durante o casamento, até que a perda do seu marido aos 57 anos a fez enveredar pelo mercado informal, onde se encontra até hoje, mantendo sua família.

Aos 16 anos que a jovem Corina aprendeu a fazer os pirulitos de melado na Escola do Padre Estrela, em Coroatá, onde também aprendeu a fazer bolos e doces. Na época, começou a fazer para vender sob encomenda, quando ainda era casada. Após ficar viúva e perder uma boa parte dos bens que havia conseguido através do trabalho do marido na estrada de ferro, passou a produzir os pirulitos e pagar para crianças venderem pelas ruas, quando ainda morava em Rosário (MA). Depois deixou o solo maranhense e foi morar por dois anos em Manaus. Não se adaptando, Dona Corina mudou-se para São Luís, onde passou a produzir e vender seus pirulitos de melado, de sabores variados.

Para Dona Corina (Figura 14), os pirulitos são mais rentáveis do que os outros doces, pois ela gasta menos tempo e menos material para produzi-los. O que começou como uma necessidade de sobrevivência se transformou também em distração e diversão. Foi através da venda dos pirulitos que Dona Corina conheceu São Luís de ponta a ponta, fez amizades e se transformou em uma figura lendária da história da cidade, o que lhe rendeu até uma rápida participação na novela “Da Cor do Pecado” da rede globo, filmada em São Luís (2004).

Figura 14 – Dona Corina, vendedora de pirulitos



Fonte: A autora (2020)

¹⁹ A entrevista realizada com Dona Corina ocorreu no dia 12 de agosto de 2019, tendo sido gravada e as informações contidas nesse item são informações por ela relatadas, resultado de histórias orais e de memórias.

Suas histórias confundem-se com as da cidade, seus passantes e turistas e formam o imaginário coletivo da capital maranhense. Sua rima: “Olha o pirulito, enrolado no papel e enfiado no palito. Quem come fica bonito”, não tem mais a mesma firmeza na voz que apresentava há décadas, quando começou a vender seu doce pelas ruas. Mas ainda traz consigo histórias vividas e percebidas pelas ruas de São Luís e coleciona casos acumulados nesses 40 anos de comércio informal.

Em suas memórias ela guarda o período da revitalização do Centro Histórico, e os tempos áureos do comércio por ali. Lembra de cada loja fechando, devido à escassez de freguesia que, buscava cada vez mais os centros comerciais mais modernos, abandonando os pequenos comércios da Praia Grande. Das casas de fumo à casa de ferragens, comércios de famílias tradicionais, que fechavam as portas para darem lugar a bares e restaurantes. Viu passar por seus olhos, vários governos, várias políticas de preservação da cultura, mas passou incógnita na maioria delas. Durante quatro décadas, Dona Corina marcou as ruas com passos firmes, transitando entre o passado e o presente da cidade de São Luís.

Personagem marcante da história da cidade, Dona Corina personifica a luta das mulheres ambulantes que fazem suas histórias nos subterrâneos dos grandes acontecimentos e que gravitam em torno das histórias oficiais. Mulheres que acabam sendo silenciadas; Dona Corina e tantas outras ainda sobrevivem e resistem à opressão e exclusão que acometem o gênero feminino cotidianamente. Sobre esse fato, Michelle Perrot nos fala:

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história (PERROT, 2006, p. 212).

Assim, entre caminhos traçados à margem dos acontecimentos oficiais, mulheres como Dona Corina, buscam independência e sobrevivência. Seus relatos, suas memórias permeadas de acontecimentos, fazem parte de um coletivo que acrescenta à história social e cultural da cidade, além de pertencer a sua história individual de conquistas. A memória testemunhal de Dona Corina, ganha cada vez mais importância, não pela vitimização, mas pela possibilidade de externar acontecimentos guardados e que se tornam relevantes na construção de uma memória coletiva.

O Sorveteiro (Sorvete de caixa)

“Sorveeeeteeee!! Côco e bacuriii!! Êette!!

Assim começa uma de minhas mais doces memórias de infância. Ouvir de longe o pregão do sorveteiro que anunciava a refrescante sobremesa exatamente as 14 horas da tarde (sim, o sorveteiro era pontual), nos enchia de alegria. Nascida em um bairro da periferia de São Luís, tive contato com os mais variados pregoeiros durante minha infância. Do carvoeiro ao verdureiro, peixeiro, amolador de tesouras ao piruliteiro, as memórias são vivas e variadas. Porém, as lembranças do sorveteiro são acompanhadas de som, sabor e muita diversão, pois as tardes, normalmente quentes, se transformavam ao som do meu pregão preferido e do sabor mais esperado.

O sorvete de coco deliciosamente arrumado na casquinha crocante, que chamávamos “casquinha de beiju”, feita originalmente de água, trigo e açúcar. Sua importância é abordada por Antônio Vieira (1999) quando diz que “ainda é comum a gente estar em casa, sofrendo os efeitos de um calor abafante e, de repente, ouvir, vindo da rua, o pregão do sorveteiro anunciando ou oferecendo sal mercadoria e dizendo de que é o sorvete”.

Uma das iguarias mais populares e ainda muito consumida na cidade, o sorvete de caixote se mantém artesanal, apesar de ter sofrido algumas adaptações no que diz respeito ao transporte e conservação do produto. A sorveteira (depósito usado para transportar o sorvete), era originalmente armazenada em “barricas improvisadas pelos antigos depósitos de vinho” (OLIVEIRA, 2015). Hoje esse sistema foi substituído pelas caixas de isopor ou carrinhos de mão que anunciam seu produto por um sino.

Figura 15 – O sorveteiro



Fonte: A autora (2020)

Pouco ainda se vê em São Luís o tradicional sorvete de como na sua barrica improvisada pelos antigos depósitos de vinho tinto. Eles tiveram rica permanência no meio da criançada e até mesmo os marmanjos se deliciavam com o sorvete que muitos diziam. ‘É misturado com tapioca, mas é saboroso’ (OLIVEIRA, 2015, s/n).

Vale registrar que a figura do sorveteiro e seu grito de pregão, é recorrente em outras cidades, o que os diferencia é apenas a forma de vender e os versos criados. No Rio de Janeiro, por exemplo o historiador Luís Edmundo comenta em sua obra *O Rio de Janeiro do Meu tempo*, a presença da figura do sorveteiro pelas ruas da cidade, destacando a performance do ambulante e seu inesquecível pregão.

Particularmente interessante e pitoresco é o preto vendedor de sorvete, com a lata de sua mercadoria envolta em panos, sempre muito brancos e muito asseados, apregoando em verso:

Sorvetinho, sorvetão
 Sorvetinho de tostão
 Quem não tem um tostãozinho
 Não toma sorvete não, não
 Sorvete, Iaiá!” (EDMUNDO, 2003, p. 34).

Sobre os “Sorvete, Iaiá”, Tinhorão também comenta em sua obra, *Os Sons que vem da rua*, sobre os famosos pregões que ecoava pelas ruas do Rio de Janeiro e que foi eternizado nas memórias dos passantes e moradores da cidade, durante várias gerações.

Na então corte do Rio de Janeiro, o mais antigo e persistente dos pregões terá sido, ao que tudo indica, o famoso grito “sorvete, iaiá”, com que negros e negras conclamavam as cariocas a experimentar a novidade surgida em 1834, após o desembarque de 160 toneladas de gelo trazidas dos Estados Unidos pelo navio Madagascar (TINHORÃO, 2005, p. 60).

Percebe-se, nesse contexto, a possível origem de tal produto e como a forma de vendê-lo se espalhou rapidamente pelas cidades de grande comércio, tornando-se um produto de grande preferência cujo pregão, em cada cidade, tornar-se-ia memorável.

Enquanto nos anos de origem do ofício os sorvetes eram feitos artesanalmente, hoje os sorveteiros - em sua maioria - adquirem o produto no atacado e o revendem, em especial na região central da cidade. No bairro Desterro, tradicionalíssimo em São Luís, mais especificamente na Travessa da Lapa (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 2018).

Em São Luís, com o crescimento da oferta e após o surgimento de fábricas modernas que ofereciam uma maior quantidade de sabores, a preocupação com a questão sanitária se intensificou. Nesse contexto, após uma reunião com o sindicato dos sorveteiros e a Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão na década de 1970, ficou estabelecido que todos os vendedores de sorte do Estado do Maranhão deveriam

apresentar identificação, haja vista as condições precárias que algumas fábricas de sorvete apresentavam na época. Sobre esse assunto, Oliveira (2015) esclarece.

A partir do dia primeiro de agosto, todos os vendedores de picolés e sorvetes de São Luís e também do interior do Estado terão que apresentar identificação, ou seja, andas nas ruas com o nome da fábrica escrito no carrinho do picolé e no bolso da farda. Terão que levar consigo, ainda, a carteira que indique a procedência do estabelecimento para o qual trabalha (OLIVEIRA, 2015, p. 41).

Segundo Oliveira (2015), a decisão foi adotada pelo fato de no Maranhão ser muito grande o número de fábricas de picolés, na época, que funcionavam sem as mínimas condições de higiene.

Atualmente, ainda se pode encontrar o sorveteiro pregoeiro, apesar do uso do pregão, não ser mais uma forma de venda em muitos casos. Porém, ainda é possível ouvir pelas ruas do centro histórico. Dentre os sorveteiros encontramos o lendário e performático Antonio José, o Bem ti vi. Homem simples, mas que detém em sua performance um poder de atrair e persuadir as pessoas que passam em frente ao seu “ponto” (Mercado da Tulhas, São Luís – Ma). Com batuques e músicas muitas vezes tiradas de improviso, o sorveteiro Bem ti vi (Figura 15), consegue divertir o cliente e atrair a atenção dos curiosos para o seu famoso produto, o sorvete de casquinha de beiju.

Vindo da baixada maranhense, Antonio José (Bem ti vi), buscou a capital para sustentar a família e encontrou na venda do sorvete uma forma de trabalho. Hoje, após 40 anos apregoando pelas ruas de São Luís, Bem ti vi se diz satisfeito com o trabalho que aprendeu a realizar e com o qual sustentou a família, ganhou amigos e admiradores devido a sua forma criativa de vender.

Muitos desses pregoeiros fizeram o mesmo caminho. Vieram das cidades pequenas do interior para “melhorarem a vida” na capital.

Quem é sorveteiro não o é somente por “amor à função e à profissão”. Muitos desses homens - de seu Batata, figura conhecida da Magalhães de Almeida e já falecido, a Haroldo - exercem a função na capital maranhense, sem descanso nem feriado. E são, em sua maioria, de cidades do interior do estado (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 2018).

Muitos fizeram história, não fizeram fortunas, mas hoje fazem parte da memória da cidade e ajudaram a eternizar um dos pregões mais lembrados e que ainda hoje, está ligado a um produto apreciado pelo sabor e preservado pela história que carrega.

Importante registrar que muitas das informações acima narradas sobre o sorveteiro são decorrentes da memória da autora, de suas vivências e da própria entrevista realizada com o pregoeiro do sorvete.

Vendedor de Ideal

“Olha o ideaaaallll!! AIIIII !!!

“O africano parece-me ser portador do cuscuz que ele tivera do árabe. Berbere setentrional, e era mil vezes milenar. No Brasil é que foi feito com milho e tendo leite de coco” (CASCUDO, 2012, p. 96).

Com sua origem ainda discutida, o cuscuz se firmou como uma iguaria típica da região Nordeste e que traz consigo traços da cultura africana.

Mesmo com o avanço das tecnologias na produção de alimentos e com a globalização que favoreceu a variação de produtos oferecidos, diversificando o comércio e a culinária em geral, São Luís ainda conserva em sua cultura a produção artesanal de alimentos que acompanharam gerações. Esse é o caso do cuscuz ideal. Comenta o jornalista e escritor, Ed Wilson em seu blog (<http://edwilsonaraujo.com/>): “Por todos os cantos da cidade os vendedores do Cuscuz Ideal anunciam a iguaria, na forma de pregão, formato de anúncio criado no gogó e adaptado pelos ambulantes ao longo de décadas” (ARAÚJO, 2018, s/p).

Um dos produtos da culinária maranhense que faz parte da memória afetiva de cada ludovicense e que até hoje mantém a sua essência, ainda que os pregoeiros do Ideal tenham reduzido em número. O pregão do Ideal, faz parte do acervo sonoro da cidade de São Luís e é uma das formas mais eficientes de vender o produto direto ao consumidor, usando as rimas e o cântico típico dos pregoeiros das gerações de outrora. Enfatiza o jornalista e escritor, Ed Wilson em seu blog (<http://edwilsonaraujo.com/>):

De longe se ouve o brado, ou melhor, o pregão, na voz que ecoa pelas avenidas entre os paredões de concreto ou nas ruas e becos da cidade, em diversos bairros de São Luís. Os pregoeiros do Cuscuz Ideal fazem parte da “paisagem sonora” de São Luís há mais de 40 anos, quando os vendedores popularizaram este produto típico da culinária nordestina, originário da base alimentar indígena (ARAÚJO, 2018, s/p).

Há décadas, somos acordados pelo pregão que lembra café da manhã ou lanche da tarde. Cuscuz Ideal, é armazenado em embalagens artesanais produzidas na própria fábrica. Feitas em alumínio, elas vieram substituir as antigas que eram feitas de madeira e muito pesadas para serem carregadas pelas ruas, na cabeça.

Embora não se veja mais na rua, consegue-se ouvir ao longe os gritos de alguns pregoeiros que ainda circulam pelos bairros da nossa querida São Luís:

- Paaaamonha, paaaamonha!
-Ideaaal! Ideaaal!
- Olha o Sorvete, olha o sorvete! O sorveteiro vai passando na rua, já temos a vasilha, quatro bolas por um real! (FRASÃO, 2010, s/p).

Produto que já é produzido há 50 anos, o ideal é feito a partir do milho ou do arroz que ficam de molho durante seis horas, depois são triturados, peneirados e salgados, elas são cozidas no vapor e depois passam pelo banho de leite de coco e recebem uma camada de coco ralado para finalizar.

Foi seu Antônio Silva, potiguar de nascença quem trouxe a receita para São Luís. Originalmente instalada no bairro do João Paulo, na capital maranhense, a fábrica de ideal chegou a produzir 8.000 cuscuzes em um tempo no qual as opções não eram diversas e o café da manhã girava em torno do pão quentinho, do beiju e do cuscuz. Hoje, mesmo com o acesso a tantas iguarias e opções de alimentos, o ideal segue firme na mesa do ludovicense, embalado pelo marketing mais antigo que se conhece, a venda de porta a porta.

Com sua sede no bairro de Anil, hoje são produzidos em média 2.000 cuscuzes, levados pelos vendedores pregoeiros que mantém essa tradição.

Um dos pregoeiros do ideal é o Fábio Silva do Rosário (Figura 16). Ele comenta que já vende o cuscuz há 15 anos e que o produto o ajudou a sustentar sua família em um momento difícil, quando descobriu ainda muito jovem que seria pai. Fábio acorda às 4 da manhã para buscar o cuscuz ideal na fábrica. Às seis da manhã, ele já percorreu boa parte do seu percurso com sua inseparável bicicleta e seu inconfundível pregão. Porém, antes de se tornar um pregoeiro do ideal, Fábio tentou o mercado formal, como ele bem relata: Eu já botei currículo em muitos lugares para trabalhar. Mas foi no ideal que eu consegui ajudar minha família e foi logo quando eu descobri que seria pai, bem novinho”.

Figura 16 – Fábio, vendedor de cuscuz ideal



Fonte: A autora (2020)

A realidade de trabalho dessas pessoas é de total dificuldade e todos que passam por bancas ou ambulantes andarilhos sabem disso, mas as autoridades fecham os olhos para o problema, a não ser quando há denúncia de venda de produtos de origem ilegal, o que é a boa parte das mercadorias, então, os fiscais fecham bancas e recolhem produtos, causando mais prejuízo ainda para vida dos vendedores. Esse é um problema governamental que tem de ser analisado pelos representantes do poder público responsável pela organização de políticas econômicas e de garantia dos direitos formais do trabalhador que lhes assegurem condições sociais de trabalho, renda, previdência e outras garantias asseguradas pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Como afirma Santos (2010 apud ALMEIDA; CARMO; SILVA, 2013, p. 7): “[...] as características da informalidade no Brasil estão interligadas a problemas sociais como desigualdade e pobreza, uma vez que as pessoas que compõem a informalidade, em geral, são aquelas que não tiveram oportunidade de inserção no mercado formal”.

Destaca-se, nesse contexto, as condições estruturais, uma vez que essas pessoas trabalham em logradouros públicos, praças, praias, terminais de ônibus e pontos turísticos. Carregam seus produtos nos ombros ou carrinhos improvisados; mesmo aqueles que vendem produtos oriundos de grandes empresas trabalham sem carteira assinada ou qualquer outra garantia trabalhista. Não tem horário de trabalho definido, indo para as ruas todos os dias, tanto dia quanto noite; não possuem equipamentos de proteção e estão expostos ao clima, temperatura, ruídos constantes; não possuem banheiros para uso comum, local adequado para refeições ou descanso e estão fadados a complicações de saúde, sem assistência, já que não têm nenhum amparo legal que lhes assegurem repouso ou tratamento (ARAÚJO; SANTOS, 2009).

Fábio ainda fala das dificuldades enfrentadas na tarefa de vender o ideal, no início. “No início eu tinha vergonha de gritar, de vender. Mas com o tempo eu fui aprendendo com os outros vendedores e hoje eu vendo bem”.

Hoje, Fábio superou a vergonha e conseguiu estabelecer uma meta de venda para que as contas no final do mês sejam pagas. O que antes parecia ser provisório, diante da atual situação do país foi se perpetuando e se tornando sua principal fonte de renda.

Em tempos de “uberização” da economia, na qual o ambulante é visto como “pequeno empreendedor”, não se pode fechar os olhos para a precarização desses tipos de atividade, bem como esquecer o quanto tais vendedores estão expostos aos perigos da vida cotidiana e desassistidos por políticas públicas que lhes ofereçam segurança e garanta uma aposentadoria tranquila.

4.1 O pregoeiro hoje

Hoje, apesar das condições econômicas terem se modificado com o passar dos tempos e das cidades contarem com opções variadas de comércio, que vão desde grandes lojas de supermercado, serviços *online* de entregas de produtos, grandes shoppings e uma vasta tecnologia a serviço do consumidor, ainda podemos observar pelas ruas, pregoeiros remanescentes dos tempos de serviços de porta em porta, no qual o pregão era a principal forma de divulgar os produtos oferecidos.

No atual contexto econômico, notamos que o comércio informal aumentou consideravelmente nos últimos anos conforme aponta uma pesquisa divulgada pelo IBGE (2019) que segundo o gerente da PNAD Contínua, Cimar Azeredo, o percentual de trabalhadores informais na população ocupada chegou a 41,3%, patamar recorde da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012, atingindo 38,683 milhões de brasileiros (G1 GLOBO, 2019).

No Brasil, pós reformas (trabalhista e previdenciária), esse número de trabalhadores informais pode ser maior ainda. Nesse contexto estão inseridos os motoristas de aplicativos, vendedores ambulantes e entregadores de *fast food* confirmando uma tendência da economia que é a chamada ‘Uberização²⁰’ do mercado de trabalho.

Observa-se que a mídia, em geral, tem tentado amenizar o caos da falta de trabalho formal e o aumento da informalidade “romantizando” as atividades desenvolvidas chamando esse momento de empreendedorismo. Atribuir a atual situação de escassez de vagas a uma atitude empreendedora por parte do trabalhador é no mínimo subestimar a inteligência de quem precisa de uma colocação no mercado com garantias legais. Sabe-se que empreender e se reinventar para sobreviver no mercado informal, não é uma escolha e sim uma necessidade. Empreender é opção e não um recurso para falta de oportunidades.

De acordo com a mesma pesquisa, o número de trabalhadores de rua aumentou consideravelmente de 1,8 milhões em 2016, para 2,3 milhões em 2018. Desse total, 957 mil estão na região Nordeste. São figuras que ainda sobrevivem, sem romantismos, do ato de vender, apelando para o poder da persuasão através do pregão, de uma performance convincente e de um produto de poder de consumo, alguns deles ainda atrelados à memória dos habitantes da cidade.

²⁰ O termo “uberização” vem do Uber, o polêmico aplicativo que está provocando alvoroço na indústria de táxi. A plataforma não representa uma revolução apenas no seu mercado de atuação, mas em todo o modo de fazer negócios (<https://canaltech.com.br/negocios/uberizacao-e-o-presente-e-o-futuro-dos-negocios-51625/>).

CAPÍTULO V - O DOCUMENTÁRIO: ‘quem vai querê?’ histórias e memórias dos pregoeiros de São Luís

A linguagem audiovisual é uma forma de pensar através das imagens a partir da junção da linguagem verbal, linguagem visual e da linguagem sonora. Após a invenção da fotografia em 1830 (final da década), fotógrafos e cientistas renomados, buscavam uma forma de registrar a imagem em movimento. Surgiram nesse contexto, vários equipamentos que criavam a ilusão do movimento em desenhos animados.

Porém, foi em dezembro de 1895 que o mundo conheceu uma nova forma de linguagem e comunicação, quando dois irmãos franceses, irmãos Lumière, apresentaram seu cinematógrafo a um seleto número de convidados no Grand Café no Boulevard des Capucines em Paris, surge então o cinema (FERRARESI, 2007).

O cinema, mudou então a maneira de contar histórias e contar fatos a partir de uma sequência de imagens realizadas de vários ângulos e câmeras e que podem ser montadas seguindo um roteiro para construir uma narrativa.

Usando cenas do cotidiano, os irmãos Auguste e Louis tentavam reproduzir uma realidade através de pequenos filmes, mal sabiam que inauguravam naquele momento, uma nova forma de fazer arte. Das cenas exibidas, a mais famosa delas é a que apresenta a chegada de um trem a estação Ciotat (Figura 17), essa produção marcou o início de uma nova era da produção artística, o cinema e se eterniza como o primeiro filme documentário (SOUZA; OLIVEIRA, 2014).

Figura 17 – Chegada do trem a estação



Fonte: Google imagens (disponível em: <https://falauniversidades.com.br/o-primeiro-filme-da-historia-do-cinema-esta-disponivel-em-4k/>)

Nesse contexto, tanto o cinema quanto as linguagens visuais que se desenvolveram a partir da imagem em movimento, fazem parte de um conjunto de possibilidades a serem trabalhadas na educação como parceiros para uma boa aprendizagem.

Partindo desse pressuposto, Bittencourt (2004) comenta que adotar o cinema como recurso didático no processo de ensino/aprendizagem da História exige do professor muita atenção no que quer repassar aos alunos, haja vista que o filme não se refere à reconstituição do passado ou mesmo a ressurreição da realidade, mas se trata de uma representação da mesma, na qual o autor que produz um determinado filme faz um recorte da realidade de acordo com suas cosmovisões de um determinado momento e processo histórico.

Nesse mesmo viés, Prestes (2004, p. 37) assegura que “as imagens que o cinema produz, portanto, podem ser utilizadas como recursos a um dado estudo sobre questões históricas, desde que possa fomentar discussões, a partir do ponto de vista histórico e social”.

As novas tecnologias atreladas ao esforço do professor em contextualizar o conteúdo abordado, tem se revelado importantes ferramentas nesse processo de ensino aprendizagem. Porém, tal tecnologia não foi de fácil aceitação, pois alguns educadores consideravam os recursos audiovisuais como empecilho para a aprendizagem por fazer o aluno abstrair e por vezes fugir do que realmente importava, dentro do conteúdo, conforme afirma Bittencourt (2004, p. 373):

O desprezo de muitos historiadores para com o cinema fez que este, conseqüentemente, não fosse tópico tratado nos cursos de graduação e de formação docente e favoreceu, nas aulas de História, uma prática de utilização desse recurso desvinculada de fundamentos metodológicos.

A resistência ao uso das linguagens visuais em sala de aula, bem como das demais tecnologias, refletia o medo do seu uso indiscriminado e descontextualizado dos assuntos tratados e sala com intuito apenas de distrair o aluno, sem a preocupação com a formação e um senso crítico ou sem a criação de um ambiente de debate sobre o tema abordado.

Segundo Libâneo (1998, p. 39-40):

As mudanças tecnológicas terão um impacto cada vez maior na educação escolar e na vida cotidiana. Os professores não podem mais ignorar a televisão, o vídeo, o cinema, o computador, o telefone, o fax, que são veículos de informação, de comunicação, de aprendizagem, de lazer, porque há tempos o professor e o livro didático deixaram de ser as únicas fontes de conhecimento. Ou seja, professores, alunos, pais, todos precisamos aprender a ler sons, imagens, movimentos e a lidar com eles.

Porém, percebe-se que esse cenário tem se alterado graças à popularização das tecnologias na educação e do surgimento de temas variados dentro do contexto audiovisual, o que ampliou o leque de possibilidades de seu uso nas aulas de história e demais disciplinas. Busca-se, nesse bojo, focar nas abordagens reais nas quais o aluno se identifica também como personagem da vida cotidiana. Tais aspectos estão presentes no gênero documentário.

Cabe ressaltar que uma produção audiovisual está além do uso indiscriminado da imagem. O gênero documentário, por exemplo, tem em sua origem, uma semelhança com o jornalismo e visa focar em fatos reais, ainda que essa função hoje em dia seja contestada por alguns pesquisadores do gênero. Entende-se que o documentário tem como função a apresentação da vida real através da tela do cinema. Esse gênero utiliza-se de fotos históricas, fatos, entrevistas e demais arquivos para ser construído dentro de uma narrativa previamente desenhada em um roteiro que visa abordar a realidade dos fatos. Conforme aborda Fernão Pessoa Ramos (2008, p. 22):

[...] podemos afirmar que o documentário é uma narrativa basicamente composta por imagens-câmera, acompanhadas muitas vezes de imagens de animação, carregadas de ruídos, música e fala (mas, no início de sua história, mudas), para as quais olhamos (nós, espectadores) em busca de asserções sobre o mundo que nos é exterior, seja esse mundo coisa ou pessoa. Em poucas palavras, documentário é uma narrativa com imagens-câmera que estabelece asserções sobre o mundo, na medida em que haja um espectador que receba essa narrativa como asserção sobre o mundo. A natureza das imagens-câmera e, principalmente, a dimensão da tomada através da qual as imagens são constituídas determinam a singularidade da narrativa documentária em meio a outros enunciados assertivos, escritos ou falados.

A importância do documentário como ferramenta em sala de aula também se evidencia a medida em que o aluno percebe as fases pelas quais passa um documentário em sua construção e não apenas seu caráter ilustrativo, passando a entender que para se transformar em história narrada, tal gênero passa por várias etapas, até a finalização.

Os recursos audiovisuais, utilizados como metodologia complementar, são ferramentas que facilitam o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, é importante discutir a apropriação desses recursos no âmbito escolar. Nessa perspectiva, veja o que afirma Pacheco (1991):

Imersos em um universo audiovisual cada vez mais complexo, os jovens devem assimilar e reacomodar seus códigos de comunicação para captar o ritmo e as suas mudanças que a realidade lhes impõe. Expostos diariamente às audiovisuais, como novas formas de expressão estes continuam recebendo, em contrapartida, uma educação verbalista e reprodutora que desconhece, ou não se aproveita das novas linguagens de uma 'escola paralela' representada pela tão amada tevê (PACHECO, 1991, p. 09).

O uso de recursos audiovisuais é um método pedagógico onde o professor poderá fazer com que suas aulas passem a ser mais dinâmicas. Mas vale ressaltar que esse tipo de recurso não deve ser utilizado como forma de substituir o livro didático e outros recursos pedagógicos; pelo contrário, deverá apenas complementar o conteúdo para que os alunos tenham um melhor aprendizado do mesmo.

É importante também, apresentar ao aluno, de quem é o lugar de fala, como se construiu a visão abordada no gênero visual e quais seriam as outras possibilidades de abordagens dentro desse mesmo meio. Conforme aborda Michel de Certeau

[...] um curso ideológico se ajusta a uma ordem social, da mesma forma como cada enunciado individual se produz em função das silenciosas organizações do corpo. Que o discurso como tal, obedeça às regras próprias, isto não o impede de articular-se com aquilo que não diz [...] o discurso 'científico' que não fala de sua relação com o corpo social é, precisamente, o objeto da história (CERTEAU, 2007, p. 66).

Oferecer ao aluno fatos que favoreçam o florescer de uma crítica consciente e que o instigue a analisar seu meio também como ator do seu cotidiano, é um dos objetivos do ensino de História. E o uso das novas tecnologias devem ser mais uma ferramenta a serviço desse processo.

O gênero documentário aborda um contexto de realidade, os fatos não são ficcionais e sua função é de narrar (geralmente em primeira pessoa ou terceira pessoa do singular):

A voz do documentário pode defender uma causa, apresentar um argumento, bem como transmitir um ponto de vista. Os documentários procuram nos persuadir ou convencer, pela força do seu argumento, ou ponto de vista, e pelo atrativo, ou poder, de sua voz. A voz do documentário é a maneira especial de expressar um argumento ou uma perspectiva (NICHOLS, 2005, p. 73).

Torna-se com isso importante compreender que o documentário se refere a um gênero cinematográfico que visa expressar o real e como assegura Gauthier (2011), o documentário é considerado como cinema do real, possui história própria, com ênfases e ocasiões de seu setor. O autor considera como características do documentário: busca pela verdade, a ausência de atores profissionais, a reflexão sobre problemas do presente e a ausência de um roteiro pré-determinado. Para ele, nesse movimento envolve-se três procedimentos técnicos importantes: a provocação, a reconstituição e, após as filmagens, a montagem.

O cinema documentário seguindo à ficção é permeada de cultura científica caracterizada pelo positivismo durante a segunda metade do século XIX bem como pelos progressos da fotografia e pelos debates que suscitou (GAUTHIER, 2011).

Entende-se por documentário:

Documentário é uma representação narrativa que estabelece asserções com imagens e sons, ou com o auxílio de imagens e sons, utilizando-se de formas habituais da linguagem falada ou escrita (a fala da locução, ou a fala dos homens e mulheres no mundo, ou ainda entrevistas e depoimentos), ruídos ou música. As imagens predominantes na narrativa documentária possuem a mediação da câmera, fazendo assim que as asserções faladas sejam flexionadas pelo peso do mundo. Essa é a graça e o âmago da fruição espetacular do documentário que compõem o núcleo motriz de sua tradição longeva: asserções que trazem ao fundo a intensidade do mundo, de modo dramático, trágico, cômico, poético, íntimo etc (RAMOS, 2008, p. 81).

Há uma distinção entre “documentário no presente” e “documentário de memória”. Para Gauthier (2011), no primeiro, o cineasta tenta apreender o vivido, aproximar-se da “vida como ela é”, o filme tem forte apelo ao presente, enquanto no segundo é o que o senso comum denomina de “documentário histórico”, podendo ser também visto como “documentário de arquivo”, “filme testemunho” etc. No “documentário de memória”, o cineasta tem interesse por compreender o passado, o seu gesto visa uma atualização da memória seja por meio de testemunhos, arquivos e vestígios. Com isso, é inegável que o trabalho do documentarista se dá no presente, quando se interessa pelo passado o explora com os indícios no presente (GAUTHIER, 2011). Logo, o “documentário de memória” também exige uma ética da escritura fílmica.

Teixeira (2012) assegura que o documentário, nas últimas décadas, conquistou certa autonomia do domínio cinematográfico por excelência que seria o cinema ficcional, herdeiro de toda uma tradição narrativa que, para ele, afunda suas raízes na literatura:

Era sinônimo ora de filme curto, chato, de propaganda institucional, festas e comemorações dignificantes, um pouco próximo do espírito das reportagens ou atualidades, ora com uma função pedagógica, educativa, de politização das massas alienadas, à maneira da oficialização que adquiriu a partir do documentarismo inglês no entre-guerras. O grande público tinha pouco conhecimento de sua história, das várias metamorfoses por que passou, identificando-o, ainda, com a noção de documento, reprodução ou registro da realidade, muito pouco a par, portanto, de sua consistência artística e de domínio particular do cinema desde o período clássico (TEIXEIRA, 2012, p. 15).

Através dessa linguagem, temos a oportunidade de fornecer argumentos que colaborem com o aprendizado do aluno e complete seu conhecimento, desde que tal ferramenta seja usada como apoio e não somente como forma de distração. Valendo-nos da facilidade que o aluno tem em assimilar e entender através da audição e visão. Porém, uma imagem jamais será a expressão da realidade e sim produto de um olhar ou uma construção de um contexto que pode e deve ter várias óticas. Seu uso exige um planejamento didático em consonância com a idade e o conteúdo abordado, haja vista que

algumas produções cinematográficas possuem linguagens diversificadas e que podem ficar distantes do entendimento do alunado.

Convém ressaltar que é necessária uma prévia preparação do alunado para a obra que seja exibida, aguçando-se assim, a leitura crítica do aluno a partir de uma prévia conversa com a turma sobre o assunto a ser tratado e como as imagens devem ser assimiladas.

Com o objetivo de ser um “cinema-verdade”, o documentário surge no início do século XX como uma expressão da realidade na qual não cabia roteiros ficcionais ou histórias criadas para impressionar. Um documentário é fundamental na produção de sentidos pelos alunos, haja vista que a maioria se identifica com os fatos ali expostos.

Um documentário dá ênfase a uma visão de mundo, inspirada na realidade abordando questões que tenham apelo social ou que suscite debate. Robert Flaherty figura entre os pioneiros desse gênero cinematográfico com a sua obra *O esquimó* no início do século XX, mesmo que a referida obra não contemple as características que hoje conhecemos como próprias de um documentário, no qual também se incluem as fases de pesquisa e investigação. Porém, a partir do que é registrado em imagem, é que se constroem as narrativas. Muitas vezes, o imprevisível se torna o elemento principal nesse gênero, pois o bom registro de imagens dependerá das oportunidades que vão surgindo à medida que as filmagens vão acontecendo.

Há, no entanto, elementos que diferem algumas formas de abordagens em documentários. Há os registros puros, que preservam a essência do que foi captado. E há os documentários ficcionais que são pautados em uma realidade, porém com enfoque mais comercial e com um olhar mais subjetivo.

O vídeo documentário, assim como os demais recursos, tem a intenção de favorecer a ação da aprendizagem, como uma forma de inovação da prática pedagógica, de maneira a despertar mais interesse nos alunos, ampliando suas visões de mundo e enriquecendo muito a prática diária dos educadores. As imagens cinematográficas trazem consigo uma forte impressão da realidade, além de agradarem os alunos pelo seu caráter de entretenimento. Na visão de Nascimento (2008, p. 2) tem-se que:

O uso de uma personagem da história ou de um tema ligado a ela não quer dizer que aquelas imagens sejam um retrato fiel da verdade. Logo, o uso do cinema só é válido quando inteirado com a leitura e contextualizado com a sociedade atual e o conhecimento da historiografia corrente, propiciando o entendimento das entrelinhas, ou seja, decifrando o que está implícito no filme.

Pode-se usar o filme para iniciar um assunto, finalizar temas, levantar questões e como mesa de debates, permitindo assim que o aluno exprima sua opinião, desenvolva sua capacidade crítica e o respeito pelas diferentes opiniões. Os filmes podem ser utilizados, não como uma ilustração do que é dito pelo professor, mas como um instrumento que propicia a aprendizagem, fazendo-se valer de recursos que prendam a atenção do educando, instigam a curiosidade e levam à reflexão.

Percebe-se que os alunos após assistirem ao filme, se sentem mais “confortáveis” (seguros), motivados para participarem das discussões, despertam o interesse em fazer leituras complementares, pois a aula em que se usa o vídeo se torna mais rica, envolvente e desafiadora. As imagens propiciam muito mais dinamismo e produtividade e permitem que eles relacionem vivências do dia a dia com o estudo apresentado, além de promover a imaginação e a criatividade.

Convém ressaltar que os recursos audiovisuais só obtêm êxito se trabalhados corretamente em sala de aula. Há possibilidade de “trazer” para o mundo próximo do aluno alguns fatos, fenômenos e acontecimentos que ocorrem em mundos distantes, no sentido de sua vivência, pois consiste numa vertente que aproxima a cultura e o aprendizado. Sua contribuição no ensino da história, associa-se a visualização histórico-temporal dos lugares, das paisagens, da política, da economia, da sociedade, da cultura ou do meio ambiente, impossíveis de serem conhecidos devido à distância, do reconhecimento de vivências e do modo de vida de determinados povos etc.

Acredita que a utilização do cinema na sala de aula possibilita inovação na prática de ensino e aprendizagem, tornando, muitas vezes, explicações mais atraentes para os alunos. Se fazendo desse filão, a História, através de seu ensino, também deve fazer uso dessas possibilidades.

Para Macedo (2003, p. 119-120), o uso dos filmes no ensino/aprendizagem da História pode contribuir, pois:

A eficácia da linguagem cinematográfica parece ser maior quando se trata do emprego de filmes com o fim de sugerir, ao estudante, a possibilidade de pensar em diferentes temporalidades. O filme deixa de ter o papel de fixar determinada imagem de uma época, mas passa a apontar as mudanças ou permanências, continuidades ou rupturas. Nesse caso, parece-nos positiva a projeção de filmes cuja trama sugere o confronto entre o passado e o presente [...].

O uso do cinema na educação vem sendo discutido há muito tempo por alguns teóricos, mas pensar numa proposta para a construção do ensino de História não é algo tão novo. Configura-se como uma estratégia de ensino adequada às características dos

estudantes. A diversidade das produções cinematográficas gera para o ambiente escolar uma ampla gama de possibilidades, principalmente no que toca aos conteúdos históricos.

Entretanto, não significa que iremos passar a utilizar os filmes de forma aleatória nas aulas de História, pois é necessário todo um processo de análise pedagógica da realidade do aluno para que se façam as melhores seleções, além de um planejamento prévio de como serão abordados os conteúdos conceituais, comportamentais, procedimentais e atitudinais.

Os filmes, em sua grande maioria, retratam a sociedade em que se vive reproduzindo seus valores e suas culturas. Permitem uma análise crítica do comportamento humano e apresentam diferentes formas de apropriação dos mais variados marcos históricos.

5.1 Do projeto para a execução do documentário

Proposta do Documentário

O documentário aborda a questão do cotidiano dos atuais pregoeiros através de um viés incomum e pouco provável: o universo de pessoas no comércio de rua e seus pregoes para a venda dos produtos.

As filmagens foram realizadas pela autora da presente dissertação que dedicou tempo para fazer e participar do processo das gravações diretamente com os pregoeiros, obteve a parceria junto da UEMANET, que não mediu esforços para editar as filmagens da autora que será o produto final, foco dessa pesquisa de dissertação, que será o vídeo documentário que contará com as entrevistas, fotos e as filmagens da vida dos pregoeiros, na prática, na sua rotina diária.

O registro tem como objetivo, reconstruir caminhos e registrar memórias para que sejam eternizadas dando voz a fatos acontecidos à margem dos acontecimentos oficiais e que foram cometidos ou percebidos por pessoas de faces incógnitas e cujas memórias são geralmente silenciadas. Memórias essas permeadas de fatos muitas vezes negligenciados pela sociedade e que compõem um segmento marginalizado e excluído. Muitas dessas memórias são testemunhas de fatos acontecidos nas cidades e que contribuem para a reconstrução de histórias e eventos de interesse coletivo ajudando a revelar as bases que ajudaram na formação desses povos e ou lugares. Cada memória está cheia de ressignificações, lembranças e silêncios.

[...] na verdade o passado se conserva por si mesmo, automaticamente. Inteiro, sem dúvida, ele nos segue a todo instante: o que sentimos, pensamos, quisemos desde nossa primeira infância está aí, debruçado sobre o presente que a ele irá se juntar, forçando a porta da consciência que gostaria de deixá-lo de fora (BERGSON, 2006, p. 47).

Nesse sentido, passado e presente se completam e fazem parte de uma ou mais histórias. As cenas se alternam com depoimentos e imagens de rua por onde os pregoeiros passam desenvolvendo seu trabalho principal e vendem seus produtos a partir dos pregões criativos que são o chamariz para suas vendas.

O fazer do pregoeiro traz consigo uma carga de história do comércio de rua que durante muito tempo, antes do advento dos grandes comércios e shoppings, abasteceram as cidades com produtos e serviços. Abordar tal importância é destacar histórias e costumes de uma cidade que se desenvolveu tendo os pregoeiros como testemunhas. Desse modo, através da documentação audiovisual, pretende-se lançar um olhar renovado sobre o tema indicando as evoluções do comércio e o desaparecimento dessas figuras da cultura local, causas e consequências.

Os personagens abordados na obra são: Pregoeiros de rua (Sorveteiro – “Bem ti vi” – Figura 18), Dona Corina (Pirulito- Figura 19) e Seu Fábio Silva (cuscut ideal - Figura 20). Alguns clientes e transeuntes. As pesquisas foram realizadas em Jornais da cidade (O Estado do Maranhão, O Imparcial); documentos do arquivo público da cidade; livro - Pregões de São Luís (Lopes Bogéa). Informalidade, precarização do trabalho e segregação: realidade dos vendedores ambulantes (ARAÚJO; SANTOS); os sons vêm da rua (TINHORÃO, José Ramos).

Figura 18 - Sorveteiro – “Bem ti vi”



Fonte: A autora (2020)

A Figura 18 corresponde a foto de Antonio José, mais conhecido como “Bem te vi”, em frente ao mercado Casa das Tulhas (São Luís - Ma) onde se estabeleceu há décadas para vender o sorvete de caixa usando os pregões como atração em sua performance.

Figura 19 – Dona Corina (pirulito)



Fonte: A autora (2020)

A Figura 19 é de Dona Corina (vendedora de pirulitos) e sua Filha Nena. Apesar de já ter perdido parte de sua memória, Dona Corina ainda faz questão de vender seus pirulitos da feirinha da cidade. Nena, sua filha tenta manter a tradição iniciada por sua mãe, produzindo os pirulitos e preservando parte das memórias de sua mãe.

Figura 20 - Seu Fábio Silva (cuscuz ideal)



Fonte: A autora (2020)

A Figura 20 mostra Fábio Silva que se dedica a vender o Ideal através do grito de um dos pregões que ainda resiste ao tempo. Cuscuz Ideal faz parte da história dos maranhenses e o seu pregão é reconhecido de longe. Fábio atua como ambulante há 15 anos.

Procedimento Geral: A proposta era estar com uma equipe nas ruas por onde passam os pregoeiros e realizar gravações durante a semana, assim como gravações do dia dos personagens pré-selecionados em situações cotidianas e que, de alguma forma, nos remetam à questão central do documentário, a performance os pregoeiros, assim como situações periféricas, cômicas e espontâneas do dia a dia. Pensamos em uma imersão quase total no cotidiano daquele ambiente (**Figura 21 e Figura 22**).

Figura 21 – Gravações com Dona Corina



Fonte: A autora (2020)

As Figuras acima se referem ao início das gravações, domingo dia 13 de Outubro de 2019. Nena, filha de Dona Corina prepara-se para fazer os pirulitos para serem vendidos na feirinha da cidade.

Após fazer a mistura de melado com as frutas preferidas dos fregueses, a calda é despejada nos canudos de papel manteiga onde vai esfria e tomar a forma do prestigiado pirulito.

Um tabuleiro tem a capacidade para 180 pirulitos e é feito em madeira de lei e revestido por papel alumínio. O tabuleiro cheio pesa em média cinco quilos.

Figura 22 – Produção do pirulito e venda na praça



Fonte: A autora (2020)

A Figura 22 ilustra Dona Corina e sua neta se preparando para iniciarem as vendas na feirinha da cidade. Devido à idade avançada e a sua limitação física, ela sai apenas no domingo e sempre acompanhada pelos netos.

Entrevistas individuais: entrevistou-se pregoeiros individualmente, cada um falou de sua vida cotidiana. Comentou as dificuldades de viver do comércio informal e também suas conquistas enquanto pregoeiros, bem como situações do dia a dia.

Para dar ênfase à importância da figura do pregoeiro no contexto econômico e histórico da cidade, contamos com a participação da historiadora e pesquisadora da UEMA, Dr^a Elizabeth Abrantes²¹ (Figura 23). E o também historiador, escritor e professor Antônio Guimarães de Oliveira²² (Figura 24) que fizeram uma breve análise da atual situação econômica dos pregoeiros e de sua evolução histórica.

Figura 23 – Historiadora Elizabeth Abrantes



Fonte: A autora (2020)

A Figura 23 é da Elizabeth Sousa Abrantes, doutora em História Social que faz um panorama das origens dos pregoeiros e especificamente das pregoeiras, que possivelmente herdaram a forma de vender seus produtos das negras quitandeiras ou ganhadeiras. Sua abordagem passa pela importância da mulher no mercado de trabalho informal, enfatizando as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras através da história.

²¹ A entrevista realizada com a Professora Doutora Elizabeth Sousa Abrantes ocorreu no dia 09 de setembro de 2019.

²² A entrevista realizada com o historiador, escritor e professor Antônio Guimarães de Oliveira foi no dia 08 de outubro de 2019.

Figura 24 - Professor Historiador Antônio Guimarães de Oliveira



Fonte: A autora (2020)

A Figura 24 ilustra o escritor e historiador Antônio Guimarães de Oliveira, aborda as especificidades da profissão dos pregoeiros em São Luís, com destaque para os pregões que fizeram parte da história da cidade e para a melodia astuciosa das rimas empregadas através dos tempos. Destaca também as origens nos negros de ganho e a evolução do comércio ambulante, bem como a linguagem usada através dos tempos.

Filmagem das vendas (performance). Gravação da performance dos pregoeiros usou uma alternância de imagens e situações para marcar a atuação dos pregoeiros desempenhando suas funções (**Figura 25, Figura 26, Figura 27**). Com o mínimo de interferência da equipe buscando capturar tanto os conflitos, relacionamento com o público e a aceitação da mercadoria. Com especial atenção para aqueles que revelem e explicitem as relações sociais que esse tipo e comércio enfatiza.

Frisa-se, nesse contexto, que a partir da produção do documentário ‘quem vai querê?’ foi possível registrar o cotidiano do pregoeiro, sua performance, construção cênica, linguagem utilizada, história de vida, de modo que o produto poderá ser usado como recurso didático-metodológico em sala de aula, tendo em vista que apresenta uma natureza interdisciplinar, adequado e adaptado a qualquer componente curricular, desde que seja traçado, para tanto, um planejamento para seu uso a fim de alcançar os objetivos previamente estabelecidos, sugerindo aqui a possibilidade de uso em 4 (quatro)

disciplinas: História, estabelecendo a correlação com memórias, identidade, história local, história oral; Geografia, com a noção de espaço, território, lugar, atividades econômicas (setores da economia), urbanização/espaço urbano, regionalismo; Arte, a partir da qual é abordada a linguagem corporal, performance, construção cênica, imitação de voz, folclore, cultura, dentre outros.

No tocante à língua Portuguesa, esta acaba por perpassar as outras áreas de conhecimento citadas, em uma perspectiva interdisciplinar. Mesmo o evocar de memórias, tradições orais e a própria performance merecem ser trabalhadas, em diálogo com a língua, em suas diferentes nuances.

Ressalta-se que esses exemplos são meramente sugestivos, tendo em vista que o universo do documentário, em termos de conhecimento, pode ser largamente explorado, a depender da criatividade e da proposta de trabalho que se pretenda adotar.

Figura 25 – Venda do sorvete



Fonte: A autora (2020)

A Figura 25 é do Sorveteiro “Bem te vi” em sua performance na frente da Casa das Tulhas (São Luís - MA) ou Feira da Praia Grande (século XIX).

Figura 26 – Venda do Pirulito



Fonte: A autora (2020)

A Figura 26 é da Dona Corina acompanhada por seus netos, vendendo seus famosos pirulitos na feirinha de São Luís – MA, localizada na Praça Benedito Leite.

Figura 27 – Venda do cuscuz ideal



Fonte: A autora (2020)

A Figura 27 é do Fábio Silva, pregoeiro do Ideal, vendendo o cuscuz, o mais famoso de São Luís.

Tratamento

O documentário apresenta cenas reais, alternadas com fotografias tendo como base a fala dos entrevistados, narrando um pouco da história do surgimento dos pregoeiros e das dificuldades encontradas hoje para manter a tradição dos pregões e sustentar suas famílias que vivem dessa prática antiga de vendas.

Abertura

Com a imagem principal da obra “Pregoeiros” do artista João Carlos Cantanhede, o documentário inicia-se mergulhando no universo do comércio informal, com imagens do centro comercial em dia de bastante movimento do comércio. Destaque para os detalhes dos produtos, o som das pessoas passando e perguntando sobre os produtos alternado com instantes de solidão do pregoeiro observando as pessoas que passam. Percebe-se, nesse contexto, todo esforço para vender ao gritar seus “pregões” de ofertas de produtos. Houve alternância do som real com fundo musical.

A mensagem

Os depoimentos emocionados dos personagens desse documentário, são registros para posteridade da luta diária e muitas vezes invisível desses sujeitos na formação da nossa cidade. As imagens, que por si, já são carregadas de informações, testemunham o cotidiano de resistências e sobrevivência desses agentes na lida diária do mercado informal.

Para alguns, sobreviver do comércio e do pregão, é uma vitória. Para outros, um contentamento diante da dificuldade e falta de oportunidades. O que fica de lição é a necessidade de mais políticas públicas que os ampare e os reconheça como elementos importantes para a economia, cultura e história de nossa cidade. É preciso que esse legado dos pregoeiros faça parte da história oficial e seja reconhecido nos livros e bancos de escola. Só assim, a face marginalizada desses profissionais, poderá enfim ser conhecida e devidamente valorizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho buscamos entender a construção cênica dos pregoeiros de São Luís e sua importância histórico cultural, a partir da performance desenvolvida por eles e da linguagem usada nas ruas. Os pregoeiros são personas importantes na memória de São Luís por carregarem consigo, boa parte da história e memória do comércio local. Com rimas e linguagem própria, eles transitam entre o passado e o presente, transformando-se de acordo com a evolução do comércio, competindo com as novas tecnologias que chegaram para facilitar a vida cotidiana, mas que acabaram calando a voz da maioria dos tradicionais pregoeiros da cidade. Os shoppings reuniram em um só lugar, as mais variadas opções de compras de produtos. A internet trouxe a possibilidade de escolhas a partir de casa. Tal evolução tirou das ruas o amigo que, com um produto fresco em seu balaio, batia de porta em porta entoando versos para chamar a atenção do cliente para as novidades.

Inseridos em um contexto de exclusão, os pregoeiros e suas memórias fazem parte da história local de São Luís, negligenciada pelos livros de história e que precisam encontrar seu lugar nos registros do tempo, bem como os escravos de ganho, que podem ter inspirado a origem dos pregoeiros de rua. Tal possibilidade trouxemos à discussão nesse trabalho.

Como parte importante do desenvolvimento do comércio de São Luís, os pregoeiros diferenciavam-se e seguem diferenciando-se dos demais vendedores ambulantes devido ao uso do seu pregão que agrega valor ao produto oferecido. Tal ação, está ausente dos planos de aula de História e demais áreas do conhecimento, agravando o estado de invisibilidade de tal profissional. O pregão, é um ato de venda com frequência abordado em poemas, músicas e até mesmo na literatura brasileira. Porém, a figura do pregoeiro e seu modo de vender e usar o pregão quase sumiu das ruas da nossa cidade, juntamente com alguns produtos como: rolete de cana, banho de cheiro, carvão, cocada, derresó. Ainda assim, alguns pregoeiros tiveram que adaptar-se ao mercado e buscar outros produtos para venda, usando a estratégia do pregão. Hoje, ainda há notícias de alguns pregoeiros que persistem pelas ruas nas quais se tornam conhecidos pelo grito de apelo para a venda. Produtos como sorvete, cuscuz e o pirulito de tabuleiro resistiram ao tempo, interagindo com o público e apelando para a forma performática de vender e persuadir.

Por toda a cidade, há muitos vendedores ambulantes, fruto de uma alarmante desigualdade social que se agravou no último ano, porém, poucos fazem uso do pregão e podem ser reconhecidos como pregoeiros. Os remanescentes desse ofício podem ser contados nos dedos e trazem a marca da exclusão. Geralmente são negros, desempregados e sem amparo de ações do governo e tem como características a baixa escolaridade e falta de qualificação profissional. Porém, alguns dos ambulantes consultados estão satisfeitos com o resultado do seu trabalho e até sentem falta quando não podem sair às ruas para ter o contato com o cliente. Ainda assim, não sonham com o mesmo ofício para seus filhos e netos por acharem cansativo e discriminatório e pouco remuneratório. Apesar de saberem dos danos que algumas das atividades desempenhadas por eles causam à saúde, poucos buscam proteção e trabalham de sol a sol.

Constatamos assim, que não apenas a profissão sofreu perdas e adaptações, a paisagem sonora da cidade da qual o pregão faz parte, também já não colabora para que o grito do pregoeiro ecoe pelas ruas mais movimentadas. Os carros se multiplicaram, as lojas se diversificaram e agregaram o som alto falante em suas propagandas, os barulhos se intensificaram, obrigando os pregoeiros a calar-se ou a migrar para dentro dos ônibus, ou para os bairros periféricos da cidade.

Esse trabalho buscou ouvir as dificuldades de quem vive do mercado ambulante fazendo uso do pregão, mas que mesmo com as dificuldades de um trabalho cansativo, gosta do que faz. Não foram poucos os depoimentos que se referem com gratidão aos frutos do trabalho nas ruas. Muitos dos entrevistados, conseguiram sustentar filhos, netos, pagar estudos e comprar o seu lugar para morar.

Imersos em uma cultura excludente, o pregoeiro de rua constrói seu caminho na base da persistência e da “teimosia”. Com a artimanha que lhe é peculiar, herdada ou aprendida na lida, fazem clientela fiel ao distribuir produtos com procedência garantida. Muitos são humilhados em seu ofício e tratados com desdém por alguns, mas a necessidade de seguir em frente e a certeza de estar desenvolvendo um trabalho digno os mantém firmes.

A importância de personagens como os pregoeiros, ainda é pouco discutida no meio cultural e acadêmico. O ato de apregoar, em sua essência, traz consigo um peso cultural e histórico muito grande. Desde a época da escravidão aos dias atuais, essa ação reflete uma situação econômica desigual. O pregoeiro ambulante surge nas páginas da história como aquele vendedor de alto poder persuasivo e que faz do seu talento para venda, uma forma de sobreviver.

O pregão está além de uma simples forma de oferecer um produto. Faz parte de um conjunto de ações que compõem um fazer cotidiano do pregoeiro. É um elemento da performance e da construção cênica que, inserido em uma diversificada paisagem sonora das grandes cidades, atrai a atenção do espectador para, não apenas comprar o produto oferecido, bem como interagir com o hábil vendedor, que apela para o emocional, para lograr êxito nas suas vendas.

Era preciso registrar essa construção cênica dos pregoeiros da nossa cidade (São Luís do Maranhão), e com ela todo um contexto histórico que gravitava em torno desses personagens. Identificamos alguns dos produtos que ainda sobrevivem ao tempo e com eles, os pregões que persistem como estratégia de abordagem e venda. E essa investigação tomou as ruas.

E como resultado, constatamos não só a precariedade do trabalho desenvolvido, como a marginalização do personagem que não é aprendido nas salas de aula e tão pouco reconhecido como personagem da cultura e história local. A linguagem, muitas vezes folclórica e carregada de regionalismo, serve de estudos sobre a construção desse personagem e como a cultura nele se personifica.

Enfim, trata-se de um elemento de nossa história e memória, visibilizado pelos livros e pela academia e que tende a desaparecer com o passar dos anos se o mesmo não for eternizado em registros oficiais. Nesse sentido, esse estudo se completa com a produção de um vídeo documentário para servir como mais um registro histórico no qual a história oral se fará presente a fim de que sejam eternizadas a performance, a linguagem e a importância dos pregoeiros de rua de São Luís do Maranhão.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

ABUD, K., SILVA, A.C.M, ALVES, R.C. **Ensino de história**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente**: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808 – 1822. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2014.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**-Um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos, expressões e ideias, 2001 editora EDIPUCRS.

BERGSON, Henri. **Memória e vida**. Textos escolhidos por Gilles Deleuze; Tradução: Carla Berliner – São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Livro didático e saber escolar** (1810-1910). São Paulo: Autêntica, 2008.

BOGÉA, L; VIEIRA. A. **Pregões de São Luís**. 2.ed. São Luís: FUNCMA, 1999.

_____. **Pregões de São Luís**. São Luís: Edições FUNC, 1980.

BORBA, Francisco da Silva. **Introdução aos estudos linguísticos**. SP: Editora Nacional, 1979.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a História do Maranhão**. São Luís: Fort Gráfica, 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental: **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1997.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Estabelece Princípios e critérios para a avaliação de obras didáticas para o ensino médio de Língua Portuguesa e Literatura, Biologia, Física, Química, Matemática, Geografia e História. In: Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas a serem incluídas no catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio - PNLEM/2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2005, 77 p.

- _____. **Ciências humanas e suas tecnologias** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 133 p. (Orientações curriculares para o ensino médio; volume 3).
- _____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº9394/96. Brasília: 1996.
- BURKE, Peter. **A escrita da História** – Novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.
- CARNEIRO, Edson. **Dinâmica do folclore**. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 1965.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História dos nossos gestos**. São Paulo: ed. Universidade de São Paulo, 1986.
- _____. **Folclore do Brasil**: pesquisas e notas. Global Editora, 2012.
- CERTEAU, Micheal de. **A Escrita da história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- COHEN, Renato. **Performance como linguagem**: criação de um tempo-espaço de experimentação. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- CORDEIRO FILHO, José de Ribamar. **Pregoeiros e Figuras Populares de São Luís**. 2002.
- COTRIM, Márcio. “O Berço da Palavra”. **Correio Braziliense**. Dezembro 18, 2005.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da Língua Portuguesa**. 4.ed.revista pela nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- DEBRET, Jean Baptista. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, 1816-1831**. São Paulo: Melhoramentos, 1971.
- DELGADO, L. DE A. N. **História oral**: memória, tempo, identidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- DEL PRIORI, Mary. **História do cotidiano**. SP: Contexto, 2001.
- FERREIRA, de Holanda, Buarque, Aurélio. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- FORTES, Raimunda; CANTANHEDE, João Carlos. **A cidade e a memória**: as representações artísticas formando a identidade ludovicense. Editora UEMA, 2008.
- FRASÃO, Raimunda. **Desventuras de um cachorro raptado**. Livreto de Cordel, 2010.

- FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. 3. ed. rev. atual e aumentada. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1961.
- GAUTHIER, Guy. **O documentário: um outro cinema**. Campinas: Papyrus, 2011.
- GLUSBERG, Jorge. **A Arte da Performance**. Ed. Perspectiva. 1987.
- GUIMARÃES, Silva, **Caminhos da história ensinada**, Campinas: Papyrus, 2013.
- HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. In.: **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- _____. Estudos culturais e seus legados teóricos. In: GROSSBERG, Lawrence et al. (Organizações). **Estudos Culturais**. Nova York: Routledge. 1992.
- KARNAL, Leandro (org). **História na sala de aula: conceitos, práticas e Propostas**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. Paulo: Cortez, 2004.
- LE GOFF, Jacques. **Memória-História**. 5ª ed. Campinas: Unicamp, 2003.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática: velhos e novos tempos**. Edição do Autor, maio de 2002.
- _____. **Adeus professor, adeus professora? novas exigências educacionais e profissão docente**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- MACEDO, José Rivair. Repensando a Idade Média no Ensino da História. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana na cidade de São Paulo. In: Paula Porta (Org.). **História da Cidade de São Paulo: A Cidade no Império, 1823-1889**. V. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- MARQUES, César. **Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Fon-Fon, 1970.
- MARTINS, Marcos Bulhões. **Encenação em jogo: experimento de aprendizagem e criação do teatro**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MARX, Karl. O trabalho alienado, primeiro manuscrito. In: **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Editora Mantin Claret, 2003, Cap.4, p. 110-122.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Editorial Presença e Livraria Martins Fontes, 3 Ed. 1976.

- MEIRELES, Mário. M. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2017.
- MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. Melhoramentos, 2016.
- NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**/Bill Nichols, tradução Monica Saddy Martins-Campinas, SP: Papirus, 2005 - (Coleção Campo Imagético).
- OLIVEIRA, Antônio Guimarães de. **Pregoeiros e casarões**. Pernambuco: Casa Santa marta, 2015.
- ORÍÁ, R. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O Saber Histórico na sala de aula**. 11^o Edição. Editora Contexto. São Paulo: 2006.
- PACHECO, Elza Dias (org). **Comunicação, educação e arte na cultura infanto-juvenil**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2006.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.
- _____. **A Metáfora Viva**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- SANTAELLA, Lúcia. **A teoria geral dos signos: semiose e autogeração**. São Paulo: Ática, 1995.
- SANTOS, João Bosco Feitosa. **O avesso da maldição do gênesis: a saga de quem não tem trabalho**. São Paulo: Annablume, 2000.
- SANTOS, Milton. **Por uma Economia Política da cidade**. São Paulo: Hucitec – EDUC, 1994.
- SAPIR, E. **A linguagem: introdução ao estudo da fala**. Rio de Janeiro: instituto nacional do livro, 1929.
- SCHAFER, Murray. **A afinação do mundo**. Uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora. São Paulo: UNESP, 2011.
- _____. **O ouvido pensante**. Trad. Maria Fonterrada et al. São Paulo, editora UNESP. 2001.
- SCHMIDT, M. A. Cognição Histórica situada: que aprendizagem histórica é esta?. In SCHMIDT, M. A.; BARCA, I. (Org.). **Aprender História: perspectivas da educação histórica**. Ijuí: Editora UNIJUI, 2009.

_____. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2005.

SCHWARCZ, Lilia M. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SCHECHNER, Richard. **O que é Performance**. O Percevejo, Rio de Janeiro, UNIRIO, n. 12, p. 25-50, 2003.

SILVA, J. L. O. **Rádio**: oralidade mediatizada: o spot e os elementos da linguagem radiofônica. São Paulo: Annablume, 2007.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2ª ed reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro na Rua**: a nova face da escravidão. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3. ed Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

TEIXEIRA, Elinaldo Francisco. **Cinemas não narrativos**: experimental e documentário – passagens. São Paulo: Alameda, 2012.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons vêm da rua**. São Paulo: Ed.34, 2005.

_____. **Música popular**: os sons que vêm das ruas. São Paulo: Edições Tinhorão, 1976.

TOLEDO, Benedito Lima de. **Esplendor do Barroco luso-brasileiro**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2012.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. São Paulo: Hucitec/Educ Ltda, 1997.

_____. **Performance, recepção e leitura**. São Paulo: Educ Ltda, 2000.

WEIL, Pierre. **O corpo fala**: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal. Petrópolis: Vozes, 2015.

Fontes secundárias

ALMEIDA, Maria Goretti de; CARMO, Larissa de Andrade; SILVA, Seffra Renata Ramos da. O trabalho informal como alternativa no mundo de trabalho atual. **IV**

Seminário CETROS. Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social. 29 a 31 de maio de 2013 – Fortaleza – CE – UECE – Itaperi.

ARANHA, Marize Barros Rocha. **Do pregoeiro ao camelô:** a construção dos gêneros pregão tradicional pregão pós-moderno / Marize Barros Rocha Aranha – 2010.

CALLAI, H. P. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cadernos CEDES**, v. 25, n.66, Campinas, mai/ago. 2005.

CHAGAS, Carla Santos Torres et al. A era dos jingles. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XVII Prêmio Expocom 2010 – **Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação.** 2010.

CHANDOCHA, Carmem. **Memória e o Ensino da História Local.** 2016. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Paraná, 2016.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. **Para o aumento da conquista e bom governo dos moradores:** o papel da Câmara de São Luís na defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668) /2011.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. Espaços Negros: "cantos" e "lojas" em Salvador no Século XIX. **Caderno CRH. Suplemento**, p. 18-34, 1991.

COSTA, Flaviano Menezes da. **Moradas da memória:** o valor patrimonial dos lugares privados da antiga São Luís sob o olhar da literatura, da toponímia e da geografia humanista. UFMA, 2014.

COSTA, S.P.; SONAGLIO, K.E. Análise das Representações Sociais dos comerciantes ambulantes e suas implicações no planejamento turístico. **Revista de Turismo e Patrimônio Cultural.** Vol. 12, n.º 1, 2014.

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias Orais e Modos de Lembrar e Contar. **História da Educação/ASPHE**, Pelotas: Ed. da UFPel, n. 8, p. 140-174, 2000.

FABIÃO, Eleono. Performance e teatro: poéticas e políticas da cena contemporânea” – em **Revista Sala Preta**, n.8, São Paulo, ECA-USP, 2008.

FERRARESI, Carla Miucci. **Papéis normativos e práticas sociais:** o cinema e a modernidade no processo de elaboração das sociabilidades paulistanas na São Paulo dos anos 1920. São Paulo, 2007. Tese do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

GENESTRA, Cinthia Bourget Fortes. Escravo de ganho: uma nova abordagem da escravidão. In: **Para entender a história.** Ano 1, Volume dez, Série 28/12, 2010, p.01-09.

GENTILE, Juliano Matteo. Os sons que vendem. In: 3º Encontro de Música e Mídia, 2007, Santos. **Anais do 3º Encontro de Música e Mídia**, 2007.

JORNAL A PACOTILHA de 25/01/1883.

JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO. São Luís, 10 e 11 de fevereiro de 2018. Sábado/Domingo.

JORNAL O OBSERVADOR de 11/10/1856.

JORNAL O COMÉRCIO de 11/10/1856.

LIMA, M.E.A. **Contribuições da Revista Maranhense para o desenvolvimento da educação e da ciência no estado do Maranhão: 1887 a 1920.** Monografia. Universidade Federal do Maranhão. São Luís – MA, 2003.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: **Projeto História**, São Paulo (17), nov. 1998. (pp. 63-201). Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/11110/8154>>. Acesso em: 28 jan. 2020.

MONTEIRO, Marcio de Oliveira. Indivíduo, memória e história. **Revista Transformar**. 2016.

NASCIMENTO, Telma de Jesus Lima Sá. **Negros de ganho em São Luís: uma análise do cotidiano (1850 a 1888).** Monografia do Curso de História da Universidade Federal do Maranhão: São Luís, 2002.

NASCIMENTO, Vera Lúcia do. Cinema e ensino de história: em busca de um final feliz. **Urutágua**, Maringá, v.1, n. 16, p. 11-19, ago/nov. 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História**, v. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Rosane Machado de. História: A Necessidade de Repensar o Ensino de História no Âmbito Educacional e Social. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Edição 05. Ano 02, Vol. 01. pp 408-433, Julho de 2017.

OLIVEIRA, Tereza Maria et al. **Um olhar sobre a história recente de Porto Barreiro: reflexões sobre História, Memória e Identidade.** Produção didático-pedagógica PDE/2012.

PEZATTI, Erotilde Goreti. **GDF: Uma Teoria Gramatical ou Uma Teoria do Uso?** Simpósio Internacional de Linguística Funcional – SILF, 2011.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRESTES, Lucilia Dutra. **A Amazônia no cinema**. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura plena em História do Centro universitário do Norte-UNINORTE/LAURETE. Manaus, 2004.

QUILICI, Cassiano. **O campo expandido: arte como ato filosófico**. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/salapreta/article/view/84758/pdf_16>. Acesso em: 18 de fev. 2020.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas afinal... O que é mesmo documentário?** São Paulo: SENAC, 2008.

SANTOS, Adriana Monteiro. **O Cotidiano da resistência escrava: São Luís do Maranhão (1830)**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

SÃO LUÍS. **Centro Histórico de São Luís, patrimônio mundial**. IPHAN, DPHAP, FUMPH e Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís, 2005.

SARNEY, Ivan. **O alegre pregoeiro da manhã**. 2014. Disponível em: <<https://ivansarney.com.br/?p=1925>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO. **Cidades Patrimônio, História e Arquitetura**. 2017. Disponível em: <<http://www.turismo.ma.gov.br/cidades-patrimonio-historia-e-arquitetura/>>. Acesso em: 3 abr. 2020.

SERGL, Marcos Júlio. **A peça publicitária no contexto da radiofonia brasileira: Antecedentes do Jingle**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Bauru - SP – 03 a 05/07/2013.

SEVERO SOBRINHO, Antonio. **A História não é “decoreba”**: os desafios do ensino de História no Ensino Médio na Escola Estadual Adriano Feitosa. Tavares-PB, Paraíba, 2014.

SILVA, Juremir Machado da. **Ainda existe o popular?** Porto Alegre. PUCRS. 2014.

SILVA, Lucielma Lobato. Entre os cheiros e garrafadas: o trabalho das vendedoras de cheiro nas feiras públicas de Belém-Pa em 1830-1890. **MARGENS - Revista Interdisciplinar**, VOL.11. N. 16. Jun 2017.

SILVA, N; PEREIRA, R.C. **Perfil socioeconômico dos vendedores ambulantes dos terminais de integração de São Luís – MA**. Artigo apresentado durante a 64ª Reunião Anual da SBPC. 2012. São Luís. MA.

SILVA, E.K.C.; SILVA, M.S.P. **As mudanças no mundo do trabalho na sociedade contemporânea e seus impactos na formação do trabalhador**. 2005. Disponível em:<<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/AP05.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SOUZA, Cristiana Soares de; OLIVEIRA, Gildésio Bomfim de. Cinema Documentário e Filme de Ficção: Convergências e Rupturas. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste – Águas Claras - DF – 8 a 10/05/2014.

SOUZA, Robério Américo do Carmo. Narrativas orais como fontes para uma compreensão histórica da experiência vivida. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 118-129, jul/dez. 2017.

URSSI, Nelson José. A linguagem cenográfica. **Dissertação de mestrado**. Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/ata/pos/ppgac/A%20linguagem%20cenografica.pdf>>. Acesso em: 18 de fev. 2020.

VERGER, Pierre. A contribuição especial das mulheres ao candomblé do Brasil. In: **Culturas africanas**. São Luís do Maranhão, UNESCO, 1986.

VIANA, Francisco Alberto. **Desenhos à mão livre** (laranjeiro, o derresol, o carvoeiro, o vendedor de banho cheiroso, a vendedora de cocada e o vendedor de banana) [Mimeo]. São Luís/MA, abril de 2020.

Sites

ARAÚJO, Wilson. **O pregão do Cuscuz Ideal**. 2018. Disponível em: <<http://edwilsonaraujo.com/2018/12/13/o-pregao-do-cuscuz-ideal/>>. Acesso em: 21 fev. 2020.

ARAÚJO, A; SANTOS, O. **Informalidade, precarização do trabalho e segregação: realidade dos vendedores ambulantes**. 2009. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=1451>. Acesso em: 28 jan. 2020.

ARTE NORDESTINA. **Vendedor de quebra-queixo**. 2015. Disponível em: <https://www.aartedenewtonavelino.com/2015/12/vendedor-de-quebra-queixo_23.html>. Acesso em: 21 abr. 2020.

ASSIS, Machado de. Dom Casmurro. **Capítulo LX /Querido opúsculo**. 2015. Disponível em: <http://www.triplov.com/contos/dom_casmurro/capitulo_60.htm>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ATLAS DA SAÚDE. **Pulmão negro**. 2014. Disponível em: <https://www.atlasdaude.pt/publico/content/pulmao-negro._>. Acesso em: 14 abr. 2020.

BASTOS, Thiago. **Quebra-queixo, o pé de moleque maranhense, seus seguidores e fãs**. 2020. Disponível em: <<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2020/01/11/quebra-queixo-o-pe-de-moleque-maranhense-seus-seguidores-e-fas/>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CARVALHO, Vicente. **De vendedor de bala em ônibus para formatura em medicina**. 2018. Disponível em: <<http://www.ro1news.com/2018/11/de-vendedor-de-bala-em-onibus-para.html>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

CROCE, Bruna. **Mapas de ruído: casos brasileiros de sucesso**. 2018. Disponível em: <<http://portalacustica.info/mapas-de-ruído-casos-brasileiros-de-sucesso/>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

DEBRET, Jean Baptista. **Negros, vendedores de carvão, vendedoras de milho**. 1835. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3747?locale=pt_BR>. Acesso em: 15 abr. 2020.

DESINCLOPÉDIA. **Vendedor de ônibus**. 2019. Disponível em: <https://desciclopedia.org/wiki/Vendedor_de_%C3%B4nibus>. Acesso em: 10 abr. 2020.

DOMINGUES, Joelza Ester. **A vida urbana no Brasil, segundo Debret**. 2016. Disponível em: <<https://ensinarhistoriajoelza.com.br/vida-urbana-no-brasil-segundo-debret/>>. Acesso: 03 maio. 2020.

EDMUNDO, Luís. **Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2003. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1071>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

G1 GLOBO. **Maranhão tem a maior taxa de informalidade do país, diz IBGE**. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2012/12/maranhao-tem-maior-taxa-de-informalidade-do-pais-diz-ibge.html>>. Acesso em: 09 jan. 2020.

G1 GLOBO! **Trabalho informal avança para 41,3% da população ocupada e atinge nível recorde, diz IBGE**. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/30/trabalho-informal-avanca-para-413percent-da-populacao-ocupada-e-atinge-nivel-recorde-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

G1 GLOBO. **Maranhão é um dos estados com mais trabalhadores informais, diz IBGE**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2018/09/06/maranhao-e-um-dos-estados-com-mais-trabalhadores-informais-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

GALO, Gabriel. **Amolador**. 2017. Disponível em: <<https://papodegalo.com.br/amolador/>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

HOLANDA, Cláudia. **Sons do porto, uma cartografia sonora da mudança**. 2016. Disponível em: <<http://bug404.net/blog/2016/04/08/sons-do-porto-uma-cartografia-sonora-da-mudanca/>>. Acesso em: 08 abr. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados econômicos**. 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

_____. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

LINS, Nilde. **Cuscuz do Bui, o melhor.** 2017. Disponível em: <<http://www.nidelins.com.br/2017/11/23/cuscuz-do-biu-o-melhor/>>. Acesso em: 24 abr. 2020.

SANCHES, Carolina. **Tradicional mini cuscuz é vendido há mais de 40 anos nas ruas de Maceió.** 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/01/tradicional-mini-cuscuz-e-vendido-ha-mais-de-40-anos-nas-ruas-de-maceio.html>>. Acesso em: 24 abr. 2020.

<https://falauniversidades.com.br/o-primeiro-filme-da-historia-do-cinema-esta-disponivel-em-4k>. Acesso em: 12 abr. 2020.